UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Francinalda Araújo e Silva

A FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE:
uma experiência do MST no Assentamento Palmares - MA

Taubaté – SP

2013

Francinalda Araújo e Silva

A FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: uma experiência do MST no Assentamento Palmares - MA

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.
Orientadora: Profª. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola.

Taubaté – SP

2013

FRANCINALDA ARAÚJO E SILVA

A FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: uma experiência do MST no Assentamento Palmares - MA

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.
Orientadora: Profª. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Assinatura _____

Prof. Dra. Maria Auxiliadora Ávila dos Santos Sá - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

A todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra que inspiraram esse trabalho.

À minha família: pai, mãe, filhos, filha, esposo, irmãs, irmão (in memorian), nora e netos, pelo carinho, companheirismo, compreensão e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar pela vida e pelo dom de aprender.

À Maria, nosso exemplo de perseverança e fidelidade.

Aos meus filhos João Vinícius, Paulo Roberto e Débora Iguaracira, e ao meu esposo e companheiro Antônio Teixeira pelo apoio incondicional, carinho e por compreender minhas ausências ao longo dessa jornada.

Aos meus pais Francinete e Agnaldo que sempre acreditaram em mim e me oportunizaram desvendar o mundo por meio do conhecimento.

À minha orientadora, Prof.ª Dra. Elisa Brisola pelo incentivo, apoio e competente orientação no percurso dessa instigante caminhada.

À Profª Ms. Nony Braga, diretora de ensino da Faculdade do Baixo Parnaíba, "amiga-irmã", por sua ousadia e incansável persistência em oportunizar crescimento intelectual e profissional aos que lhe rodeiam e responsável direta pela realização dessa conquista.

Às minhas irmãs pelo carinho, incentivo e apoio ao longo de toda a minha trajetória.

À Profª. Dra. Edna Chamon, coordenadora do MDH, por nos oportunizar viver essa experiência.

Ao Prof. Jânio Ayres Teles, gestor regional de educação de Chapadinha-MA, em nome de quem agradeço a todos os colegas daquela Unidade Regional.

Aos professores e professoras do MDH por me ajudarem a trilhar caminhos edificantes.

Aos colegas do mestrado, sobretudo Nony e Cleane, com quem compartilhei muitas inquietações e angústias, mas também muitas conquistas no percurso dessa caminhada.

À mestra e colega Socorro Braga por compartilhar os caminhos da pesquisa, sem nunca oferecer o peixe, mas a rede para pescar.

Ao amigo de sempre, Edilson Santana, que mesmo a distância contribuiu imensamente para essa conquista.

A todos os colegas e funcionários que fazem a família FAP, em especial, à Anety Fonteles por seu olhar cuidadoso durante longas horas dedicadas às intermináveis revisões.

À Diretoria da Associação dos Pequenos Produtores do assentamento Palmares-MA por autorizar a realização deste estudo e disponibilizar todas as informações possíveis.

Aos jovens e lideranças do assentamento Palmares, sujeitos dessa pesquisa, de maneira especial, pela disponibilidade e confiança em compartilhar suas experiências nesse estudo.

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.

Karl Marx

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a formação política proporcionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à juventude do assentamento Palmares – MA. Para tanto, buscou-se identificar as práticas sociais desenvolvidas na comunidade com vistas à formação política dos jovens assentados, bem como conhecer a perspectiva de formação que orienta a pedagogia do Movimento para a construção da identidade dos mesmos. A pesquisa tem natureza qualitativa e foi realizada por meio de estudo de caso com enfoque etnográfico. Para coleta de dados utilizou-se observação direta, pesquisa documental, grupo focal com os jovens, homens e mulheres, na faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos residentes no assentamento Palmares, localizado no município de Nina Rodrigues, estado do Maranhão, e entrevistas com lideranças da comunidade. Para analisar os dados obtidos, recorreu-se à triangulação, correlacionando os princípios político-pedagógicos que dão sustentação à formação política no MST, a partir das narrativas obtidas no grupo focal e nas entrevistas. A pesquisa possibilitou conhecer a experiência de formação política da juventude do assentamento Palmares, partindo das práticas sociais vivenciadas no seu interior, contribuindo para a percepção da influência dessa formação em suas vidas e nas formas de intervenção na realidade. Constatou-se que a experiência de formação política no assentamento Palmares contribuiu para que os jovens se percebam como sujeitos de direito, e continuem na luta social, além de consolidar o sentimento de pertencimento dos jovens ao MST e à comunidade na qual vivem.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Juventude do Campo. Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Formação Política.

ABSTRACT

The research focused to analyze the political education afforded by the Movement of Landless Rural Workers (MST) to youth Palmares-MA settlement. Therefore, we sought to identify social practices developed in the community for the political education of young settlers as well as meet the formation perspective that guides the pedagogy of movement for the construction of the identity of the same. The research is qualitative and it was performed by means of a case study with an ethnographic approach. For data collection we used direct observation, documentary research, focus groups with young people, men and women, at the age between 18 and 24 residents in the settlement Palmares, located in the municipality of Nina Rodrigues, Maranhão state, and interviews with community leaders. To analyze the data obtained, we used appealed to the triangulation, correlating the political-pedagogical principles that support political training in MST, the narratives obtained in focus groups and interviews. The research allowed to know the experience of youth training policy in the Palmares settlement, starting from social practices experienced inside, contributing to the perception of the influence of such training in their lives and the forms of intervention in reality. It was found that the experience of formation policy in Palmares settlement contributed to young people see themselves as subjects of law, that give continuation to the struggles as well as consolidate the feeling of belonging to the MST youth.

KEY WORDS: Youth. Field youth. Pedagogy of the Movement of Landless Rural Workers. Policy Formation.

LISTA DE SIGLAS

AIDS	-	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ACR	-	Ação dos Cristãos no Meio Rural
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	-	Comunidades Eclesiais de Bases
CENTRU	-	Centro de Educação e Cultura do Trabalho
CEP	-	Comitê de Ética e Pesquisa
CIMI	-	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	-	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CLT	-	Consolidação das Leis do Trabalho
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
DSTs	-	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENFF	-	Escola Nacional Florestan Fernandes
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	-	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	-	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	-	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
JOC	-	Juventude Operária Católica
JSC	-	Jovens Seguidores de Cristo
JUC	-	Juventude Unida em Cristo
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
MPC	-	Modo de Produção Capitalista
MS	-	Mato Grosso do Sul
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	-	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NMS	-	Novos Movimentos Sociais
OIJ	-	Organização Ibero-Americana da Juventude
OMS	-	Organização Mundial da Saúde

PA	-	Projeto de Assentamento
PNERA	-	Pesquisa Nacional da Educação na Agrária
PNRA	-	Programa Nacional da Reforma Agrária
PROCAD	-	Programa de Capacitação do Docente
PRONAF	-	Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar
PRONERA	-	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	-	Programa Universidade para Todos
PSF	-	Programa Saúde da Família
PT	-	Partido dos Trabalhadores
SCIELO	-	Scientifc Eletronic Library
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMS	-	Secretaria Municipal de Saúde de Nina Rodrigues
STTR	-	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UAB	-	Universidade Aberta do Brasil
UEMA	-	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB	-	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UNITAU	-	Universidade de Taubaté

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Perfil social dos jovens, elaborado pela autora, 2013	74
Quadro 2	-	Perfil social das lideranças, elaborado pela autora, 2013	76
Quadro 3	-	Área e capacidade de famílias nos Projetos de Assentamentos (P.A.) do município de Nina Rodrigues-MA	98
Quadro 4	-	Número de famílias assentadas em assentamentos/agrovilas no P.A. Palmares II	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Centro de Formação, Capacitação, Pesquisa e Extensão Maria Aragão (CEFMA) no assentamento São Domingos	81
Figura 2	-	Principal via de acesso do assentamento	82
Figura 3	-	Meso e microrregiões do Maranhão abrangem 217 municípios	92
Figura 4	-	Regionais do MST abrangem 41 municípios	93
Figura 5	-	Regional Baixada e Itapecuru	94
Figura 6	-	Localização do município de Nina Rodrigues-MA	96
Figura 7	-	Rio Munim	97
Figura 8	-	Acesso ao assentamento Palmares: travessia do Rio Munim	100
Figura 9	-	Vista panorâmica do assentamento Palmares	105
Figura 10	-	Residência de família não assentada	105
Figura 11	-	Unidade Básica de Saúde da Família	107
Figura 12	-	Escola Municipal Unidade Integrada Francisco Rodrigues da Silva	108
Figura 13	-	Capela de Santo André no assentamento Palmares	110
Figura 14	-	Sede do Centro de Formação no Assentamento Palmares	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 Problema 19
1.2 Objetivos 19
1.2.1 Objetivo geral 19
1.2.2 Objetivos específicos 19
1.3 Delimitação do objeto 19
1.4 Proposição 20
1.5 Relevância do estudo 20
1.6 Organização do trabalho 21
2 REVISÃO DA LITERATURA 22
2.1 Panorama das pesquisas relacionadas ao objeto de estudo 22
2.1.1 Scientific Electronic Library Online – SciELO 23
2.1.2 Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES 25
2.2 O MST no contexto das lutas sociais no Brasil 31
2.2.1 Os movimentos sociais no Brasil 32
2.2.2 O MST e os movimentos sociais de luta pela terra 37
2.3 A categoria juventude como objeto de investigação 43
2.3.1 A juventude do campo 51
2.4 A formação política no MST 54
2.4.1 A Pedagogia de formação do Movimento Sem Terra 54
2.4.2 A formação política como princípio educativo 61
3 MÉTODO 70
3.1 Tipo de pesquisa 71
3.2 População e amostra 72
3.2.1 Os sujeitos da pesquisa 74
3.3 Procedimentos e técnicas 77
3.3.1 Estudo de caso 77
3.3.1.1 Estudo de caso etnográfico 78
3.3.2 Observação direta 79
3.3.3 Pesquisa documental 82

3.3.4 Grupo focal 83
3.3.5 Entrevistas 85
3.4 Procedimentos para análise de dados 89
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 91
4.1 A luta pela terra em Nina Rodrigues 91
4.2 Caracterização do universo da investigação: o lugar de onde os sujeitos falam 95
4.3 Os espaços e práticas de formação política no assentamento Palmares 112
4.4 O movimento como espaço de formação política 121
4.5 Ser Jovem do campo: a identidade Sem Terra 130
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 135
REFERÊNCIAS 139
APÊNDICE A – Ofício nº 1/2012 151
APÊNDICE B – Termo de Autorização da Instituição 152
APÊNDICE C – Roteiro para o Grupo Focal 153
APÊNDICE D- Roteiro da entrevista com lideranças 154
ANEXO A – Declaração de Aprovação do Comitê de Ética 155
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 156

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea se apresenta marcada por profundas transformações na economia e modernização dos processos de produção, impulsionados pelo avanço das ciências e das novas tecnologias da informação e da comunicação que acompanharam a mudança do século.

Nesse cenário, à medida que se concebe as relações sociais como relações entre sujeitos, os espaços de interações caracterizam um contexto permeado de conflitos sociais oriundos das contradições da sociedade capitalista.

Na contemporaneidade, conforme Paulo Netto (2012, p. 416), foram profundas as transformações societárias as quais emergiram desde os anos de 1970 e "redesenharam o perfil do capitalismo contemporâneo", planetarizando-o e provocando mudanças em diferentes instâncias da vida e do trabalho, no plano cultural, político e nas relações entre o Estado e a sociedade.

Segundo o autor, os resultados desastrosos dessas transformações geraram a barbárie, a banalização da vida, o minimalismo das ações do Estado, dentre os outros aspectos, que afetaram e afetam a vida das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais.

Atualmente, no Brasil, a problemática central não é mais alcançar a modernidade tecnológica, que já foi em parte atingida, mas saber, por exemplo, em que medida o progresso e a riqueza que foram produzidos serão redistribuídos ou se a renda e a terra continuarão concentradas nas mãos de poucos (OLIVER, 2001).

Vendramini (2007) também compartilha dessa ideia e destaca que

> a modernização da agricultura no país acentua ainda mais a concentração da propriedade terra e a desigualdade social no campo, com o alto preço da destruição da agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria da população rural e deterioração do meio ambiente. (VENDRAMINI, 2007, p. 32)

Nessa perspectiva, ao considerar a trajetória dos movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas do século XX, observa-se que, impulsionados pela reabertura política e democrática no país, novamente passou a ter visibilidade a luta pela reforma agrária, enquanto na economia a abertura das fronteiras para o capital internacional provocou o enfraquecimento da indústria nacional, elevando o desemprego.

Parte dos movimentos sociais populares urbanos dos anos 1970 e 1980 entraram em crise interna e externa. Nesse cenário, cresce o movimento popular rural e surge o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e conforme a tradição marxista, se a luta de classe é o motor da história, a luta do MST, que inicialmente era apenas por reforma agrária nos marcos da sociedade capitalista, inclui, também, a construção de um novo projeto de sociedade que seja igualitária e socialista. (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011).

Nessa perspectiva, o MST investe na formação de um novo jeito de ser humano capaz de tomar posição frente às questões de seu tempo, construindo valores que fortaleçam e deem identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, todos os lugares (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Ao longo de sua trajetória de luta, o MST tem priorizado a formação política da juventude. A princípio, compreender o lugar que a juventude ocupa no MST, exige investigar como os jovens, a partir do conjunto das experiências vividas no Movimento, tem se apropriado da visão de mundo defendida pelo MST necessária à compreensão do contexto da sociedade contemporânea e das lutas de classes que dela advém.

Neste estudo, utiliza-se a perspectiva teórica de Thompson (1981) para analisar a relação estabelecida entre a experiência vivida e a experiência percebida pelos jovens do assentamento. Nesse sentido, considera-se a experiência como categoria imprescindível na análise da formação política para entender o processo de construção da consciência de classe das novas gerações do MST como consequência da vivência da realidade concreta. Entende-se que, para analisar os significados atribuídos pelos jovens do assentamento Palmares – MA à formação política proporcionada pelo MST, faz-se necessário reconstruir a trajetória histórica desses sujeitos no Movimento e no assentamento, considerando-se os determinantes materiais e culturais que favorecem a identificação, ou não, com o Movimento.

Examina-se também a constituição histórica do assentamento, marcada pela atuação de seus moradores, examinada por meio da contextualização da história local, lembrando o pensamento de Martins (2008), para quem a história local

> [...] é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos. Isto é, embora na história local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ela ganha sentido por meio deles, quase sempre ocultos e invisíveis. Cabe ao pesquisador descobrir esses nexos. A história local é certamente um momento de História, mas momento no sentido de expressão particular e localizada das contradições históricas. (MARTINS, 2008, p. 116-117).

Ainda, segundo o pensamento desse autor, a história não será corretamente interpretada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e o da história local. Assim, para compreender a formação da juventude de Palmares será necessário examinar, no âmbito local em que se deu a história das lutas e conquistas dos

antigos moradores de Palmares, como essa história foi construída e quais os sentidos atribuídos por esses sujeitos.

Nesse século XXI, fortemente marcado pelo ritmo acelerado das mudanças nos campos social, econômico, político e cultural, ao estudar a vida dos jovens num determinado espaço social, não se pode prescindir da análise sobre as determinantes e inevitáveis influências do mundo exterior na vida das comunidades. Isso demanda dos sujeitos uma postura crítica visto, que todos os aspectos da vida humana são afetados por esses processos, e sua própria identidade cultural é constantemente relativizada diante do vendaval de transformações por que passa seu meio.

O jovem assentado, como se sabe, não vive no isolamento, pelo contrário, dialoga com o mundo globalizado, acionando diversas estratégias para assegurar o direito de permanecer no campo como trabalhador e cidadão. Nessa luta, defende também sua identidade histórica e cultural e a própria continuidade da existência das comunidades.

Nesse sentido, a motivação para realização desta pesquisa remete à necessidade de compreender os significados atribuídos pelos jovens de um assentamento rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob a influência política social do MST e de perceber como essa política tem se refletido na realidade desses sujeitos.

A escolha da temática sobre movimentos sociais e a luta pela terra e, por conseguinte, do assentamento Palmares como universo desta pesquisa deve-se, principalmente, às reflexões acerca das questões sociais suscitadas no exercício da docência, sobretudo no que se refere à luta pela reforma agrária no Brasil e a correlação com o contexto local, compreendendo que o acesso a terra constitui-se condição imprescindível para garantir a permanência do trabalhador no campo, assim como, a ligação da pesquisadora com a Igreja Católica, no período que residiu no município de Nina Rodrigues – MA (1990-2005).

A exemplo do que ocorre com milhares de brasileiros que migraram do campo para a cidade, a pesquisadora nasceu na pequena cidade de Santa Quitéria do Maranhão, à beira do Parnaíba, rio que separa o estado do Maranhão e do Piauí. Cidade ribeirinha, em período chuvoso, Santa Quitéria sofria grandes inundações e parte da população era obrigada a buscar abrigo nas áreas mais altas.

Filha de pais alfabetizados – mãe, professora leiga, e pai, operário da construção civil - para eles, sempre foi importante oportunizar aos filhos estudarem. Em razão disso e da escassez de trabalho no interior, em 1979 migraram para a cidade grande, São Luís, capital do estado do Maranhão. Ali concluiu a escola básica e o curso de Magistério de 1º grau. Vivenciou experiências na docência de 1º grau e na Alfabetização de Adultos.

Em 1990, após casar-se, foi morar na cidade de Nina Rodrigues, interior do estado do Maranhão. Lá ingressou na rede pública estadual de ensino, por meio de concurso público e licenciou-se em Pedagogia através do Programa de Capacitação de Docente (PROCAD), da rede pública estadual de ensino desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em convênio com o Governo do Estado.

Para a pesquisadora, a docência na disciplina Sociologia, no Ensino Médio, favoreceu a aproximação com as discussões teóricas oriundas dos conteúdos curriculares, como a questão dos movimentos sociais e das lutas de classes, com o contexto social local.

Do mesmo modo, a atuação nos trabalhos pastorais, em especial, a participação na Escola de Formação de Leigos, oferecida pela Diocese de Coroatá – MA com o propósito de preparar agentes formadores para o trabalho de base nas paróquias, possibilitou conhecer e acompanhar a preocupação da Igreja Católica, notadamente em Nina Rodrigues representada na figura do pároco Padre Laurindo Neto, grande incentivador das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), com a questão agrária no município, marcado pela grande concentração de terra nas mãos do latifúndio.

Para dar continuidade à formação profissional, especializou-se em Docência de Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2005, passou a integrar o quadro docente de uma Instituição de Ensino Superior, em Chapadinha – MA, onde coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão. Em 2011, ingressou no Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas, oferecido pela Universidade de Taubaté (UNITAU), no estado de São Paulo onde se propôs investigar a experiência na formação política da juventude do assentamento Palmares – MA, sua relação com o processo de participação social dos sujeitos mediante observação do dia a dia do assentamento e análise das práticas sociais vivenciadas no seu interior, sua influência na melhoria das condições de vida dos assentados e a contribuição do MST nesse processo de formação.

O cenário desta pesquisa foi o Assentamento Palmares, localizado na zona rural, a 18 km da sede de Nina Rodrigues, um dos 217 municípios que formam o estado do Maranhão. O município está situado na mesorregião norte maranhense, compõe a microrregião do Itapecuru-Mirim, possui uma área territorial de 552,4 km², com uma altitude de 15 m. Limita-se ao norte, com a cidade de Morros; ao sul, com Vargem Grande; a leste, com São Benedito do Rio Preto e a oeste com Presidente Vargas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE), o município de Nina Rodrigues registrou no último Censo (2010) 12.464 habitantes. Desse total, 4.439 estão

na zona urbana e 8.025 na zona rural apresentando, portanto, característica predominantemente rural.

Atualmente, o município de Nina Rodrigues possui seis Projetos de Assentamento (P.A.), ocupa uma área de 21.497,725 ha, e tem 794 famílias assentadas, resultado da organização dos trabalhadores rurais que, apoiados e orientados pelo MST, lograram vencer a inércia do governo e conquistar a efetivação dos projetos de reforma agrária na região que era fortemente marcada pela concentração de terras.

O assentamento Palmares, antigo povoado Santa Isabel, foi constituído nos anos 90 do século XX, a partir das lutas sociais pela conquista da terra, resultado da ocupação dos próprios moradores da região que tem um histórico de luta pela terra e por melhores condições de vida e de trabalho, por meio da organização e atuação do MST. Integra o P.A. Palmares II juntamente com as agrovilas/assentamentos São Domingos, Monção, Alto Alegre, Balaiada, Santa Isabel, Amapá da Lucinda e Piranã. O P.A. Palmares II possui 380 famílias assentadas (INCRA, 2011).

Nesse assentamento, o maior do município, segundo o INCRA, encontram-se 110 (cento e dez) famílias assentadas o que corresponde à sua capacidade total. Entretanto, cabe ressaltar, que o assentamento conta com um número bem superior a sua capacidade uma vez além daquelas, existem ainda, 64 (sessenta e quatro) famílias não assentadas[1] convivendo na mesma área, embora sem acesso a programas de créditos aos quais as famílias assentadas são beneficiárias. Agrega ainda, o maior número de lideranças regionais e estadual do MST no município, o que torna visível o envolvimento de seus assentados na luta pela conquista da terra e pela transformação social, bandeira de luta central do MST.

As divergências ideológicas ocorridas no percurso da organização do assentamento dividiram seus moradores em dois grupos, fato que resultou na formação de duas associações, a primeira trata-se da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Palmares ligada ao MST, criada em 2000 e a Associação dos Remanescentes de Palmares constituída em 2009. Entretanto, as melhorias conquistadas, bem como os espaços existentes na área do assentamento são compartilhadas por todos.

Com base no propósito deste estudo, os sujeitos pesquisados são diretamente vinculados à Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Palmares que, por sua vez, é ligada ao MST.

[1] As famílias não assentadas, na sua maioria, integram o grupo de pertencimento da primeira geração de assentados uma vez que são constituídas, sobretudo, pelos filhos e filhas de assentados que formam família própria e constroem moradia na área do assentamento.

1.1 Problema

Qual a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a formação de jovens nos assentamentos rurais e qual sua influência nas conquistas alcançadas pela comunidade do assentamento Palmares situado na zona rural de Nina Rodrigues- MA?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os significados atribuídos pelos jovens do assentamento Palmares – MA à formação política proporcionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as ações políticas desenvolvidas na comunidade envolvendo a formação política da juventude de Palmares - MA;
- Conhecer a pedagogia do Movimento;
- Compreender as percepções da juventude acerca do processo de formação política para sua vida cotidiana.

1.3 Delimitação do objeto

O estudo investiga os significados atribuídos pelos jovens, centrado na experiência vivida no assentamento Palmares-MA com a formação política proporcionada pelo MST, compreendida como resultado de um processo desenvolvido a partir das experiências históricas e práticas contemporâneas de educação, que não podem ser reduzidas aos espaços formais, mas a toda e qualquer experiência de vida dos sujeitos, bem como de práticas sociais, valores e ideologias presentes nas relações do cotidiano.

O desenvolvimento da pesquisa ensejou o conhecimento das experiências, identificadas por meio da observação direta, análise documental, entrevistas e grupo focal com os sujeitos pesquisados.

1.4 Proposição

Diante da indagação "Qual a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a formação de jovens nos assentamentos rurais e qual sua influência nas conquistas alcançadas pela comunidade do assentamento Palmares situado na zona rural de Nina Rodrigues- MA?", investigada nesta pesquisa, apresenta-se algumas proposições ou hipóteses preliminares elaboradas a partir da revisão bibliográfica, do conteúdo das rodas de conversas no assentamento e dos dados levantados em documentos publicados pelo Movimento.

Considera-se como hipótese da pesquisa que a formação política proporcionada pelo MST à juventude do assentamento Palmares-MA se efetiva a partir da rede de relações sociais, familiares e religiosas que se tecem no cotidiano das lutas não mais pela conquista da terra, mas pelo direito de nela permanecer com melhores condições de vida e de trabalho.

1.5 Relevância do estudo

A relevância deste estudo se evidencia por tratar de um problema social atual e polêmico, com pouca publicação, o que aponta a necessidade de estudos de natureza acadêmica para conhecer o fenômeno e subsidiar ações de intervenção na realidade.

Para o MST, investir na formação política de seus militantes significa formar um novo sujeito capaz de assumir uma posição frente às contradições da sociedade capitalista excludente e tornar o campo atrativo é um dos pontos alto do Movimento.

Acredita-se que este estudo irá contribuir para identificar e compreender as práticas sociais da comunidade de Palmares – MA no tocante à formação política dos jovens assentados, sua influência na vida desses sujeitos, bem como suscitar elementos para elaboração de políticas públicas para juventude, além de dar visibilidade à história das lutas e conquistas sociais de seus moradores.

A pesquisadora conviveu durante muitos anos no entorno do assentamento Palmares acompanhando toda a trajetória de luta dos seus moradores em defesa do direito ao acesso a terra, conquista realizada no ano de 1999, inicialmente na localidade Morros, atual assentamento Balaiada, e em seguida, em Santa Isabel, atual assentamento Palmares, estendendo-se às demais regiões da zona rural do município.

Concorreu para a escolha do assentamento Palmares como universo desse estudo, o fato de apresentar um cenário de experiências e conquistas significativas de seus moradores

dentre elas, o acesso a terra, a melhoria habitacional, ao crédito agrícola, oriundos do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar[2] (PRONAF), e a programas de educação formal e não-formal, obtidas por meio de uma ativa participação social e política dos sujeitos ao longo de sua história, o que tem se configurado como um diferencial em relação a outras realidades comunitárias.

Para evidenciar essa realidade busca-se na obra de Sousa (2009) elementos que confirmam que "esses assentamentos são resultado da ação das próprias famílias, que lutaram para permanecer na terra e livrar-se do pagamento do foro, ressaltando-se que a ação oficial, via mediação do MST, ocorreu após a ação dos trabalhadores" (SOUSA, 2009, p. 59).

Um dos aspectos importantes a observar refere-se ao fato de que a categoria juventude, objeto de estudo dessa pesquisa, vem ao encontro do que diz Mannheim (1968): os jovens estão mais abertos para as mudanças sociais, enquanto as gerações mais maduras apresentam-se mais resistentes às novas experiências.

Cabe, ainda, destacar que a importância deste estudo consiste em abordar o tema juventude não apenas como associado a questões de faixa etária, mas também, e principalmente, por constituir-se em uma categoria social dotada de representações simbólicas e condição social própria de um grupo. Segundo a tradição sociológica (GROPPO, 2000), as definições de juventude baseiam-se em dois critérios principais que nunca se conciliam: o critério etário, que delimita a juventude por faixa de idade, e o critério sociocultural que considera o jovem e as mudanças de comportamento conforme o contexto histórico e social do qual faz parte.

1.6 Organização do trabalho

Inicia-se pela introdução, que apresenta uma visão geral dos objetivos e do escopo desta pesquisa. Segue-se a revisão da literatura, na qual se apresenta um panorama das pesquisas relacionadas aos Movimentos Sociais de luta pela terra, a Juventude do Campo e a Formação Política no MST. Ainda foram abordados os principais autores que tratam sobre "O MST no contexto das lutas sociais no Brasil"; "Os movimentos sociais no Brasil"; "O MST e os movimentos sociais de luta pela terra"; "A categoria juventude como objeto de investigação"; "A Juventude do campo"; "A formação política no MST"; "A Pedagogia de

[2] O PRONAF é um programa de crédito à produção e ao investimento voltado para a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária. Consiste em um programa de fomento à produção voltado aos agricultores que não tem acesso a outros mecanismos de mercado. (Gasques et all, 2005)

Formação do Movimento Sem Terra" e "A formação política como princípio educativo", temas que permitiram, durante a análise dos dados, identificar a relação entre os dados coletados e as teorias aqui relacionadas.

Passa-se então à descrição metodológica, que apresenta a forma de coleta dos dados, os instrumentos e procedimentos de análise utilizados. Finaliza-se com os resultados e considerações finais sobre a pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Com o propósito de ampliar o debate teórico no que se refere à contribuição do MST na formação dos jovens nos assentados rurais, optou-se nesta pesquisa por investigar a concepção de formação desse movimento, especialmente a prática desenvolvida na formação política desses sujeitos.

Nesse sentido, buscou-se conhecer o "estado da arte"[3] ou "estado do conhecimento" acerca dos descritores "movimentos sociais de luta pela terra", "juventude do campo" e "formação política do MST" na tentativa de compreender a trajetória histórica e as concepções do objeto em discussão, visto tratar-se do arcabouço teórico-metodológico que fundamenta esta pesquisa.

2.1 Panorama das pesquisas relacionadas ao objeto de estudo

Na revisão de literatura, etapa preliminar da investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico de natureza qualitativa, no âmbito das principais bases de dados da produção científica nacional, sobre o cenário das produções que abrangem os descritores "movimentos sociais de tuta pela terra", "juventude do campo" e "formação política do MST".

[3] As pesquisas denominadas "estado da arte" ou "estado do conhecimento" são definidas como pesquisas de caráter bibliográfico como o objetivo de descrever e discutir a produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento a respeito de um fenômeno que se busca investigar. São tentativas de resgatar certos aspectos e dimensões produzidas em diferentes épocas e lugares. Trata-se de "dissertações de mestrado, teses de doutorado ou, ainda, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários" (FERREIRA, 2002, p. 258) disponíveis nos bancos de dados das instituições universitárias e órgãos de fomento à pesquisa ou acessados na rede mundial de computadores.

O levantamento das produções acadêmicas foi realizado na base de dados – Scientific Electronic Library (SCIELO) e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em dezembro de 2012. O propósito foi identificar os artigos publicados nos últimos dez anos relacionados à temática em estudo.

A escolha pela base de dados SCIELO se deu pelo fato de reunir uma diversidade de artigos científicos, de diferentes áreas do conhecimento, possibilitando o acesso virtual e gratuito a inúmeras produções acadêmicas. Destacam-se, ainda, as dissertações e teses do Banco de Dados da Capes que reúne pesquisas científicas produzidas nas instituições universitárias de todo o país.

A seleção inicialmente foi baseada na leitura dos títulos e foram considerados somente os textos que apresentavam aproximação com a temática desta pesquisa. A leitura posterior dos resumos foi motivada pela necessidade de aprofundar o conhecimento referente ao aporte teórico imprescindível para compreensão do objeto de estudo na pesquisa em foco.

2.1.1 Scientific Electronic Library Online – SciELO

Ao pesquisar o descritor "movimentos sociais de luta pela terra", o resultado das buscas apontou apenas 05 (cinco) artigos que apresentavam, no título, estreita relação com esta investigação. Dentre as publicações encontradas, destacaram-se 03 (três) artigos que abordam questões atinentes à contribuição das diferentes organizações na luta pela terra no país.

No primeiro artigo intitulado "O direito à terra como um direito humano**:** a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil", Reis (2012) apresenta um histórico da luta pela terra no Brasil, com parâmetros necessários para compreensão da situação fundiária do país, bem como pela discussão sobre a contribuição da Igreja Católica progressista no Brasil com fundamento na teologia da libertação, a formação das CEBs e de outras organizações, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que desempenharam função relevante na luta pela terra no país. Tal discussão é basilar para compreensão do processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, categoria central discutida na pesquisa em foco, o que justifica a escolha deste artigo.

A produção em pauta objetiva analisar, por meio da história recente dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Brasil, a construção do direito à terra como um direito humano. Trata-se de um artigo de revisão no qual a autora destaca, como

resultado da interação dos movimentos camponeses, da Igreja Católica progressista e da rede transnacional de direitos humanos, a confluência na produção da ideia da posse da terra como um direito humano, que marcou a luta pela terra no Brasil, bem como influenciou, inclusive, a forma como o próprio movimento de direitos humanos foi construído no país e inserido na rede transnacional de ativistas.

No segundo artigo, "Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?" Ribeiro (2009) discute o tema "Trabalho, movimentos sociais e educação". Este estudo teve como objetivo apresentar elementos para identificar os princípios/fins de liberdade e emancipação que sustentam as experiências de trabalho-educação, em sistema de alternância, realizadas pelos movimentos sociais populares do campo.

A autora destaca a diversidade de organizações sindicais de trabalhadores rurais e dos movimentos organizados da Via Campesina e que, não obstante a diversidade de sujeitos, projetos sociais e formas de organização, esses movimentos trazem em comum uma luta histórica pela terra de trabalho e pela democracia, que resulta na unidade do movimento camponês.

O estudo concluiu que o movimento camponês, no Brasil, obteve importantes conquistas, sobretudo na educação do campo, embora ainda existam muitas dificuldades a serem superadas.

Em "Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos", Sales (2007) destaca a participação das mulheres rurais na produção agrícola familiar no estado do Ceará.

Para seleção deste artigo, considerou-se a discussão trazida acerca da participação da mulher no cenário da luta pela terra, a partir da organização em coletivos, "espaços importantes de ressignificação das atividades produtivas das mulheres" (SALES, 2007*)* e sua vinculação ao MST.

O estudo aponta que a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora, o que resultou na criação do próprio movimento das mulheres. Os dados analisados foram coletados por meio de entrevista e levantamento de documentos dos movimentos de mulheres no estado.

Nas conclusões, a autora considera que os grupos de produção, formados por mulheres rurais no estado do Ceará são, em geral, antecedidos por uma formação política e que, a partir disso, começam a rever suas relações e a perceber as desigualdades entre homens e mulheres. Aponta, ainda, que o envolvimento das mulheres em movimentos sociais as

fortalece e possibilita produzir a reação à submissão. Com efeito, as mulheres passam a reconhecer que possuem um determinado capital específico suficiente para formar um grupo de produção e ter uma renda.

No que se refere ao descritor "juventude do campo", nenhum artigo foi localizado considerado os critérios de escolha adotados.

Na busca sobre o descritor "formação política do MST", dentre os 36 (trinta e seis) estudos encontrados, estão artigos relacionados à formação política nas áreas de saúde, currículo, formação profissional e de lideranças. Como se pode notar, não foram localizados estudos relacionados ao MST. Porém, em virtude do objeto de estudo apresentado, para subsidiar a base teórica da presente pesquisa, selecionou-se o artigo intitulado Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação (VIEIRA; OLIVEIRA, 2010); os autores destacam os pesquisadores sociais do século XX, Thompson e Gramsci, pelas obras que tratam de política, cultura e formação humana. A pesquisa, realizada através de uma revisão bibliográfica do tema, tem como objetivo o diálogo entre a proximidade das obras, considerando as relações entre sujeitos, sociedade, contextos e a singularidade nas experiências.

No âmbito educacional e na relação entre a história das sociedades e o processo de formação humana, "os problemas da formação, da educação e do acesso à cultura representaram questões estratégicas, tanto para os analistas quanto para os militantes Thompson e Gramsci" (VIEIRA; OLIVEIRA, 2010).

Ao concluir o estudo, Vieira e Oliveira (2010) identificam a convergência entre história de classes subalternas e de conhecimento, e concepções de formação e cultura, que agregam a pesquisa sobre a formação política no MST.

2.1.2 Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Como forma de melhor conhecer o campo de estudo sobre Movimentos Sociais de luta pela terra, foi realizado um levantamento das pesquisas sobre o tema como já citado. Na busca sobre o referido descritor, foram encontradas 39 (trinta e nove) dissertações e 10 (dez) teses. Dentre as publicações mencionadas, estão 07 (sete) dissertações e 03 (três) teses que se aproximaram do objeto dessa investigação, o que possibilitou um diálogo com diferentes autores no que se refere à trajetória histórica das lutas por reforma agrária e as contradições inerentes ao contexto da industrialização e modernização do país. Os escritos achados estão

relacionados à área de Políticas Públicas, História, Sociologia, Sociologia Rural, Geografia, Geografia Agrária, Geografia Humana e um estudo Interdisciplinar.

Elias (2008) investiga a cooperação agrícola na organização política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em experiências desenvolvidas no estado do Maranhão, sob a orientação da tradição marxista. Aborda diferentes concepções e práticas de cooperação historicamente construídas desde o século XIX na Europa até as tendências atuais.

A autora aponta elementos de análise do processo de organização política do MST na luta por reforma agrária no Brasil, no campo da luta de classes, situando a construção da concepção de cooperação agrícola no movimento e a problemática que envolve a relação entre cooperação agrícola e organização política no MST, no contexto das lutas sociais no país. Propõe uma reflexão sobre a contribuição da cooperação agrícola para a organização política dos trabalhadores rurais nos assentamentos do MST, no enfrentamento da questão agrária, destacando a experiência particular no Maranhão com base na configuração da cooperação agrícola.

A pesquisa assinala o desafio do MST em articular a luta imediata na perspectiva de construir uma nova sociabilidade para os trabalhadores rurais, tendo como mediação a luta pela terra e por reforma agrária, nas condições objetivas de vida nos assentamentos.

Observa-se que algumas categorias analisadas nesse estudo estão diretamente relacionadas à temática da pesquisa em foco, com destaque para o espaço comum onde se realizaram, o Estado do Maranhão.

No Paraná, foi desenvolvido por Silva (2007) um estudo de caso sobre as histórias orais de vida de moradores de um assentamento no interior do estado, intitulado “A luta na terra em busca da emancipação: histórias orais de vida de agentes do MST do Assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas, estado do Paraná”, com o objetivo de examinar o nível de emancipação e inclusão social alcançado pelos sujeitos pesquisados, a partir da inserção no MST e a consequente conquista da terra. O estudo revelou a forte influência da Igreja na formação das identidades presentes na maioria das narrativas, bem como assegurou discussões acerca das contradições e subjetividades, formação ideológica, processo de emancipação, consciência de direitos e inclusão, dentre outros temas. Observou, também, desafios a serem superados no interior do MST como a questão de gênero e as questões existenciais e familiares de militantes que abraçam a militância.

O estudo intitulado “A Comissão Pastoral da Terra e a questão Agrária: trajetória de luta e resistência no Baixo São Francisco Sergipano” realizado por Silva (2006) em

Sergipe, analisa a questão agrária no Baixo São Francisco a partir das ações da Comissão Pastoral da Terra e suas configurações territoriais no estado. Coloca em relevo a participação de sujeitos históricos na luta pela terra no Brasil, como a Igreja Católica através das CEBs e da CPT.

O trabalho de Barros (2005), "A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão" coloca, no centro da discussão, a questão de gênero, quando estuda a inserção das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra desde o processo de ocupação, desapropriação e construção do Assentamento Novo Horizonte II, no município de Maxaranguape no Rio Grande do Norte.

A análise incide sobre o desvelamento dos determinantes que levaram as mulheres trabalhadoras rurais, após a conquista da terra, a voltarem-se para o espaço doméstico e/ou assumirem cargos de menor relevância nas organizações políticas do assentamento. Destaca que embora o protagonismo dessas trabalhadoras seja observado no estudo, elas ainda vivenciam condições sociais, econômicas, políticas e culturais desiguais em relação aos homens, expressando as desigualdades de gênero presentes no cotidiano do assentamento: na associação, no trabalho doméstico e agrícola.

A questão de gênero presente, de modo geral, nos assentamentos de todo o país, integra o elenco de temáticas que permeiam esse estudo, em andamento, e justifica a pertinência da escolha deste trabalho.

Ainda sobre a realidade do Rio Grande do Norte, a pesquisa realizada por Costa (2005), "Uma leitura da reforma agrária potiguar", faz um mergulho na história para analisar a origem da concentração fundiária brasileira passando pela doação de Sesmarias, Lei de Terras, Estatuto da Terra e I Plano Nacional de Reforma Agrária, bem como dos Movimentos Sociais de luta pela terra, surgidos desde o século XIX: Canudos, Contestado, Cangaço, Ligas Camponesas e MST.

Essa imersão permitiu investigar, também, aspectos concernentes às condições da vida dos assentados, marcada por inúmeros problemas que vão desde a falta d'água até a precariedade da infraestrutura e presença de serviços, sobretudo no que se refere à educação e saúde.

Albuquerque (2004) investigou as influências da crise econômica do setor sucro-alcooleiro, bem como o papel dos movimentos sociais de luta pela terra sobre o processo de reforma agrária em andamento na Zona da Mata Pernambucana na década de 1990. Caracterizou a trajetória da dominação da agroindústria canavieira na região, onde desde o Brasil colônia se desenvolveu o grande latifúndio monocultor de cana-de-açúcar.

Os resultados da pesquisa mostraram os fatos que, aliados à descrença na iniciativa do Estado, fizeram com que os movimentos sociais de luta pela terra, junto com milhares de famílias na região, viabilizassem o início da reforma agrária nas terras dos engenhos de cana-de-açúcar e de álcool.

A questão agrária no Brasil foi o foco da pesquisa de Micheleto (2003). A autora promoveu uma retrospectiva histórica da região e dos movimentos sociais, analisou o processo histórico de construção de um novo paradigma territorial pelos agentes da luta pela terra no Assentamento Timboré – SP e o significado do conceito de terra de trabalho como princípio organizativo do movimento e articulador do projeto histórico do grupo.

Feliciano (2009), no estudo "Território em disputa: terras (re) tomadas no Pontal do Paranapanema" analisa a luta de classe na disputa pela terra na região onde de um lado estão os fazendeiros e do outro os camponeses. Neste estudo, o autor destaca a pressão dos movimentos camponeses sobre o Estado, através das ocupações de terras, no processo de redefinição da destinação das terras públicas. A tese revela o lento processo discriminatório e os entraves jurídicos na obtenção e julgamento das áreas griladas por fazendeiros e questionadas pelos movimentos camponeses existentes na região.

A ótica do estudo de Sá (2006) está centrada nas comemorações do centenário da Guerra de Canudos como contraponto à organização de marcos instauradores da memória política dominante no Brasil. A pesquisa destacou que estas comemorações possibilitaram a compreensão da emergência de vozes alternativas à da memória instituída e evidenciou a intensa produção cultural, nos anos 1990, na mídia, universidades, movimentos sociais, exército e na cultura popular.

O autor faz uma análise das representações produzidas sobre o centenário a partir dos meios de comunicação de massa e eletrônicos, visando compreender as interseções entre política, memória, cultura de massa e identidade social, considerando a atualidade de Canudos como um evento de mídia. Com a noção de lugares de memória, ressalta a importância dos meios de comunicação de massa e eletrônicos como espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea.

Para finalizar o levantamento sobre o descritor "movimentos sociais de luta pela terra", o trabalho de Avelino Júnior (2004) trata da posse, uso e conflitos no cerne da questão da terra em Mato Grosso do Sul (MS).

Destaca que a acumulação capitalista no Brasil, concentradora de renda, capital e terra, provoca a expropriação crescente de uma massa de trabalhadores, que procura, por meio

de movimentos sociais, reivindicar condições dignas de trabalho e sobrevivência. Esta situação de conflito reaviva a violência e a impunidade, traços marcantes na história de MS.

No que se refere a "juventude do campo", a busca por esse descritor localizou 56 (cinquenta e seis) produções, das quais figuram apenas duas concernentes ao estudo em questão, o que evidencia a escassez de produção acadêmica nessa área, considerando o recorte temporal que orientou esse levantamento. Além disso, o estudo produzido por Sales (2006), "Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamento rurais do MST" foi, também, localizado na pesquisa sobre o descritor "formação política e o MST".

Sales (2006) analisou o fazer político dos jovens de um assentamento do estado do Ceará. A autora observa neste estudo que as expressões culturais e o cotidiano são espaços privilegiados para esses jovens fazerem política, quando reinventaram coletivamente esses espaços. Afirma que as atividades realizadas pelos jovens, geralmente, estão vinculadas às programações do MST, o que não significa nem a tutela, nem a total autonomia dos jovens em relação ao Movimento. Destaca que os jovens, tanto em suas atividades cotidianas como no interior dos grandes eventos do MST, acabam por imprimir um ritmo próprio a essas atividades.

No trabalho "Juventudes do campo e práticas educativas: o caso do assentamento Marrecas em São João do Piauí", Gonçalves (2009) analisa como as práticas educativas vivenciadas nesse assentamento têm contribuído para a construção identitária dos jovens assentados.

A pesquisa assinalou que as identidades dos/as jovens são construídas na dinâmica das relações estabelecidas no meio social em que vivem, articulando objetividade/subjetividade, sendo a família, a escola, o movimento social e a religiosidade fortes referenciais. Pontuou, também, que as práticas educativas construídas e em construção no assentamento são múltiplas, resultado dos diferentes processos que a comunidade aciona. Enfatiza que, nos jogos de posições e identificações produzidos pelos/as jovens assentados, há um conjunto de elementos que atravessam suas constituições identitárias. Portanto, as teias de relações vivenciadas pelos/as jovens no cotidiano da comunidade e das ações mais amplas do MST oportunizam acessar diferentes espaços de sociabilidade e de possibilidades diversas.

Quando pesquisado o descritor "formação política do MST", foram identificadas 112 (cento e doze) dissertações e 42 (quarenta duas) teses, considerando inicialmente a análise do título. Porém, apenas 04 (quatro) dissertações atenderam aos critérios de seleção já mencionados, ainda assim, 03 (três) trazem no título a categoria formação política e uma que se refere à ação coletiva assumindo, no contexto desse estudo, estreita relação com a

formação política. Quanto às teses, apenas duas foram selecionadas, onde uma expressa no título a formação política e a outra, ações coletivas, já referida no levantamento sobre juventude do campo. As produções se concentram nas áreas de Serviço Social, Sociologia, Educação e Ciência Política.

Moreno (2011) analisa como as ações desenvolvidas pelos militantes e participantes do Projeto de Assentamento Palmares II, em Parauapebas-PA, contribuem ou não para consolidar uma prática política solidária afinada com o ideário do MST, desde a fase de acampamento até o assentamento. Nesse propósito, discute aspectos teóricos e empíricos da ação coletiva do MST, historiciza a formação do assentamento e assinala convergências e divergências entre os projetos dos assentados e das lideranças do movimento. Aponta as iniciativas coletivas e propõe que essas ações devem ser pensadas no âmbito de um projeto de emancipação dos agricultores ancorada no respeito e centrada nos objetivos e necessidades dos assentados.

No estudo "Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas", Prevot (2010) reflete sobre os processos de formação da consciência, formação política e ideológica realizados pelo MST ao longo de sua história.

Lins (2006) aborda a formação política dos educadores e educadoras do MST, identifica os pressupostos filosóficos e ideológicos que fundamentam essa formação para analisar o significado dela na construção de uma educação emancipadora.

A autora destaca a ação do Movimento no sentido de promover a formação política e ideológica desses sujeitos com o objetivo de envolvê-los em suas ações educativas. Ancorada na perspectiva teórica marxista, analisa os conceitos de formação, ideologia e emancipação, à luz da abordagem gramsciana acerca dos intelectuais orgânicos e hegemonia.

Para analisar o processo de formação política e ideológica no MST, Souza (2004) imerge na história a partir dos anos 1990, período de defensiva da classe trabalhadora no Brasil e de crise política e ideológica da esquerda brasileira com a implantação das políticas neoliberais. Neste contexto, investiga o processo de formação política e ideológica desenvolvido pelo MST, seus princípios, metodologia, problemas e desafios para entender como a ação deste Movimento tem contribuído para elevar o nível de consciência dos trabalhadores rurais sem terra.

Na discussão sobre "A Formação Política da juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná", Martins (2009) aponta a escassez de estudos acerca das formas de socialização e inserção política dos jovens nos diversos movimentos sociais rurais. Nesse

estudo, a autora investiga as contradições presentes no processo de formação dos jovens militantes Sem Terra a partir da análise das respostas que os jovens têm dado a esse processo, apontam-se caminhos para a continuidade ou rompimento com os interesses e propósitos do Movimento. Ancorada na perspectiva marxista, busca em Thompson fundamentos para analisar a categoria experiência, basilar para o entendimento do processo de constituição da consciência de classe das novas gerações do MST.

A pesquisa apontou que as experiências socioeducativas dos jovens do MST, no Paraná, proporcionaram a formação política desses jovens, fortalecendo a identidade com o Movimento e dando continuidade à sua luta.

O levantamento das produções acadêmicas no âmbito dos bancos de dados citados permitiu observar que, embora os estudos selecionados apresentassem expressões semelhantes no título, condição para sua seleção, as particularidades de cada abordagem contribuíram para ampliação do conhecimento construído acerca do objeto investigado.

A partir da realização deste estudo bibliográfico, foi possível constatar a singularidade da problemática levantada para esta pesquisa, colocando no centro das discussões, a formação política de jovens assentados proporcionada pelo MST, um movimento de massa, na luta em defesa do direito a terra, educação, saúde, a construção de uma nova cultura e de condições dignas de trabalho e sobrevivência para todos os trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, jovens ou adultos que necessitam do campo para nele morarem, produzirem e serem felizes.

Considerando o exposto acima o levantamento das pesquisas, que promoveram a articulação entre as temáticas abordadas, demonstra que a maioria dos estudos constitui-se em revisões de literatura e que, além dos descritores estarem inter-relacionados, considerando as poucas produções encontradas, são extremamente relevantes para subsidiar o estudo em pauta.

2.2 O MST no contexto das lutas sociais no Brasil

Para compreender a formação política proporcionada pelo MST aos jovens assentados, buscou-se elementos em diferentes áreas do conhecimento, como a História, Psicologia Social, Serviço Social, Antropologia, Economia Política e a Sociologia pertinentes à discussão sobre as categorias teóricas que subsidiam este estudo.

Nessa perspectiva para conhecer o contexto do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o olhar exclusivo sobre o presente não basta. Faz-se

necessário, portanto, recuar no tempo para reunir os elementos que envolveram a conjuntura na qual o Movimento emergiu.

2.2.1 Os Movimentos sociais no Brasil

A temática dos movimentos sociais surge junto com o nascimento da Sociologia. Lorens Von Stein, em meados de 1840, foi um dos pioneiros a utilizar o termo movimento social. Defendia a necessidade de uma ciência da sociedade que estudasse o socialismo na França, como o movimento proletário francês e o comunismo emergente. (GOHN, 2009; 2006).

Os estudos acerca dessa temática apontam que a delimitação do conceito de movimento social já foi objeto de muitas discussões. Os estudos clássicos originários da Escola de Chicago, chamados de teorias dos movimentos sociais, têm como principais representantes Herbert Blumer (1949), Eric Fromm (1941), Hoffer (1951), K. Kornhauser (1959), S. Lipset (1950), Heberle (1951), além dos estudos baseados na teoria da ação social de Talcot Parsons, considerados ações coletivas, presentes em Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Samelser (1962) e David Aberle (1966), e a corrente organizacional-institucional representada por Gusfield (1955) e Selzinick (1952), que predominaram até os anos de 1960 do século XX. (GOHN, 1996).

Em meados do século XVIII, no contexto da Revolução Industrial na Europa, "foram desenvolvidas novas formas de produção e de organização do trabalho, marcando a passagem da manufatura para a indústria" (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 227). Os trabalhadores passaram a ser chamados operários pela condição de operadores de máquinas que exerciam.

Ocorre, assim, a generalização da mão de obra assalariada, "novas e diversas formas de exploração e superexploração do trabalho e a concentração do lucro nas mãos dos proprietários dos meios de produção" (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 227). A jornada de trabalho diária chegava a 16 horas e era recorrente a exploração do trabalho de mulheres e crianças. Os trabalhadores viviam em precárias condições de trabalho e moradia e a incidência de doenças era notável.

Como resposta a essa realidade, os trabalhadores buscaram diversas formas de organização e de luta. Ganhou visibilidade o movimento sindical e as ações grevistas desencadeadas, que acompanharam o crescente desenvolvimento do processo capitalista de

produção, inicialmente na Inglaterra e depois em países como França, Alemanha e Estados Unidos. (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011).

Com o desdobramento do contexto histórico inicial, o conceito de movimentos sociais vem, ao longo dos anos, sendo reformulado e assumindo diferentes significados a partir da concepção da qual se desenvolve. No início do século XX, o conceito de movimentos sociais considerava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Apesar do desenvolvimento que o conceito vem sofrendo historicamente, ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre seu significado (GOSS, 2004).

A partir dos anos de 1970, o estudo sobre os movimentos sociais remete aos Novos Movimentos Sociais (NMS). Nos anos de 1980 tais estudos sofrem a influência de Foucault (1981), Guattari (1985), ou Castoriadis e Cohn-Bendict (1981), Melucci (1989), entre outros. Eles alicerçam suas bases nos setores das classes médias da sociedade, o que os distingue dos movimentos sociais clássicos, de base popular. (GOHN, 2006).

> O novo no movimento europeu advinha basicamente de camadas sociais que não se encontravam em condições de miserabilidade, se organizavam em torno das problemáticas das mulheres, dos estudantes, pela paz, pela qualidade de vida, etc., e se contrapunham ao movimento social clássico, dos operários. (GOHN, 2006, p. 284).

Segundo Souza (2004), no final do século XX e início do século XXI, as análises sobre os movimentos sociais sofreram influência das correntes francesa e italiana, representadas por Touraine e Melucci.

Touraine (2006), ao discutir o conceito de movimento social, ressalta:

> [...] um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados. (TOURAINE, 2006, p. 19)

Para o autor, são elementos constitutivos de um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito, sendo assim, expressam sempre um conflito de classes.

Na perspectiva de Melucci (2007), o conceito de movimento social deve ser empregado, preferencialmente, como o de ação coletiva, entendida como um conjunto de práticas sociais envolvendo determinado número de indivíduos ou grupos que apresentam características comuns como tempo e espaço onde as relações sociais se manifestam.

Gohn (2006, p. 251) também compartilha dessa ideia ao conceituar os movimentos sociais como [...] “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura

socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil".

Nesse entendimento, movimentos sociais são, portanto, ações sociais coletivas a que a população recorre para se mobilizar e expressar suas demandas. E nessas ações, a população utiliza formas diversas de aglutinação seja como estratégia de denúncia ou de pressão realizadas por meio de "mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações" (GOHN, 2003a, p. 13).

Para Scherer-Warrer (2005, p. 113), movimento social "se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações". Nesse sentido, a autora assume a ideia de "*rede de movimento social"* como um conceito de referência para designar a emergência de um novo cenário político, com novos sujeitos sociais.

Ao referir-se aos tempos mais recentes Gohn (2002), ressalta que, os principais movimentos sociais agem utilizando-se de redes sociais e da internet, novos meios de comunicação e informação de alcance local, regional, nacional e internacional. Segundo a autora, nesse início do século XXI, "ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais, como o movimento alter ou antiglobalização, presente no Fórum Social Mundial, que atuam através de redes conectadas por meios tecnológicos da sociedade da informação" (GONH, 2011, p. 338).

Reforça essa ideia as palavras de Castells (2006, p.18), ao afirmar que "a comunicação em rede transcende fronteiras, a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais [...] a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia.

Nesse sentido, Scherer-Warrer (2005, p. 113-114), corroborando como o pensamento de Castells destaca que,

> na sociedade das redes [...] o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro.

Conforme aponta Gohn (2006, p. 327) “não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social”. Mas segundo a autora, é possível “estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica, construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos”. (GOHN, 2006, p. 245).

Retomando o que diz a autora, para analisar os movimentos sociais, são necessários alguns elementos e categorias básicas, ou seja, o estudo dos movimentos sociais deve considerar as demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram sua composição e articulação (GOHN, 2006).

Quanto à composição de um movimento social deve-se considerar a origem social de seus participantes: classe dominante ou dominada. No que se refere à localização geográfico-espacial, os movimentos podem ser urbanos ou rurais. O princípio articulatório que os aglutinam são as bases demandatárias, lideranças e assessorias.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais se constituem coletivos em defesa dos direitos negados aos diversos setores da sociedade, em diferentes tempos e espaços. São práticas democráticas que podem provocar mudanças e, ou, transformações conjunturais e estruturais, conforme sua forma de organização e das relações de forças fundadas com o Estado e com os demais atores sociais (SOUZA, 2004).

Os estudos da trajetória dos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX e início do século XXI revelam as contradições econômicas e sociais presentes na sociedade brasileira, sejam em espaços urbanos ou rurais. Esses estudos evidenciam a necessidade de resgatar os principais acontecimentos que originaram tais movimentos, tendo, como força impulsionadora, a luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, configurando-se, historicamente, como instrumento de reivindicação dos movimentos sociais.

No Brasil, o trabalho assalariado e as diversas formas de organização coletivas dos trabalhadores figuraram desde a segunda metade do século XIX. É, portanto, no período da velha república (1889-1930) que se constitui não só o movimento operário, mas, sobretudo, a classe trabalhadora.

A formação da classe trabalhadora no Brasil teve como um dos elementos basilares a chegada dos operários imigrantes da Europa no final do século XIX. O contato com as lutas operárias em seus países de origem fomentou a organização dos trabalhadores brasileiros influenciando nas concepções políticas e ideológicas desses trabalhadores. Os governos reagiram com medidas repressivas para inibir a ação dos trabalhadores, inclusive com a criação de leis que reprimia a atividade político-sindical.

Nesse cenário, as lideranças e militantes embora perseguidos, reagiam intensificando a organização dos trabalhadores, mobilizando greves e reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, como redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, salário mínimo, férias, aposentadoria entre outros. (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011).

Nesse contexto, surgiram as primeiras formas de organização dos trabalhadores que deram origem as organizações sindicais, nas quais a pauta de lutas compunha-se de reivindicações como "jornada de trabalho de oito horas, melhorias salariais, férias, seguro contra acidente de trabalho, proibição do trabalho infantil, regularização do trabalho de mulheres e menores de idade e sufrágio universal". (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 235).

A partir de 1930, algumas ações do Estado foram decisivas para consolidar o controle do movimento operário como a criação do Ministério do Trabalho, que definia os sindicatos como órgãos de cooperação e colaboração do Estado; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 que reunia e sistematizava a legislação social. Diante das ações repressivas, os operários reagiam contestando e resistindo à estrutura corporativa do Estado.

Ainda assim, até o golpe militar em 1964, registram-se iniciativas da classe operária para unificação da organização dos sindicatos em uma central sindical. Também, teve início o processo de organização dos trabalhadores do campo "historicamente excluídos das leis trabalhistas conquistadas pelos trabalhadores urbanos e do direito de organização sindical". (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 239).

Na década de 1970, e início dos anos de 1980, os movimentos sociais populares urbanos são impulsionados inicialmente pelas práticas da Igreja Católica inspiradas nos pressupostos da Teologia da Libertação. Esses movimentos apresentam características definidas, voltadas para as classes populares, base social ampla e homogênea, e organizam-se em coletivos com a participação de agentes pastorais, religiosos e lideranças populares. (GOHN, 2006).

Entretanto, as mudanças decorrentes da conjuntura da década de 1980 provocam alterações nesse cenário, transformando "a fase do otimismo para a perplexidade e depois para a descrença". (GOHN, 2003a, p. 28).

Dentre os principais movimentos urbanos dos anos de 1970 e 1980 destacam-se: Custo de Vida – Carestia. Movimento nacional contra os altos preços dos alimentos (1974-1980), Movimento pelos transportes públicos (1976-1982), Movimento pela saúde (1976-1982), Movimento de lutas por creches (1974-1982), Movimento dos professores das escolas

públicas (1978-1982), Movimento de associações de moradores (1972-1982), Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), (1972-1980), Movimentos pela moradia (1980-1984), Movimento dos desempregados (1983-1984). E como principais movimentos rurais: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), (1974 data de criação) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979 data de criação) (GOHN, 2003b).

A conjuntura política nos anos de 1990 redefiniu o cenário das lutas sociais no Brasil. Parte dos movimentos sociais populares urbanos dos anos 1970 e 1980 entraram em crise interna e externa. Nesse contexto, cresce o movimento popular no campo e surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2.2.2 O MST e os Movimentos Sociais de luta pela terra

A origem da estrutura fundiária brasileira remete ao início da colonização portuguesa, no século XVI, marcada por um forte caráter concentrador, reforçado com a criação da Lei de Sesmarias que objetivava viabilizar a utilização da terra para fins econômicos, por meio da doação de grandes extensões de terra, destinadas às pessoas vindas de Portugal que dispunham de alto poder aquisitivo, principalmente, para o cultivo da cana de açúcar, utilizando-se da mão de obra escrava.

Em 1850, a criação da Lei da Terra provocou mudanças profundas na forma de acesso à terra que passa a ser adquirida por meio da compra, favorecendo as pessoas com maior poder aquisitivo. Outro fato que influenciou esse cenário foi a proibição do tráfico de escravos, em meados do século XIX, implicando em mudanças nas formas de relação de trabalho nas lavouras de café. Ocorre, assim, a substituição da força do trabalho escravo pela força do trabalho livre dos imigrantes chegados da Europa.

As mudanças decorrentes da Lei da Terra dão origem à estrutura fundiária concentrada, que contrastava com a situação de extrema pobreza a qual a população do campo era submetida. Nesse cenário, emergem os Movimentos Sociais de luta pela terra, evidenciando a relação existente entre os grandes proprietários de terra e a população do campo pobre e expropriada, submetida às precárias condições de vida e de trabalho.

A história de luta pela terra também se origina com a chegada dos portugueses, foi intensificada no final do século XX com o surgimento das Ligas Camponesas e, em tempos mais recentes, com a atuação do MST (SOUZA, 2004).

Dentre os movimentos mais importantes no campo brasileiro, do Período Colonial até a Primeira República, destacam-se como as primeiras lutas camponesas, o movimento de

Canudos, no final do século XIX, ocorrido no sertão baiano e o movimento do Contestado, no início do século XX, na divisa do Paraná com Santa Catarina. Tais movimentos considerados messiânicos, por se sustentarem em torno de um líder carismático representado por Antônio Conselheiro, em Canudos, e João Maria, em Contestado, aconteceram paralelos ao cangaço no nordeste, também chamado banditismo social, no qual a ação dos cangaceiros constituiu-se uma forma de resistência contra as estruturas de poder representado na figura do coronel.

Segundo Grynszpan, (2009, p. 319) "O período que antecedeu ao golpe de 1964 foi marcado por uma forte e extensa mobilização no campo, ocupando a reforma agrária o centro do debate político". No período compreendido entre 1940 e 1960, os camponeses firmaram-se como sujeitos políticos, organizados para lutarem por terras e por direitos.

Em meados dos anos de 1950, as lutas ocorridas por meio das Ligas Camponesas e da ação dos Sindicatos Rurais "expressam as mudanças em curso no Brasil com o processo de industrialização iniciado em 1930" (MARTINS, 2009, p. 76). Nesse período, teve início, na agricultura, o processo de modernização tecnológica, resultado do pacto da burguesia industrial com a burguesia agrária, promovendo a entrada do país no mundo moderno, mantendo uma estrutura fundiária concentrada (MARTINS, 2009).

Esse processo de modernização foi instituído pelo Estado com o golpe militar de 1964 e trazia um caráter conservador, uma vez que não transformava a estrutura fundiária brasileira historicamente baseada na grande propriedade.

Silva e Capelo (2006) apontam que, antes do Golpe de 64, a sociedade brasileira discutia projetos antagônicos de desenvolvimento nacional.

> De um lado, o projeto apoiado pelos movimentos populares, que defendiam desenvolvimento com distribuição de renda e de outro lado, um projeto defendido pelas forças políticas mais conservadoras, com amplo apoio do capital internacional, que defendia o crescimento econômico, através da integração da economia brasileira com o Capital internacional, tendo como mote principal o crescimento econômico, em primeiro lugar, relegando a distribuição de renda lugar secundário. (SILVA; CAPELO, 2006, p. 38).

Enquanto um concebia papel essencial à agricultura e aos trabalhadores rurais, pois a reforma agrária era idealizada como necessária para a distribuição de renda, para o outro, a reforma agrária e a distribuição da renda não tinham importância, pois o essencial seria a abertura da economia brasileira para o capital internacional.

Nesse contexto, foram registrados vários acontecimentos que deram origem à organização do trabalhador do campo, como a primeira Organização Nacional Camponesa e a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil (ULTAB). O campesinato foi disputado por agentes diversos, a exemplo, os Partidos Políticos e Igrejas.

Ocorreram, ainda, as primeiras manifestações de homens do campo nas cidades, a realização de grandes congressos camponeses, as primeiras greves maciças na área rural e as primeiras ocupações de terra. Registraram-se, também, as primeiras ações do poder público voltadas para a redistribuição da propriedade da terra, bem como a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1964.

Com o golpe de 1964, impôs-se a desmobilização desse processo, por meio de mecanismos de força e repressão. Cria-se, nesse mesmo ano, o Estatuto da Terra que deveria implementar a reforma agrária no país. Entretanto, o Estatuto da Terra se inscreve em um projeto de desmobilização, excluindo a participação direta dos trabalhadores rurais.

A trajetória dos movimentos de trabalhadores no campo, no período pós 1964, seguiu uma cronologia que foi diferente do que se observou nas cidades. Após intervenções e perseguições nas entidades de trabalhadores urbanos, o movimento operário emergiu nos anos de 1970, ganhou centralidade no cenário político nacional o sindicato dos metalúrgicos da região do ABC Paulista que mobiliza mais de 500 mil trabalhadores na primeira grande greve da categoria, projetando nacionalmente o nome de Lula, na ocasião, presidente do sindicato de São Bernardo (GRYNSZPAN, 2009).

Os primeiros anos do regime militar foram marcados pela produção legal e institucional, mas apresentaram parcos resultados na sua realização. Neste período, por exemplo, deu-se a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), posteriormente substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Corroborando com essa ideia, afirma Grynszpan (2009):

> [...] a reforma agrária promovida pelo INCRA, passou a significar basicamente colonização, ocupação controlada e dirigida de áreas de fronteiras da chamada Amazônia Legal, que abrangia terras do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. (GRYNSZPAN, 2009, p. 329).

Nesse contexto, o surgimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), como era denominado inicialmente, foi um dos efeitos do fracasso da política de colonização dos governos. Por isso, um ator que desempenhou papel central nas lutas pela terra no Brasil nos anos 1970, e fundamental na criação e na consolidação do MST, foi a Igreja Católica.

A esse respeito, Costa (2005) se reporta ao importante papel que as CEBs desempenharam na organização dos movimentos populares no campo, nas quais se tornaram espaços de reflexão e organização das massas trabalhadoras nos anos finais da ditadura

militar.

> Quando se inicia a Ditadura Militar e os movimentos sociais são duramente reprimidos, as CEBs são preservadas, visto que para os generais estas pareciam inofensivos grupos de estudo bíblico. Tornam-se desta forma um dos poucos espaços de discussão política existentes durante os anos mais fechados do regime militar. As comunidades de base, portanto, cumprem o papel de fomentadoras do debate político durante a ditadura. (COSTA, 2005, p. 27).

A exemplo do que ocorreu na América Latina, Ásia e África, o debate sobre o papel da igreja frente aos desafios colocados pelas novas configurações da sociedade, pós-Segunda Guerra, suscitou a necessidade de deslocar o foco historicamente voltado para as classes dominantes da sociedade para as classes subalternas (IOKOI, 1996).

No Brasil, a Igreja Católica, através da criação das CEBs, promoveu o afloramento de uma concepção de igreja "que não separa a 'Palavra de Deus' de sua relação com o homem concreto e analisa o desenvolvimento humano nos seus múltiplos aspectos – econômico, político, cultural, religioso" (IOKOI, 1996, p. 23).

Desse modo, com a criação das CEBs, ação comunitária vista como o melhor meio de ligação com os setores populares e atuando na área da Amazônia Legal, organizou os posseiros, orientando-os em suas lutas e denunciando as violências a que estavam sujeitos, a CPT ganhou evidência em 1970.

Os projetos de desenvolvimento dos anos de 1970 estendendo-se à década de 1980 eram produzidos a partir de uma perspectiva tecnocrática e autoritária, desconsiderando as populações que, por eles, seriam atingidos.

Analisando o contexto da década de 1970, evidenciam-se os principais acontecimentos que marcaram a origem do MST, a saber: construções de barragens para a instalação de grandes hidrelétricas; a luta dos atingidos por barragens; ocupações no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (1979-1980); acampamento de trezentas famílias na localidade de Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul (1981); encontro em Cascavel, no Paraná, com lideranças do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso que criam o MST (1984). Além disso, o I Congresso Nacional do MST já indicava uma mudança fundamental no curso das lutas pela terra no país (1985).

Reforçam tais ideias, a análise de Gohn (2006),

> O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, criado em 1979 em Santa Catarina, espalha-se por todo o Brasil, realiza centenas de ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo [...], cria cooperativas de produção e comercialização, funda escolas de formação para lideranças, elabora cartilha para as escolas de primeiro grau – em que discute o tipo de educação que deve ser dada aos

> filhos dos assentados e o perfil que devem ter os profissionais que trabalham com as crianças etc. (GOHN, 2006, p. 304).

O Movimento foi gestado em 1979, quando surgiram as primeiras ocupações, mas sua criação como MST ocorre entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel – PR, quando se formalizou como movimento nacional com a realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocasião em que foram definidos princípios, formas de organização, reinvindicações, estrutura e formas de luta do movimento (STÉDILE; FERNANDES, 2012). "O MST transforma-se no maior movimento popular do Brasil nos anos 90" (GOHN, 2006, p. 305).

Com base nos princípios organizativos[4] apropriados das lutas anteriores – direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta de massas e vinculação com a base – o MST se impôs no cenário nacional como um movimento social de ações de impacto, grandes manifestações, marchas e ocupações.

Segundo Bezerra Neto (1999, p. 12) "nos últimos anos, o MST tem se constituído no mais importante movimento popular brasileiro, sendo muito possivelmente o agrupamento de massa mais relevante deste final de século". Nesse sentido, "se, na atualidade, é o MST o principal movimento na luta pela reforma agrária no país, o final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 tiveram nas experiências das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais os principais protagonistas dessa luta" (MARTINS, 2009, p. 76).

Para Stédile e Fernandes (2012), a base ideológica do MST se estrutura a partir de dois fatores básicos: o primeiro centrado na preocupação com a realidade, ou seja, a prática concreta da luta por reforma agrária não admite a possibilidade de reproduzir experiências, porque cada espaço apresenta uma nova realidade, novos sujeitos que vão se recriando em um movimento dialético; o segundo é a Teologia da Libertação que se vincula à ideologia marxista[5] onde o MST constrói seu espaço político.

---

[4] Ver mais em STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

[5] A ideologia marxista funda sua base no materialismo histórico-dialético. Uma abordagem inspirada nesse referencial teórico tem a sociedade como espaço de contradições e conflitos. O homem nesse contexto constitui-se sujeito histórico no qual à medida que constrói a sociedade, constrói a si próprio em uma relação de reciprocidade. Nesse sentido, o raciocínio dialético sustenta que nem tudo é o que parece ser: a essência não coincide com a aparência, isso faz da ciência uma necessidade para conhecer a realidade na sua totalidade. O objeto de estudo - a sociedade capitalista no caso especifico de Marx - quando analisado na sua concreticidade é sempre relação e movimento. Portanto, não se trata "apenas de uma ampla, sistemática e demorada reflexão sobre o regime capitalista de produção, mas uma reflexão ao mesmo tempo crítica e revolucionária" que permita conhecer com profundidade as "relações, processos e estruturas, apanhando, inclusive e necessariamente, as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto e impregnadas nele". Sendo assim, "para conhecer as relações reais entre as pessoas e as classes sociais, é necessário que a análise, demorada e obstinada, desvende as muitas aparências que a dissimulam". (IANNI, 1988, p.15)

Stédile e Fernandes (2012) destacam, ainda, que pensadores clássicos de diferentes matrizes influenciaram as lutas do movimento como Marx, Lenin, Engels, Mao Tse-tung e Rosa Luxemburgo, bem como representantes brasileiros, a exemplo, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Leonardo Boff, Frei Beto dentre outros. Acrescentem-se, ainda, dirigentes políticos que inspiraram com suas experiências como Fidel Castro, Sandino, Nelson Mandela, Ghandi, Martin Luther King entre outros.

Como se pode notar, o Movimento vai buscar, no conhecimento historicamente construído, fundamentos que possibilitam aos seus militantes a compreensão da realidade com suas contradições e desafios.

Além desses pensadores, o movimento sofreu influência ideológica das lutas da classe trabalhadora como Canudos na Bahia, Zumbi dos Palmares em Alagoas, Contestado no Paraná, Trombas e Formoso em Goiás, Porecatu no norte do Paraná e as Ligas Camponesas. (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

O MST consiste em um movimento de massa que adota formas orgânicas, organização e estrutura sólida. No entanto, a estrutura organizativa do MST não apresenta rigidez, ao contrário, é flexível e dinâmica identificada com as necessidades de cada época. O movimento nunca teve estatuto, visto que "a orientação política se dá por um conjunto de normas e combinações que se fazem nos encontros e nas reuniões em cada estado". (BOGO, 2003, p. 54).

A coordenação do movimento se faz a partir das discussões nos estados onde ocorre democraticamente a escolhas dos dirigentes. Segundo Stédile e Fernandes (2012, p. 84) "os nomes sugeridos irão compor a Direção Nacional, ratificados num evento nacional que pode ser o Encontro Nacional ou uma reunião anual da Coordenação Nacional. Não há espaço para isso nos Congressos Nacionais".

A organização dos assentamentos deve articular ações que possibilitarão a criação das condições necessárias às mudanças no meio rural. Nesse sentido, os setores são coletivos de pessoas que buscam pesquisar, estudar, planejar e organizar as ações que cabem a cada área de atuação (BOGO, 2003). O setor de frente de massas é encarregado de comandar as mobilizações; o setor de educação cuida da área escolar; o setor de formação cuida da qualidade e do aprimoramento da formação ideológica; o setor de comunicação cuida da revista e do jornal; o setor de produção organiza-se por meio do sistema de cooperativas, e aqueles que já possuem o título da terra, buscam créditos e mercados; o setor de saúde busca, por meio da organização interna, resgatar conhecimentos históricos naturais para prevenção e cura de doenças. (MST, 2006).

Além dos setores, com o propósito de manter o vínculo de movimento de massas, o MST organiza a cada dois anos o Encontro Nacional e a cada cinco anos o Congresso Nacional. Os eventos nacionais são espaços de confraternização da militância para compartilhar as diferenças regionais e fortalecer a identidade do MST, assim como propiciar momentos de estudos para a militância, ou ainda oportunidade para definir as grandes linhas políticas do movimento. (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Um aspecto relevante a ser destacado diz respeito à família. Segundo Bogo (2003, p. 64) "faz parte da filosofia do MST [...] resgatar o valor da família através da participação política, onde homem e mulher devem andar juntos". Como representado na bandeira do movimento que mostra um casal, partindo para luta, evidenciado pelo facão que o homem empunha firme com a mão direita. Para o MST, o homem, a mulher e os filhos devem gerar o sustento de toda a família.

Outra experiência do movimento que merece relevo consiste na incorporação da "mística como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta" (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 131). Sob a forte influência da Igreja Católica, a mística constitui-se uma forma de manifestação coletiva, de um sentimento e exerce a capacidade de motivar as pessoas em direção a um ideal.

> A palavra mística passou a ser a referência para definir o belo e o sentimental, vinculados com a parte racional, existente nos encontros. Ou seja, a mística antecedia e concluía os encontros. Criava um sentimento de saudade em seus participantes, quando se aproximava da hora da despedida. (BOGO, 2003, p. 308).

O MST pode ser considerado um movimento de tipo novo, sobretudo pela forma de organizar-se, na capacidade de (re) elaborar valores, (re) organizar uma simbologia em torno da questão da terra e da exclusão social. A linguagem, a simbologia, as ferramentas de trabalho, os frutos do trabalho no campo, a mística, as palavras de ordem, o hino, a bandeira reforçam valores ligados à terra como meio de sobrevivência, a ideia de luta, de participação e conquista, assim como retratam a construção coletiva de um dos poucos movimentos tão bem sucedidos na imposição de temas na agenda política em âmbito nacional e internacional.

2.3 A categoria juventude como objeto de investigação

O estudo sobre juventude pode ser feito sobre diferentes perspectivas. As incursões nas diversas concepções de juventude situam-na em um campo complexo e controverso de análises, uma vez que não se tem um conceito unívoco de juventude.

Nesse sentido, estudar a categoria juventude exige, antes de tudo, compreender a situação paradoxal de difícil resolução que se apresenta. Segundo Sposito (2000, p. 154), "qualquer investigação em torno da produção do conhecimento exigiria, como pressuposto, a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo de modo a orientar os critérios de seleção". Por outro lado, não se poderiam ignorar as dificuldades para estabelecer essa categorização inicial, visto que não haveria consenso sobre o uso da categoria jovem entre todos os pesquisadores.

Sendo assim, o modo de aproximação possível "reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passivo de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais" (SPOSITO, 2000, p.154).

Dessa forma, este construto teórico pode ser discutido por um viés sociológico, antropológico, psicológico, dentre outros, com seus respectivos marcos teóricos e ênfase em aspectos singulares. "Jovem e juventude têm sido categorias exaustivamente estudadas e constantemente redefinidas" (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 413).

Como se pode notar, não existe uma definição unívoca para juventude. O termo juventude surge, em uma visão sociológica, a partir do século XVIII. Dentre os pioneiros que abordaram essa temática, encontra-se Rousseau, em particular no Emílio e, sobretudo, Mannheim (1968), considerado marco referencial de estudo na sociologia da juventude.

Por outro lado, são muitos os caminhos percorridos na tentativa de definir, conceituar, diferenciar e, principalmente, limitar, o início e o término dos períodos caracterizados como adolescência e juventude. Porém, segundo, Guimarães e Grinspun (2008. p. 1) não se trata de uma busca recente, "mas decorrida há séculos e com uma crescente angústia de, até então, não se ter obtido resultados que sejam satisfatórios" e considerando o pensamento hegemônico cartesiano de que cada objeto de estudo deve ocupar o seu devido lugar, no seu devido campo de conhecimento.

O termo adolescência surgiu somente no final do século XIX nas classes burguesas, no contexto de uma sociedade capitalista e industrializada. Já na contemporaneidade, com o propósito de demarcar o início da segunda infância, definida para além dos 13 anos, G. Stanley Hall (1904) foi o primeiro autor a tratar o tema como uma etapa importante no desenvolvimento humano, na qual "considerava que a emancipação e o sucesso da vida adulta seria o resultado de uma boa acolhida, com cuidados especiais, dedicada à fase da adolescência". (GUIMARÃES; GRINSPUN, 2008, p. 2).

Entretanto, segundo Sposito (1997), estudos realizados no período compreendido

entre 1981 e 1995 evidenciaram que o termo juventude foi empregado com menor expressividade do que o termo adolescência, todavia a utilização do termo juventude apresenta-se com mais constância no campo das Ciências Sociais, enquanto o termo adolescência figurou no campo da Psicologia.

Na tentativa de particularizar as concepções de juventude e adolescência, Guimarães e Grinspun (2008, p.4, grifo do autor) recorrem à etimologia da palavra, visto que "'juvenis' (aeoum) que quer dizer 'aquele que está em plena força'. Em contrapartida, encontra-se em 'adulescens' o significado de ser 'aquele que está em crescimento'". Portanto, a preferência pela utilização do termo juventude nesta pesquisa se justifica pela origem e significação que expressa, bem como pela aproximação do objeto de estudo com as Ciências Sociais.

Diversos fatores têm contribuído para evidenciar a discussão sobre o tema juventude na sociedade atual. "Seu peso numérico na população mundial, especialmente da juventude empobrecida, gera preocupação de organismos multilaterais e dos governos". (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 412),

Com o propósito de conhecer as principais características dos jovens e suas representações ao longo das últimas décadas do século XX, buscou-se elementos em Guimarães e Grinspun (2008) que se reportaram ao quadro síntese publicado por Dick (2003), de onde se extraiu as informações a seguir: nos anos 40, os jovens foram marcados pelas experiências chocantes vividas durante a Segunda Guerra Mundial e com as bombas atômicas no Japão; nos anos 50, chamado "Anos Dourados", os jovens eram considerados mais autônomos; já nos anos 60, foi a década de maior exploração do tema juventude e expansão do Movimento Hippie visto como uma ameaça à ordem social da época; nos anos 70, apelidado de "Anos de ressaca", a juventude mostrava-se insatisfeita e buscava mudanças para superar uma sociedade estagnada, apática e viciada; nos anos 80, assume lugar de destaque a "Pastoral Juvenil" em defesa do protagonismo juvenil e evidencia-se a redução dos avanços da liberdade sexual ocasionado pela difusão da AIDS, os jovens são vistos como sujeitos desprovidos de ideologia, individualistas, consumistas e conservadores; nos anos 90, registra-se a transição de uma geração que valorizava a organização, a articulação, a lógica e o raciocínio, para uma geração que valoriza o corpo, o prazer, o fragmentado e o individual. Surge a "geração *zapping*"[6], que significa em constante mudança.

Na perspectiva atual, "muitas são as definições que começam a surgir com a

[6] Geração *zapping* é uma expressão de origem inglesa que se refere ao ritmo acelerado com que os jovens têm se relacionado na sociedade da era digital ao lidar com o excesso de informação disponível.

pretensão de demarcar e fixar um espaço sócio-demográfico para a categoria juventude". (GUIMARÃES; GRINSPUN, 2008, p. 7).

Essa realidade é ratificada por Castro (2009), quando afirma:

> [...] podemos entender a juventude como aqueles que vivem o mesmo processo histórico e cultural, que possuem certa identidade decorrente do lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de forma diferenciada, pois as variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade, expectativa fazem parte da definição de quem é visto ou considerado jovem. (CASTRO, 2009, p. 45).

A partir desta afirmação, depara-se com o entendimento de que existem diferentes concepções do que é ser jovem, que podem variar de acordo com o espaço e a posição social que ocupa.

Segundo Sales (2006, p. 119) "as tentativas das ciências sociais de definir juventude partem principalmente de critérios etários, combinados ou não com critérios socioculturais e econômicos". Entretanto, esses critérios foram questionados por muitos autores, entre eles Groppo (2000), para quem juventude constitui-se uma categoria social construída a partir de criações simbólicas produzidas pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens para significar comportamento e atitudes.

Nesse sentido, Groppo (2000) ressalta:

> A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais, [...] e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero. (GROPPO, 2000, p. 15).

O que se entende, a partir das considerações do autor, é que a juventude historicamente é vivida de forma diferente, levando-se em consideração os padrões de cada época, em cada gênero, mesmo quando se refere a sujeitos de uma mesma classe social, etnia ou do mesmo ambiente urbano ou rural.

A propósito, Andrade, Carrano e Lânes (2006) seguem essa linha de análise e argumentam:

> A definição do que venha a ser juventude em determinado momento histórico pelo intermédio do recorte etário é, talvez, a maneira mais simples de tentar circunscrever sujeitos cujas experiências se caracterizam por serem diversas e desiguais. Ainda que para fins de pesquisa, legislação e definição de políticas públicas seja possível estabelecer como sendo jovens aqueles/as que se encontram em torno de determinado corte de idade, deve se ter em conta a inadequação conceitual de se articular um só campo de representações que seja unificador dos sentidos do que venha a ser a "juventude". Sem dúvida, 'juventude é apenas uma palavra' (Bourdieu, 1983), o fundamental é que se busque compreendê-la como categoria em permanente construção social e histórica, incorporando a complexidade da vida – em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, econômicas etc. –

> que organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil. (ANDRADE; CARRANO; LÂNES, 2006, p. 7, grifo do autor)

Diante do exposto, considera-se procedente a preocupação evidenciada com a complexidade e controvérsias do conceito de juventude, o que revela uma situação de difícil resolução para os pesquisadores dessa temática.

Alguns autores como Rezende (apud GROPPO, 2000), Frigotto (2004), Novaes (2007), dentre outros apontam para a utilização do termo "Juventudes" como mais apropriado.

Groppo (2000) alerta:

> [...] sobre a existência, na realidade dos projetos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio-cultural - classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc. - saltam subcategoria de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamento, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é 'ser jovem', contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes. (GROPPO, 2000, p. 15)

Para Frigotto (2004, p. 180), o "mais adequado seria, talvez, falar, como vários autores indicam, em juventudes, especialmente se tomarmos um recorte de classe social".

Esse posicionamento se confirma nas palavras de Novaes (2007, p. 1, grifo do autor) quando diz que "entre os jovens contemporâneos, há diferenças culturais e desigualdades sociais. Hoje já é lugar comum falar em 'juventudes', no plural". Portanto, indiferente da faixa etária que o jovem se encontre, jovens com mesma idade vivem juventudes diferentes.

De acordo com Weisheimer (2005), na obra "Juventudes rurais: mapa de estudos rurais", publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estudos e pesquisas que focalizaram a temática da juventude rural produzidos no período de 1990 a 2004 utilizaram cinco abordagens nas definições conceituais sobre juventude rural: faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura ou modo de vida e representação social.

Para o autor, no que se refere à juventude como faixa etária, algumas pesquisas ancoram a definição ora de juventude, ora de adolescente a partir de fontes mais recorrentes como a Organização Mundial da Saúde (OMS) que define adolescência entre 15 e 19 anos; a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ, 1994) e a Organização Internacional da Juventude utilizam a faixa etária entre 15 e 24 anos (UNESCO); para o IBGE, jovem são aqueles entre 15 e 24 anos; e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são considerados adolescentes aqueles na faixa etária de 12 a 18 anos.

No Brasil, na perspectiva atual, o termo juventude tem sido empregado em muitos estudos para caracterizar aqueles/as compreendidos entre 15 e 24 anos. Entretanto, no âmbito

da Política Nacional de Juventude, de acordo com o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, define-se como jovem as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. (BRASIL, 2013). Essa realidade reforça a afirmação de que não há uma concepção unívoca de juventude, mas a coloca em um campo complexo e controverso de análises na qual exige situar as determinações contextuais de cada realidade.

A juventude como um período de transição ou ciclo de vida, definição assumida pela UNESCO desde a Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble (1964), tem sido uma das mais utilizadas por pesquisadores. Parte do entendimento de que a juventude consiste em um estado transitório com começo definido com a puberdade e o término implica em critérios subjetivos como relações familiares, trabalho e autonomia.

Nessa abordagem "a ideia de transição é inerente à vida e por si só não diz nada" (WEISHEIMER, 2005, p. 21). Portanto, cabe destacar o processo de socialização e atribuições de papéis sociais como condição de transitoriedade (SPOSITO, 2000) elemento importante para a definição do jovem. Esse processo de transição pode ser percebido a partir de diversas mudanças como a passagem da família de orientação para a procriação; da condição de aprendiz para a produtividade; da crescente ascensão da autonomia, entre outras (WEISHEIMER, 2005).

Nesse enfoque, "o conceito de juventude compreende um momento do ciclo de vida e, simultaneamente, condições sociais e culturais específicas de inserção dos sujeitos na sociedade" (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 413).

Complementando essa assertiva, Abramoway e Castro (2005) enfatizam que juventude se refere,

> [...] ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos, e durante o qual se produzem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que se realizam em condições diferenciadas, segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero, bem como outras referências objetiva e subjetivamente relevantes para aqueles que as vivenciam. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005, p. 68).

Reforça, assim, a ideia de transição o ingresso do jovem no trabalho, uma vez que é por meio dele que os jovens conquistam relativa autonomia diante da família de origem.

O enfoque das gerações baseia-se principalmente nas contribuições de Mannheim (1968), segundo o qual geração pode ser definida como um fato coletivo, ou seja, corresponde a vivência de situações similitudes em um mesmo tempo histórico. Essa abordagem apresenta demandas relacionadas à transmissão e adaptação de herança cultural.

Foracchi (1972, p. 19) ressalta que "toda sociedade elabora uma noção ideal de 'adulto', na qual estão sintetizadas as suas aspirações mais ambiciosas, seus valores mais raros, suas normas mais características, numa palavra, a essência do seu *ethos*". Isso implica dizer que "esse ideal de adulto constitui o ponto máximo da sua humanização" (FORACCHI, 1972, p. 19).

A autora ressalta ainda que "é com os adultos que o jovem aprende a ser adulto: é outro o significado da socialização se não o de promover a internalização dos modos de comportamento e a assimilação dos valores que governam o sistema de relações do mundo adulto" (FORACCHI, 1972, p. 28).

Nesse sentido, "muitas vezes o ritmo acelerado das mudanças sociais provoca a difusão de novos valores e comportamentos que são mais facilmente incorporados pela juventude" (WEISHEIMER, 2005, p. 22). Disso decorrem potenciais conflitos entre as gerações, entre os jovens e a ordem social vigente, ou ainda entre os próprios jovens.

A perspectiva de juventude como cultura ou modo de vida se apoia nos fundamentos da cultura de massa, considera a definição de juventude por critérios culturais, emerge dessa concepção a cultura juvenil como reflexo da sociedade de consumo. Nesse entendimento, os jovens, no meio rural, sofrem os efeitos do processo de modernização do campo, consequência, da disseminação de uma cultura urbana por meio dos veículos de comunicação de massa.

Essa abordagem questiona a existência de uma juventude no campo, partindo do pressuposto de que as crianças logo que adquirem força física são incorporadas no trabalho agrícola.

Por outro lado, a ampliação do acesso aos meios de comunicação de massa até mesmo nas mais isoladas regiões, promovem a disseminação de uma cultura urbana que ocasiona um processo de hibridização vivenciado pelos jovens.

Weisheimer (2005) aponta que:

> O próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, seu padrão de modernização e os recentes processos de industrialização difusa, que fazem do rural um espaço não exclusivamente agrícola, contribuíram para a diluição das fronteiras materias e simbólicas ente o rural e o urbano. Se isso não pôs fim às profundas diferenças entre eles, permitiu ao menos a convivência em um mesmo espaço social de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais. (WEISHEIMER, 2005, p. 23).

Nessa perspectiva, as identidades tidas como locais são sustentadas na diversidade de padrões culturais, resultado da combinação de práticas e valores originários de naturezas culturais distintos identificados como "rurbanização".

Desse modo, o jovem do campo à medida que (re) constrói sua identidade social, questiona os padrões de reprodução de modos de vida baseados tão somente no campo e se apropria de projetos de vida, valores e condições materiais tipicamente urbanos, o que resulta no ideal rurbano. (CARNEIRO, 1998).

A abordagem de juventude como representação social e auto-representação enseja um agregado de relações sociais situada em um espaço determinado. Compreende a condição juvenil como processo transitório de uma condição social de dependência para outra de independência que caracteriza a entrada na vida adulta.

Referindo-se a essa discussão, Weisheimer (2005) reforça a ideia de que:

> Essa independência que caracteriza a entrada na 'vida adulta' aparece vinculada à assunção de responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternais ou materiais. [...] os jovens estariam sujeitos à incorporação de uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização. A alternância de papéis sociais e de processos de socialização que marcam a condição juvenil está voltada a assegurar a reprodução ou a continuidade social. (WEISHEIMER, 2005, p. 24, grifo do autor).

Portanto, essa abordagem permite perceber a juventude como realidade plural cunhada em diferentes representações sociais. Não obstante, o estudo aponta que alguns pesquisadores enfatizam uma das abordagens, outros utilizam diferentes combinações. Ao concluir o mapeamento da produção acadêmica sobre Juventude Rural no Brasil, Weisheimer (2005) constatou a "migração e invisibilidade" como fatores que caracterizam os estudos sobre a temática. E ressaltou a pouca produção bibliográfica sobre essa categoria.

Nesse estudo, entende-se a concepção de juventude como categoria social e não apenas como etapa transitória para a maturidade. Portanto, definir juventude, como categoria socialmente construída, implica no entendimento de que o sujeito se constrói como pessoa no convívio com outras pessoas e, nessa relação, cada um contribui para uma construção coletiva. (GROPPO, 2000).

A definição pela categoria empírica juventude do campo utilizada nesta pesquisa agrega tanto a dimensão geográfica quanto o processo de socialização onde se situam os sujeitos pesquisados. (WEISHEIMER, 2005).

Desse modo, faz-se necessário compreender o que caracteriza a juventude que vive no campo, considerando que, no campo brasileiro, a diversidade das experiências dos jovens possibilita diversas formas de viver a juventude.

2.3.1 A juventude do campo

Os estudos sobre Jovens Rurais são recentes. Somente a partir da década de 1980, começaram a surgir os estudos sobre essa temática na América Latina[7]. No Brasil, os jovens do campo se constituem, ainda, uma categoria de análise em construção, uma vez que as pesquisas sobre juventude estão relacionadas principalmente ao universo urbano.

Castro (2005) se refere a "juventude rural" ou "juventude camponesa". Segundo a autora, a partir do final da década de 1990, registrou-se uma crescente produção acadêmica acerca dessa temática, sobretudo no que diz respeito aos chamados países desenvolvidos ou países do sul. Embora com menor expressividade do que o tema juventude urbana, a temática começa a ser abordada seja como "*jovem camponês*" ou "*juventude rural*" como: Carneiro (1998); Abramovay (1998); Brkic e Zutinic (2000); Torrens (2000); Jentsch e Burnett (2000); Majerová (2000); Stropasolas (2004).

Segundo Capelo (2007),

> [...] as juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especialidades aos jovens, conforme suas condições de existência. (CAPELO, 2007, p. 217).

Essa realidade é ratificada por Novaes (2007), quando destaca que a juventude é entendida como etapa de preparação, anterior à inserção dos sujeitos na vida social, seja ao assumir responsabilidade com família própria, na inclusão no mundo do trabalho ou no exercício de direitos e deveres. Nesse sentido, a condição juvenil é vivida de forma desigual e distinta em função da origem social, dos níveis de renda e da diversidade socioeconômica entre campo e cidade.

Sob o mesmo ponto de vista, Macedo (2011, p. 230) afirma que "a juventude tem múltiplas faces, e toda a sociedade tem que reconhecê-las em sua diversidade: regional, racial, de gênero, de orientação sexual, e todo o conjunto de elementos que a compõem". Portanto, é necessário considerar o conjunto de elementos que caracterizam o campo e as relações que dele se originam.

Nesse sentido, falar de uma experiência vivida por um jovem no sertão nordestino e por um jovem que vive em um grande centro urbano implica refletir sobre os condicionantes

[7] As primeiras publicações sobre jovens rurais na América Latina foram realizadas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Em 1996 a publicação do livro *Juventud Rural, Modernidad y Democracia* reuniu uma série de artigos sobre suas especificidades, elementares para a formulação de políticas públicas com vista a garantir-lhes a permanecia no meio rural e dar maior visibilidade social. (CAPELO, 2007).

sociais, étnicos, de gênero, orientação religiosa, relação com o mercado de trabalho e com a escola, bem como o local de moradia, se urbano ou rural, fatores que, entre outros, vão gerar distinções do que se entende por juventude.

Nessa perspectiva, partindo-se do princípio de que a sociedade contemporânea vive "um tempo de mudanças nas estruturas produtivas, que determinam rupturas ou alterações em diferentes instâncias sociais" (CAPELO, 2007, p. 218), é indispensável investigar a realidade social vivida, mas nem sempre apreendida.

A autora ressalta ainda que "as dificuldades para focalizar a categoria 'juventudes' são muitas, ainda mais quando se trata de analisar jovens rurais ou pertencentes ao campo". (CAPELO, 2007, p. 218, grifo da autora). Por outro lado, "o confronto entre rural e urbano tem sido insuficiente para compreender a complexidade desses mundos no momento atual, não se trata apenas de opor entre si os diferentes. É preciso ir além, pois o próprio rural está em mudança". (CAPELO, 2007, p. 218).

Para exemplificar essas mudanças, Capelo (2007) destaca:

> As diferentes formas organizacionais dos sujeitos no campo superam a figura do camponês tradicional porque mostram a presença de homens, mulheres, crianças, jovens e velhos, que tem a terra como lugar de pertencimento no mundo, como possibilidade de produção e reprodução social. [...] São trabalhadores e trabalhadoras do/no campo que fazem brotar uma dinâmica histórica que parece estar mudando o perfil econômico e cultural da população do rural/campo, diluindo a figura tradicional do camponês. Essa possibilidade de mudança apresenta-se como uma alternativa de sobrevivência e permanência no campo para os trabalhadores, sobretudo para os jovens, diante do predomínio do agronegócio mais voltado para a grande produção de exportação. (CAPELO, 2007, p. 219).

É lugar comum no cenário nacional que os gestores das políticas públicas defendam o desenvolvimento do agronegócio que, por sua vez, tende a ser mais um entrave para a permanência e geração de possibilidades de trabalho para o jovem no campo. (CAPELO, 2007).

O uso cada vez mais intenso das novas tecnologias provoca mudanças tanto no cenário rural quanto no urbano. No campo, a ampliação da utilização das técnicas de produção entre os grandes proprietários resulta na ampliação do desemprego estrutural e impulsionam a migração, sobretudo, da população jovem.

Capelo (2007), ao se reportar a essa problemática, situa a saída das moças, filhas de pequenos produtores como elemento central para compreender o movimento migratório de jovens do campo, visto que "as migrações seletivas, marcadas pela condição de gênero e de faixa etária, constituem uma forma de reorganizar as relações familiares". (CAPELO, 2007, p. 219),

Segundo a autora, esse movimento migratório de jovens provoca mudanças no modo de vida do campo, "de um lado, o declínio da suposta hegemonia do patriarcalismo nas relações sociais familiares e, de outro, a possibilidade de sobrevivência da pequena propriedade". (CAPELO, 2007, p. 223). Como resultado desse movimento, incide a necessidade de redefinições sociais e culturais marcadas pelo processo de "masculinização e no envelhecimento dos que permanecem em espaços rurais". (CAPELO, 2007, p. 224, grifo do autor).

Ainda sobre a polarização campo e cidade, Capelo (2007) ressalta:

> [...] somente o uso da palavra 'campo' também não resolve o problema das marcas históricas que ainda se fazem presentes no mundo rural, quando comparado ao mundo urbano. Ainda que o conceito de 'campo' possa ser mais abrangente do que o 'rural', não deixa de ser um conceito que precisa ser preenchido com novas interpretações, pois a etimologia das palavras contém significados que lhes são inerentes. (CAPELO, 2007, p. 225, grifo do autor).

Ao se referir à etimologia das palavras campo e cidade, Ernout e Meillet (apud CAPELO, 2007, p. 225-226) sugerem que "[...] campo e rural (*campus e rus)* significam terreno plano por oposição à montanha. Etimologicamente *rus* é o mesmo que rural, rústico.[...] *ager* é agricultura, agrícola, opondo-se, portanto à cidade".

E continua Capelo (2007),

> Tem-se então: campônio (camponês) entendido, por oposição ao cidadão, como mais rústico. Cidade e urbano (*civitas, pólis*) significam 'civilizado, cidadão, cidade e desenvolvido'. Contudo, este é um preconceito histórico, herdado do tempo da escravidão, que precisa ser ressignificado. Mais importante do que nominar ou classificar, é ressaltar as interpenetrações e as relações de complementariedade que tem ocorrido entre esses dois mundos. À medida que o capitalismo avança para o campo, este também moderniza-se. Em síntese, pode-se afirmar que o rural e o urbano devem ser compreendidos numa relação de complementariedade e de historicidade. Isso implica pensar as relações dinâmicas e não propriamente as diferenças. (CAPELO, 2007, p. 225-226, grifo do autor).

Nesse contexto, o MST apresenta novas formas de organização viabilizadas pela atuação junto aos assentamentos, articuladas a outras estratégias para garantir a permanência dos pequenos produtores e, por conseguinte, o jovem no campo. Nesse sentido, os jovens referidos neste estudo têm "rosto definido". Pertencem à classe trabalhadora, são assentados, filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

De acordo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), os jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 24 anos, equivalem a 34,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 17,9% da população total. Nas áreas rurais, existem 5,4 milhões de jovens (IBGE, 2010). No Maranhão, os jovens entre 15 e 24 anos correspondem a 1.338.479 pessoas que representam 20,4% da população total (IBGE, 2010). Nas áreas rurais, vivem 482.243 jovens ou o equivalente a

36,02% da população residente em áreas rurais no estado. Em Nina Rodrigues, os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos correspondem a 2.672 pessoas e representam 21,4% da população total e os jovens rurais representam 20,6% da população rural total (IBGE, 2010). Dessa população jovem, parcela significativa vive em áreas de assentamento.

2.4 A formação política no MST

A concepção de educação e de formação política, que orientam o processo de socialização política da juventude e subsidiam o projeto político-educativo do MST, estão presentes nas práticas do Movimento desde sua criação. Desse modo, torna-se fundamental explicitá-las na perspectiva de compreender a pedagogia de formação do Movimento, na qual a formação política é inerente.

2.4.1 A Pedagogia de formação do Movimento Sem Terra

No que se refere à Pedagogia do Movimento Sem Terra, Caldart (2004) ressalta que:

> No processo de humanização dos sem-terra e da construção de uma identidade Sem Terra, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. É do Movimento por ter o Sem Terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E é também do Movimento, porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando. (CALDART, 2004, p. 98).

Nesse sentido, as palavras de Frei Beto, no prefácio da obra Arquitetos de Sonhos de Bogo (2003), ao se referir à contribuição de Paulo Freire para a construção dos pilares da Pedagogia do Movimento, revelam toda a essência do seu legado.

> Paulo Freire teve mais importância para a história recente do movimento social brasileiro [...] do que toda a obra dos clássicos do marxismo. Genuinamente brasileira, a pedagogia de Paulo Freire adotada pelo MST (e da qual o movimento também é fruto) articula princípios éticos do Evangelho, pressupostos teóricos do marxismo e um fundamento que sustenta toda a sua construção: o oprimido como sujeito histórico. Essa é a marca do MST, cuja direção é de sem terras, e não de intelectuais iluministas ou pequeno-burgueses que se arvoram em vanguarda dos desvalidos. (BOGO, 2003, p. 14).

Sem dúvida Paulo Freire, ao defender a educação como prioridade absoluta, reconhece o espaço da escola como lugar social da luta de classe assumindo uma posição articulada com os princípios do MST.

> A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos. Distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na práxis, com a sua transformação; segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2011, p. 44).

De acordo com o autor, somente quando o oprimido descobre seu opressor, percebe a necessidade de libertar-se, de buscar frente a realidade existente a mudança, a transformação da realidade que, segundo os ensinamentos do MST, dar-se-ão por meio de uma educação que valorize a pessoa humana.

Segundo Caldart (2004), o resumo apresentado no Caderno de Educação nº 9, intitulado "Como fazemos a Escola de Educação Fundamental" publicado pelo MST, revela a concepção de escola e de formação defendida pelo Movimento.

> O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento vem formando historicamente o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 95, grifo do autor).

O que se depreende, a partir das considerações da autora, é que a identidade Sem Terra expressa um modo de vida alicerçado em valores humanistas em oposição aos valores excludentes que consubstanciam a atual sociedade capitalista.

De acordo com os estudiosos da questão agrária no Brasil, o MST hoje se constitui "um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: Sem Terra". (CALDART, 2004, p. 211).

No modo de ver da autora, ser Sem Terra significa não apenas uma condição social de trabalhadores e trabalhadoras que não têm terra, mas, é, sobretudo

> um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção desse sujeito, que é a história da formação do *sem-terra brasileiro*, em um recorte político e cultural diferenciado. [...] Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST*! (CALDART, 2004, p. 211, grifo da autora).

Diante do exposto, ressalta-se a distinção que a autora faz do termo "sem-terra" - com letras minúsculas e com hífen - do termo "Sem Terra" - com letras maiúsculas e sem hífen - considerando que o primeiro se refere à categoria social dos trabalhadores que não têm terra, enquanto o segundo diz respeito a uma identidade, a um sujeito social que tem um jeito de ser próprio construído em um processo histórico de mudança. (CALDART, 2004).

Ciampa (1987) corrobora com essa ideia de identidade. Seguindo essa mesma direção, entende identidade como metamorfose. Para o autor, "identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto [...] é metamorfose" (CIAMPA, 1987, p. 74), na qual o sujeito vivencia um processo permanente de transformação, embora capaz de sustentar uma relativa unidade. Esse processo de mudança se dá na totalidade de condições materiais e históricas socialmente produzidas.

A identidade tem sido discutido por diferentes áreas do conhecimento, (des) construindo a ideia de uma identidade única, integral e originária e empregada como um conceito dinâmico. O campo das Ciências Sociais registra a discussão de diferentes concepções de identidade.

Por sua vez, a Psicologia Social tem empregado o termo identidade social, de caráter relacional, para fazer referência à pertença a grupos sociais e ao papel desempenhado por estes na construção identitária de cada sujeito. (JACQUES, 1996). Nesse entendimento, o sujeito constrói uma identidade social à medida que apreende o eu nas suas relações com o outro, no engajamento com o grupo de pertença e de referência.

Ciampa (1987) destaca o papel da relação do sujeito com o outro, uma vez que "a identidade do outro reflete na minha e a minha na dele." (CIAMPA, 1987, p. 59). Complementando essa ideia Coutinho, Krawuls e Soares, (2007, p. 30) ressaltam que "pensar esta inserção implica em reconhecer uma concepção dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se identifica e se transforma a partir do outro: o sujeito assimila a realidade e reproduz ativamente sua experiência social". É, portanto, na e pela atividade que a identidade se constrói (CIAMPA, 1987).

No campo da Sociologia, Sader (1988) compreende os sujeitos como parte de uma coletividade ou pluralidade, de modo que as identidades resultam das interações sociais que delas decorrem. Nesse sentido, "as posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém esta ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles" (SADER, 1988, p. 55).

Nessa perspectiva, busca-se compreender o lugar que o MST ocupa como sujeito coletivo e a preocupação permanente em promover, eticamente, a metamorfose humana (CIAMPA, 1987) da imensa classe trabalhadora dos Sem Terra.

Ainda segundo Caldart (2004), no MST, a educação encontra-se na origem do Movimento, se entendida como formação humana, uma vez que a prática exercida no interior das suas ações promove "a transformação dos 'desgarrados da terra' e dos 'pobres de tudo'

em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história." (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 96).

Com efeito, a experiência coletiva de ocupação de terra, o acampamento, o assentamento, a marcha ou a conquista de uma escola são fontes de aprendizagem vivenciadas por homens e mulheres sem-terra.

Dessa forma, as experiências vividas por esses sujeitos forjam uma identidade que se materializa em um modo de vida, que se institui como cultura e promove mudanças no jeito de ser dos sujeitos e da sociedade a partir de um "embate entre uma história de vida ausente de participação social e política e a entrada num movimento que se sustenta pela organização de massa e pela capacidade de autogestão nos acampamentos e assentamentos" (VENDRAMINI, 2005, p. 67).

> A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que a terra que conseguir libertar do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, de todos os lugares. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 96).

Por certo, o enraizamento dos sujeitos começa em uma coletividade que projeta um futuro e à medida que vão transformando e se transformando constroem novos aprendizados como a de assumir posição, fazer escolhas coletivas, enfrentar conflitos, aprender a ter projeto, a pensar e agir de forma estratégica em um exercício permanente da relação teoria e prática.

Como se pode observar, existe um forte vínculo entre educação e transformação social. "É, pois, do processo de formação dos Sem Terra que podemos extrair as matrizes pedagógicas básicas para construir uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história". (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 97). Convém lembrar que, ainda segundo a autora, "a pedagogia que forma novos sujeitos sociais e educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é maior e envolve a vida como um todo" (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 97).

Nessa perspectiva, o MST não inventa uma nova pedagogia, acaba criando um novo jeito de lidar como as matrizes pedagógicas já construídas ao longo da história da humanidade, mas desvalorizadas pela sociedade capitalista. O Movimento aproxima-se, pois, dessas pedagogias e deixa que a própria realidade se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas em cada situação educativa.

Para Arroyo, Caldart e Molina (2004), a Pedagogia do Movimento é uma obra coletiva produzida pelo conjunto dos Sem Terra inter-relacionada a outras pedagogias que fundamentam esse novo jeito de formar sujeitos. São elas:

A Pedagogia da luta social, parte do princípio de que o que educa os Sem Terra é o próprio movimento da luta, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas. Educa para uma postura humana baseada em valores aprendidos na luta, que ajudem a fortalecer nas crianças, adolescentes e jovens o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis e a esperança.

A Pedagogia da organização coletiva consiste na dimensão pedagógica a partir da vivência e participação na coletividade, que possibilita ao militante descobrir-se como sujeito coletivo. Ainda estão presentes, a dimensão da cooperação, seja na produção ou na divisão de tarefas, o que ajuda na desconstrução da cultura individualista predominante na sociedade capitalista. Considera que a escola deve educar a partir das novas relações sociais que produz e reproduz, problematiza e propõe valores, altera comportamentos, desconstrói e constrói concepções, costumes e ideias. "E quando a escola funciona como uma cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a co-responsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem [...] principalmente de uma visão de mundo". (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 100).

A Pedagogia da terra refere-se à relação do ser humano com a terra. Nessa perspectiva, busca-se aprender trabalhar a terra com sabedoria. Cuidar da vida significa cuidar da vida da terra. O trabalho na terra exprime um jeito próprio de dizer que as coisas não nascem prontas, que o mundo está para ser construído e que toda realidade pode ser transformada;

Na Pedagogia do trabalho e da produção o trabalho ocupa lugar central nas relações sociais e no processo de produção material da existência. Esta, talvez, seja a dimensão que mais acentua o jeito de ser de cada sujeito. "No MST os Sem Terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação dos resultados do Trabalho". (ARROYO; CALDART, 2004, p. 101).

A Pedagogia da cultura enfatiza o "modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, do jeito de ser e de viver dos Sem Terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte..." (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 102). O ser humano aprende na relação que exerce com o mundo material.

Aprende pelo exemplo a fazer e a ser a partir do que ver os outros fazerem e do jeito que são. Cabe à escola do MST o resgate às ferramentas de trabalho e de luta, a mística do Movimento.

A Pedagogia da escolha diz respeito à necessidade de escolher, de tomar decisões que o ser humano precisa no dia a dia. A escola nessa perspectiva deve possibilitar a todos os seus sujeitos o exercício da escolha, importante e necessária ao processo de humanização. Ser ou não um Sem Terra é uma escolha pessoal movida por valores que cada sujeito cultiva.

A Pedagogia da História exige o cultivo da memória coletiva e a compreensão histórica de que, como sujeito, é parte dela. Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 103), "a memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade". Nesse caso, a identidade do Sem Terra.

Por último, a Pedagogia da Alternância busca integrar escola, família e comunidade. Consiste em alternar atividades em dois momentos: o primeiro é o tempo de escola, período das aulas teóricas e práticas onde os educandos dividem tarefas e participam da organização da escola para garantir o seu funcionamento; o segundo tempo é o da comunidade, refere-se às atividades de pesquisa e às experiências que devem estar comprometidas com a realidade dos acampamentos e assentamentos.

> A Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender as necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar. Assumindo o trabalho como princípio educativo, a Pedagogia da Alternância permite aos jovens do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano. (CORDEIRO; REIS; MUFARREJ HAGE, 2011, p. 116).

Contudo, conforme os autores, no MST, a Pedagogia da Alternância se diferencia e se aplica à realidade dos cursos desenvolvidos em etapas nos períodos de férias escolares, ocasião em que os alunos, que são professores podem sair de suas escolas sem prejudicar o período das aulas (CORDEIRO; REIS; MUFARREJ HAGE, 2011, p. 121).

Em síntese, o processo de formação vivenciado pela coletividade Sem Terra é a força impulsionadora de uma educação voltada para o desenvolvimento do ser humano comprometida com a formação de novos sujeitos, com a transformação social e com a luta permanente por dignidade e justiça social.

Um dos principais pontos de convergência e fortalecimento do MST como movimento de massa se refere à formação política. Conforme Santos (2005),

> O MST defende que as práticas culturais e educativas não podem ser desvinculadas da política e da economia; é por isso que sua luta incorpora a conquista da terra ao

> acesso à educação, procurando construir no cotidiano os instrumentos que possam levar o conhecimento crítico e transformador à população do campo. (SANTOS, 2005, p. 16).

A partir dessas considerações se extrai a compreensão de que para o MST a educação não é sinônimo de escola. Ela abrange a complexidade do processo de formação humana que tem nas práticas sociais o mais importante espaço de aprendizado de ser humano.

São princípios fundamentais da Pedagogia do Movimento:

> 1. A relação entre prática e teoria e a preocupação com a formação para a ação transformadora.
> 2. A realidade e seu movimento como base da produção do conhecimento.
> 3. Seleção dos conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral.
> 4. Educação para o trabalho e pelo trabalho, com ênfase na cooperação.
> 5. Construção de um ambiente educativo, que vincule a escola com os processos econômicos, políticos e culturais.
> 6. Gestão democrática da escola, incluindo a auto-organização dos educandos para sua participação efetiva nos processos.
> 7. Práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano.
> 8. Formação para a postura e as habilidades de pesquisa.
> 9. Cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização especial da dimensão pedagógica da história.
> 10. Vinculo orgânico de escola às comunidades do campo.
> 11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores.
> 12. Avaliação como um processo permanente, participativo, e que envolva todos os momentos do processo educativo. (MST, 2001, p. 128).

Essa preocupação com a educação e com a criação de escolas no próprio assentamento sempre foi uma das lutas do MST presente desde as primeiras ações do Movimento. Partindo do pressuposto de que a escola da cidade prepara o filho do agricultor para sair do assentamento, o ensino nas escolas dos acampamentos e assentamentos deve preparar os jovens para ficar e transformar o campo.

Cabe ressaltar que a proposta pedagógica do MST é uma diretriz para ação educacional tanto formal como informal, o que significa entendê-la para além da escolarização.

Nesse sentido, a Pedagogia do Movimento Sem Terra, também conhecida como Pedagogia da Terra, remete ao compromisso de construção da produção de forma de vida sustentável, criando um novo olhar e uma tomada de decisão sobre o modelo de sociedade que tem se constituído no campo, de forma contextualizada para a convivência no local em que vivem os sujeitos produtores de cultura e de formas de organização social e política da comunidade que estão inseridos.

Para Caldart (2001), o MST se constitui como sujeito principal do movimento pedagógico de formação dos sem terra, ou seja, à medida que constrói o movimento, o sem

terra cria e recria identidade própria. É sujeito pedagógico por que por meio de seus objetivos, princípios e valores expressa a intencionalidade de suas práticas educativas, como produzir alimentos, mas também possibilitar produzir seres humanos capazes de assumir a direção do próprio destino.

Sobre essa questão Bogo (2003) argumenta:

> Ao entrar para o MST, as pessoas mudam, não apenas de lugar social, mas também de posição de classe. Já não são mais consideradas indigentes, segundo o conceito sociológico, representando a exclusão total do indivíduo do processo de produção; passam a ser trabalhadores organizados com objetivos claros a serem alcançados. Ou seja, iniciam a construção do 'próprio destino', construindo-se a si próprios, pela organização de um novo modelo de produção na agricultura e de convivência. (BOGO, 2003, p. 154).

Stédile e Fernandes (2012, p. 76) são enfáticos quando se refere ao lugar que a educação ocupa no MST: "A frente de batalha de educação é tão importante quanto à da ocupação de um latifúndio ou a de massa. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital." Ainda segundo o autor esta última não deve se restringir ao sentido de apenas alfabetizar as pessoas, mas de democratizar o conhecimento a um número, cada vez maior, de pessoas.

> Recuperar essa concepção mais alargada de educação como formação e humanização plena pode ser uma das contribuições mais relevantes da pedagogia dos movimentos para a educação formal e não-formal. Para o repensar e agir pedagógicos. Alargar esse foco supõe ver os educandos para além de sua condição de aluno, de alfabetizandos, de escolarizandos... para vê-los como sujeitos de processos sociais, culturais, educativos mais totalizantes, onde todos estão imersos seja na tensa reprodução de suas existências tão precárias, seja na tensa inserção em lutas tão arriscadas onde tudo está em jogo. (ARROYO, 2003, p. 37).

Desse modo, acredita-se que a perspectiva de educação do MST forma os jovens para a transformação social, entendendo a educação como instrumento fundante desse processo.

2.4.2 A formação política como princípio educativo

A sociedade contemporânea registrou desde o final do século XIX profundas transformações no mundo capitalista provocadas pelas revoluções industriais e tecnológicas de maneira paradoxal, pois se de um lado promovem o desenvolvimento, por outro, contraditoriamente reforçam a expropriação da classe trabalhadora. Nesse contexto, "as forças revolucionárias dos trabalhadores respondem construindo sua resistência em vários campos da luta entre os quais o da formação política para a preparação de quadros para o enfrentamento de classes" (SOUSA, 2005, p. 5).

Nessa perspectiva, é importante entender a formação política no âmbito da dinâmica da luta de classes no momento atual e, a partir dessas contradições, compreendê-las no intuito de intervir e transformá-las.

Isso exige compreender as contradições existentes na sociedade capitalista no que se refere à relação capital e trabalho, categorias fundantes do Modo de Produção Capitalista (MPC).

O termo capital tem sido utilizado de diversas formas, seja se referindo ao humano, social ou intelectual. Entretanto, no MPC deve-se considerar duas dimensões fundamentais: a determinação econômico-política onde o capital "constitui-se [...] a partir de um processo que *valoriza* o dinheiro, isto é, um processo que no final conclui com um valor superior ao inicial", produzindo, assim, a mais valia pelo trabalhador que é apropriada pelo capitalista, valorizando o dinheiro e transformando-o em capital; e uma relação social determinada, na qual o capital expressa uma relação de compra e venda entre o capitalista (proprietário do capital) e o trabalhador (possuidor da força de trabalho), onde o resultado é uma relação de exploração sustentada na apropriação, pelo capitalista, do excedente produzido pelo trabalhador, criando a mais valia. (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p. 78, grifo do autor).

Ainda segundo Montaño e Durigetto (2011, p.81), na sociedade capitalista "quanto maior desenvolvimento, maior acumulação de capital. O desenvolvimento no capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital, portanto, maior empobrecimento [...], ou seja, maior desigualdade".

Essas desigualdades as quais o autor se refere são oriundas das relações do modo de produção capitalista onde o "trabalhador precisa vender sua força de trabalho ao capitalista, estabelecendo uma relação de emprego, uma relação salarial". (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p.81). Decorre, portanto, dessa relação entre capital e trabalho, a situação de pobreza como resultado da acumulação privada de capital por meio da exploração da força de trabalho pelos donos do capital.

Nesse contexto, as lutas de classe emergem como "o instrumento que o trabalhador tem tido para diminuir essa desigualdade ora conquistando leis e normas que regulem a relação salarial, ora inibindo relativamente o poder do capital". (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011, p.81).

No que se refere a luta de classe nas palavras de Lenin (2008),

> Todo o mundo sabe que, em qualquer sociedade, as aspirações de alguns dos seus membros se chocam com as de outros, que a vida social é plena de contradições, que

> a história nos revela uma luta entre povos e sociedades, [...] mostra uma sucessão de períodos de revolução e de reação, de paz e de guerra, de estagnação e de rápido progresso ou de decadência. (LENIN, 2008, p. 24).

Segundo Marx e Engels (1998, p. 9), "a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não mais fez do que substituir por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta, as dos tempos passados".

No contexto contemporâneo a luta de classes, no que tange aos trabalhadores rurais se agrava na medida em que a perspectiva da modernização da agricultura no campo promove o desemprego e a pauperização, submetendo grande parte da população do campo a migrar para a cidade (LENIN, 2008) e se expande o agronegócio.

É nesse contexto que o MST conquista espaço como movimento de massa (MST, 2001, p. 107) "resultado de um amplo trabalho de base, de conscientização e de preparação de lideranças" que, articulado ao trabalho de organização e formação de militantes, impulsionou as mobilizações por meio de ocupações e acampamentos, dando visibilidade ao Movimento e aumentando a demanda pela formação de quadros.

De certo, a formação política tem sido uma tarefa necessária na história do MST com vista ao enfrentamento da luta de classes. A esse respeito, Pizzeta (2007a) diz,

> Desde a origem, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta do século XX, o MST tem se defrontado com a necessidade de garantir um amplo processo de formação política para o seu quadro de militantes, desde a base acampada e assentada até seus dirigentes nacionais, com vistas a possibilitar a unidade política e ideológica, o desenvolvimento da consciência política-organizativa e a superação dos desafios impostos pela realidade. (PIZZETA, 2007a, p. 242).

A partir do que diz o autor, depreende-se que no MST, desde sua criação, sempre esteve presente a preocupação com a formação de lideranças de base, militantes e dirigentes. Desse modo, "com o objetivo de ser um movimento autônomo e independente política e ideologicamente [...] o MST elabora uma concepção de formação, adaptada às suas demandas e características". (MST, 2001, p. 108).

De forma sempre dinâmica, são definidas as Linhas Políticas da Formação do MST que orientam o processo nos diferentes níveis. Conforme Bogo (2003) descreve,

> A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la; o ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática; além de contribuir com o desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; o processo de formação deve refletir e construir uma ética revolucionária no comportamento dos militantes, baseada no amor à causa do povo, no companheirismo, disciplina,

> honestidade, responsabilidade, crítica e autocrítica, solidariedade, corrigir e eliminar vícios, dedicação à causa e à organização; os programas de formação devem incluir trabalho prático e teórico e desenvolver a mística, a disciplina e a emulação; os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica, dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST. (BOGO, 2003, p. 182).

Nesse sentido, a formação política envolve diferentes momentos e se constrói no cotidiano das lutas com vista à construção de um projeto contra hegemônico[8] que promova as mudanças sociais necessárias à classe trabalhadora. Para tanto, o processo de formação deve atender aos diferentes níveis da organização seja a base, militantes e dirigentes, e ser massiva, completa e permanente, desenvolvendo-se no interior das diversas atividades realizadas como reuniões, assembleias, mobilizações, encontros, seminários, leituras individuais, cursos, trocas de experiências, visitas de estudos, não se restringindo aos cursos de formação (MST, 2001).

Na mesma direção, converge o pensamento de Martins (2009, p. 48), segundo a qual o MST, ao fazer parte de uma sociedade de classes e lutando contra ela, "educa as novas gerações, procurando constituí-las como sujeito político e histórico e participante da construção de uma 'contra-hegemonia'".

Pizzeta (2007b, p. 86, grifo do autor), destaca a formação como parte da luta de classes existente a partir de uma realidade concreta, devendo contribuir "para o 'desvelamento', para a interpretação e para o conhecimento dessa realidade que está além das aparências". O autor destaca, ainda, que o conhecimento da realidade não é suficiente se não estiver acompanhado por ações concretas.

Dessa maneira, o processo de formação deve ser capaz de transformar as pessoas e a realidade. Portanto, a formação "só tem sentido se ajudar a organizar o povo, pois a força da mudança está no nível de consciência, no grau de organização e na disposição de luta das massas" (PIZZETA, 2007b, p. 87). E acrescenta que "a principal tarefa da formação é motivar para que os silenciados saiam de seu silêncio, que os dominados aceitem sair da dominação através da luta". (PIZZETA, 2007b, p. 87).

---

[8] A compreensão do projeto contra hegemônico defendido pelo MST perpassa, inicialmente, pela discussão do que se entende por hegemonia. Segundo Gruppi (1991, p. 70), hegemonia é "capacidade de unificar através da ideologia e conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe". Nesse entendimento, acrescenta o autor, "uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em [...] consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante...". Nesse sentido, o Estado configura-se como um dos mais importantes mecanismos a serviço da classe dominante para garantir e perpetuar a hegemonia. O Estado, por sua vez, constitui-se pela sociedade política a qual utiliza os mecanismos de controle e repressão para manter a hegemonia e pela sociedade civil que imersa na ideologia dominante reproduz os interesses da classe que estar no poder. (Gramsci 1971, p. 174).

Nesse sentido, a formação política tem lugar no MST desde os primeiros acampamentos, quando os trabalhadores se reuniam em assembleias para discutir seus problemas em busca de soluções. Esses momentos eram marcados por discussões no tocante as questões como a reforma agrária, a luta pela terra, por liberdade e igualdade de direitos. À medida que essas discussões foram se sedimentando, adquiriram um caráter mais formal e passaram a ser organizadas em cursos de formação, surgindo, assim, o setor de formação responsável por articular a formação política de seus militantes e simpatizantes também chamados "amigos do MST" (PIZZETA, 2004).

Entretanto, cabe ressaltar que o processo de formação política não é tarefa apenas do setor de formação, mas todo o conjunto da organização deve assumir essa responsabilidade. De modo que "todos os militantes e dirigentes devem ser formadores de base e de novos militantes por intermédio de sua práxis," o processo de formação política é entendido como discurso e prática política-organizativa (MST, 2001, p. 111).

Por outro lado, os coletivos de formação, constituídos de quadros formadores, devem proporcionar consistente capacidade teórica, pedagógica e vinculação com a prática da organização.

No capítulo de apresentação da obra "A política de formação de quadros," Bogo (2007) enfatiza a necessidade de organizar uma estrutura de quadros que permeasse o movimento de massa. Ele diz:

> Como fumaça que anunciava os acampamentos, surgiram os setores atuantes nas escolas, roças, cursos, saúde e comunicação e em centenas de círculos de direção. Era preciso aprender a dirigir para se reproduzir. Semear conhecimentos era tão importante quanto ocupar, resistir e produzir.[...] Era o raiar da formação. (BOGO, 2007, p. 8 e 9).

A concepção de formação política no MST "está ligada à formação da consciência política[9] das pessoas que fazem parte de uma organização" (MST, 2001, p. 112). Assim, as relações que ocorrem em meio aos saberes universais, práticas e relações entre as classes sociais vão formando a consciência política dos grupos sociais.

A exemplo disso, Lenin (1986 apud MST, 2001) assevera que a consciência da classe operária não se desenvolve

> [...] se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão, quaisquer que sejam as classes atingidas [...] Se não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das classes sociais em

[9] A consciência política é formada por duas dimensões: a social e a política. A consciência social é formada pela convivência social e experiência pessoal por meio das relações sociais. A consciência política forma-se a partir da apropriação de conhecimentos científicos produzidos através de pesquisas cientificas.

> todas as manifestações de sua vida intelectual moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos da população. (LENIN, 1986, p. 55 apud MST, 2001, p. 115 -116).

A referência a Lenin é importante, pois revela que a consciência política se processa de forma planejada de modo a possibilitar uma reação de indignação diante das situações de exploração, alimentada por uma lógica socialista.

Bogo (2007, p. 74) diz, ainda, que para Che Guevara "o quadro é a coluna vertebral da organização" e está ligada aos demais membros do corpo de forma vital, interdependente. Por analogia, extrai-se a compreensão de que são os militantes que fazem o corpo da organização se movimentar.

Nesse sentido, a formação política é, para o MST, a força mobilizadora da organização da base, dos militantes e dirigentes. Faz-se, portanto, necessário compreender o caráter e a natureza do processo de formação do MST a serem desenvolvidos.

Segundo Pizetta (2007b), a formação precisa ser entendida como um conceito de política, assim sendo vinculada à luta de classes e ao objetivo de transformação social; a formação deve articular a experiência pessoal com a experiência da classe trabalhadora; a prática política e organizativa se constituem fundamentais para o desenvolvimento e crescimento político dos militantes; os métodos de formação precisam ser criativos, coletivos, alegres e abertos a participação de todos; a formação deve cultivar a mística; é preciso levar em conta nas atividades de formação – teoria e prática – os aspectos da razão e da emoção; a cultura e a afetividade devem ser elementos valorizados e respeitados; o trabalho de base constitui-se como instrumento pedagógico fundamental no processo de formação das massas; uma das estratégicas do movimento deve ser o processo de formação da e com a juventude, devendo-se encontrar formas de envolvê-la e motivá-la a participar nos processos de luta, organização e formação.

A proposta de formação política para preparação de quadros e de militantes deve ser ancorada nos princípios do marxismo, com todo o seu legado. Deve, ainda, incentivar e desenvolver o valor da solidariedade de classe e o internacionalismo[10] e potencializar as estruturas de formação já conquistadas nos estados. (MST, 2012).

Nessa perspectiva, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)[11] emerge como

[10] Princípio da luta de classe em que todos os trabalhadores, todos os oprimidos, todos os pobres do mundo se identificam e devem se unir para poder derrotar seus exploradores seja à nível local, nacional e internacional.

[11] A Escola Nacional de Formação Política Florestan Fernandes (ENFF) situada na cidade de Guararema, a 60 quilômetros de São Paulo, foi construída pelo esforço voluntário dos militantes do MST. Constitui-se uma contribuição inestimável para a formação de quadro do movimento revolucionário da América Latina. "Florestan Fernandes (1920-1995) foi um dos principais intelectuais socialistas brasileiros. Um dos maiores representantes

um espaço de articulação das diversas iniciativas e experiências no âmbito dos estados como o propósito de "buscar uma maior unidade e qualificar essa práxis" (PIZETTA, 2007b, p. 246). Destinada à formação da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e políticos na perspectiva de viabilizar a transformação social por meio do conhecimento e discussão das contradições da sociedade capitalista, subsidia a formação política do quadro de militantes e possibilita organizar o povo para a luta por uma sociedade de homens e mulheres livres.

A formação política oferecida no MST, segundo Santos (2007, p. 70), "é entendida como um processo que pressupõe uma relação direta entre a prática e a teoria, por isso visa a uma ação transformadora, buscando formar homens e mulheres novos, sujeitos da história e construtores de uma nova sociedade".

Por outro lado, a mística[12] se constitui uma das marcas importantes sempre presentes no contexto da formação política do Movimento, é incorporada "como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta" (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Para o MST (2001), alguns elementos são fundantes na formação de um militante e que, portanto, todos os coletivos de formação devem considerar em sua proposta de formação política: a formação deve se dar pela prática, pela experiência, pela ciência, pela cultura, pela disciplina, pelo exemplo, pela convivência e partilha, pelo espírito de sacrifício, pelo trabalho produtivo e pela crítica e autocrítica. Para Bogo (2003, p. 183), "os militantes e os dirigentes devem ser a imagem e a semelhança da organização e vice-versa. Por isso devem ser exemplos vivos do que pensa, faz e quer alcançar o movimento".

Houtart (2007, p. 55) destaca o imperativo da coerência entre a formação de quadros e a pedagogia do movimento uma vez que "o próprio movimento é o principal processo educativo". Desse modo, ressalta os princípios que devem permear o processo de formação de quadro, a saber:

> a) Uma perspectiva de conjunto, que significa dizer que nenhuma ação social dos indivíduos representa a totalidade de uma situação. Cada uma constitui parte de um conjunto. Se tomarmos como exemplo a percepção dos camponeses, vemos que ela

---

da Sociologia Crítica. [...] produziu uma obra fértil e volumosa, na qual se destacam seus estudos sobre a formação social brasileira e, em particular, sobre os problemas da dominação burguesa e o caráter retrógrado da burguesia do país." (KOHAN, 2007, 103).

[12] Originalmente a palavra mistério (mysterion, em grego, provém de múein, que quer dizer perceber o caráter escondido, não comunicado, de uma realidade ou de uma intenção) não possui um conteúdo teórico, mas está ligada à experiência religiosa, nos ritos de iniciação. A pessoa é levada a experimentar, por meio de celebrações, cânticos, danças, dramatizações e realização de gestos rituais, uma revelação ou uma iluminação conservada por um grupo determinado, e fechada. Importa enfatizar o fato de que mistério está ligado a essa vivência/experiência globalizante. (BOFF, 1999, p.12).

> está condicionada por um sistema socioeconômico no qual estão presentes muitos elementos. Trata-se de um todo que abarca desde as relações sociais, a cultura, a organização política, a dimensão de micro e de macro, até o papel específico de homens e mulheres; b) Se as ações sociais individuais não podem ser entendidas isoladamente, devemos acrescentar também que todas elas possuem uma dimensão histórica. No caso dos camponeses se trata da revolução das técnicas agrícolas, do desenvolvimento do capitalismo rural, da luta política entre os sujeitos sociais: os latifundiários e os camponeses; c) Uma terceira dimensão é o fato que toda realidade é dialética. Ela é sempre composta por sujeitos em interação. Quando os latifundiários mecanizam a agricultura, os camponeses excluídos reagem. Quando os camponeses se organizam, os latifundiários se utilizam de mecanismos jurídicos ou repressivos para defender seus interesses, etc. Esse processo dialético nunca termina [...]. toda experiência que se define como o fim da história acaba em suas próprias contradições. (HOUTART, 2007, p. 55-56).

Desse modo, esses princípios tem consequência direta sobre o programa de formação de quadros, pois remete à necessidade de agregar ao conteúdo elementos como: economia política, que traz como primeira necessidade o estudo do funcionamento do capitalismo; a história social, nesse contexto, a história dos camponeses, a introdução do capitalismo agrário e dos movimentos camponeses no Brasil; uma perspectiva filosófica, ao mesmo tempo racional e dialética; e por fim o estudo dos efeitos da lógica do capitalismo no setor agrícola.

Para Houtart (2007, p. 63), também é importante, na análise da realidade, adotar uma pedagogia adequada para o que destaca a utilização do método "ver, julgar e agir" [13] que inspirou o MST e consiste na "orientação que se deve seguir na formação de quadros".

Aspecto relevante também apontado pelo autor diz respeito à importância da cultura e da espiritualidade. Diz que "toda a experiência do MST tem sido global, incluindo a cultura como parte essencial da construção de sua ação" (HOUTART, 2007, p. 69) e afirma que um aspecto particular da cultura é a espiritualidade. O aspecto espiritual entendido não como monopólio da igreja, embora compreenda-se que "as religiões podem contribuir com a motivação do compromisso social e revolucionário" (HOUTART, 2007, p. 69).

Nesse sentido, a experiência de formação no MST denota a influência exercida pela Teologia da Libertação e sua contribuição na luta por uma nova sociedade. De fato, segundo Fernandes (1999, p. 70) "as CEBs foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos".

Sob a influência do movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as CEBs começam a criar novos espaço de socialização política, "deixam de ser

[13] Método pedagógico proposto pela Juventude Operária Católica (JOC) fundada na Bélgica em 1940, pelo sacerdote Joseph Cardin. Atualmente é muito utilizado pela CNBB, nos trabalhos pastorais e no MST. Consiste em ver a realidade de modo critico tendo como parâmetro os princípios cristãos baseados nos ensinamentos de Jesus Cristo; julgar no sentido de confrontar a realidade a partir das causas e consequências da realidade observada; e o agir que exige comprometimento com uma ação transformadora da realidade.

apenas o lugar onde os fiéis iam à procura de paz para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas a respeito da vida" (FERNANDES, 1999, p. 70).

De acordo com Martins (2009, p. 149), "foi a Teologia da Libertação e a CPT que formou a primeira leva de militantes do MST". Assim, à medida que atuava juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, a CPT contribuía na organização e na luta dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o processo de formação promovido pelo MST pressupõe-se vinculado à prática, onde conhecer deve significar participar como sujeito na construção da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. (SANTOS, 2007).

3 MÉTODO

O estudo que ora se apresenta baseia-se, do ponto de vista teórico-metodológico, na teoria social crítica de Marx. Contudo, importa refletir o conceito de teoria e método construído pelo autor. Assim, discutir-se-á o conceito de teoria para Marx e, na sequência, o próprio método marxiano. Esclarece-se que tal divisão é de natureza apenas didática, pois tanto teoria quanto método para Marx estão imbricados e guardam relação entre si.

A questão do método está no cerne das ciências sociais. Por seu turno, na teoria social, o estudo da concepção teórico metodológica de Marx remete à análise da sociedade moderna burguesa alicerçada no modo de produção capitalista e objetiva descobrir sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos.

Segundo Paulo Netto (2009, p. 673) na concepção marxiana "a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento". Enquanto modalidade especifica, "o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador". (PAULO NETTO, 2009, p. 673).

Sendo assim, acrescenta o autor, "a teoria, é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa". A reprodução, compreendida como o conhecimento teórico propriamente dito, que será a mais correta e verdadeira, quanto mais o sujeito se aproximar da realidade e dela for fiel.

Nesse sentido, "o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto" (PAULO NETTO, 2009, p. 674). A essência, portanto é alcançada, quando "capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento;" (PAULO NETTO, 2009, p. 674). De modo que, "mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou". (PAULO NETTO, 2009, p. 674).

Desse modo, entende-se a teoria como o movimento real do objeto que é transportado para o cérebro do pesquisador. O objeto em estudo, por sua vez, apresenta existência objetiva. Essa existência independe do sujeito, do pesquisador. O objetivo do pesquisador é apreender a essência do objeto. (PAULO NETTO, 2009).

Nesse processo de produção do conhecimento, conforme o autor, a relação sujeito/objeto se constitui em uma relação na qual o sujeito está implicado no objeto. É importante observar que, considerando o papel essencialmente ativo do sujeito nesse processo, o pesquisador precisa ser dotado de criatividade e imaginação que permita mobilizar uma vasta gama de conhecimentos, criticando-os e revisando-os.

No processo de investigação, o tratamento dado ao objeto deve começar pelo real, pelo concreto. "O conhecimento do concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações". (PAULO NETTO, 2009, p. 685).

Uma vez definido o referencial teórico e metodológico da teoria social crítica para investigação e compreensão da realidade social, os instrumentos da pesquisa podem ser os mais variados como a análise documental, a observação em suas diversas formas, entrevistas, dentre outros.

Ainda segundo Paulo Netto (2009, p. 688, grifo do autor), "para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se 'aplicam' a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem [...] que o sujeito que pesquisa escolhe conforme sua vontade" mas, precisamente, "é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos" (PAULO NETTO, 2009, p. 685). Essas determinações se constituem "traços permanentes dos elementos constitutivos da realidade". (PAULO NETTO, 2009, p. 685).

Na teoria social crítica marxiana, tem-se, como pressuposto, a compreensão da realidade social como totalidade, que resulta das contradições e mediações ocorrentes nas totalidades constitutivas. Para Marx, a sociedade burguesa é concebida como uma totalidade concreta e complexa, constituída por totalidades menos complexas. Mas uma totalidade dinâmica, na qual o movimento procede das contradições que despontam das relações da estrutura de cada totalidade.

Portanto, a investigação fundamentada na Teoria Social Crítica exige do pesquisador reconhecer a realidade social como dinâmica e provisória.

3.1 Tipo de pesquisa

Para este estudo, utilizou-se a pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Na pesquisa qualitativa, utiliza-se o ambiente natural para fonte direta de dados e como principal instrumento o próprio pesquisador (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Nesse sentido, destaca-se, entre as diversas formas que pode adotar a pesquisa qualitativa, o estudo de caso com enfoque etnográfico que vem ganhando crescente aceitação na área das Ciências Sociais.

Quanto à natureza, a pesquisa classifica-se como básica. Quanto à forma de abordagem, classifica-se como qualitativa. Do ponto de vista dos objetivos, caracterizou-se como descritiva.

3.2 População e amostra

Com base em levantamentos de dados preliminares constatou-se que o assentamento Palmares possui 110 famílias assentadas e 64 não assentadas, totalizando 568 moradores, segundo dados do INCRA e da Secretaria Municipal de Saúde de Nina Rodrigues (SMS). A partir desse cenário, definiu-se o universo da pesquisa, considerando a faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos que se constituiu de 25 (vinte e cinco) jovens, população total desta faixa de idade e 3 (três) lideranças do assentamento.

Embora algumas pesquisas se ancorem na faixa etária das fontes mais recorrentes como a Organização Internacional da Juventude (UNESCO) e o IBGE para as quais jovem são aqueles entre 15 e 24 anos, a definição do universo se deu de forma criteriosa e se justifica por se entender ser a faixa etária de 18 a 25 anos a mais representativa para atender aos objetivos desta pesquisa, assim sendo a que melhor atende ao critério de participação nas ações de formação política vivenciada nos diversos espaços, seja em âmbito nacional, regional ou local.

Dos 25 (vinte e cinco) jovens que se encontram na faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos: 12 (doze) são do sexo feminino e 13 (treze) do masculino; a maioria, 23 (vinte e três) é solteira, apenas 2 (dois) são casados, duas jovens do sexo feminino tem filhos; quanto a escolaridade, apenas 1 (um) jovem cursou somente os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 6 (seis) tem o Ensino Fundamental completo, 6 (seis) possuem o Ensino Médio completo e 4 (quatro) o Ensino Médio incompleto, 1 (um) tem curso superior completo e 7 (sete) estão cursando; do total de jovens pesquisados, 11 (onze) estudam e 14 (quatorze) não estudam; de todos os pesquisados, a maioria, 23 (vinte e três) mora com a família, sendo que 16 (dezesseis) moram com pai e mãe, 3 (três) moram somente com a mãe, 4 (quatro) moram com os avós e 2 (dois) já constituíram família própria.

A maioria, 15 (quinze) dos jovens pesquisados sempre morou no assentamento e 9 (nove) tem entre 9 e 23 anos que moram; em relação às atividades de trabalho, 16 (dezesseis)

jovens trabalham, a maioria desenvolvendo atividades relacionadas à agricultura e 9 (nove) não trabalham; no que se refere às atividades de formação do MST, 4 (quatro) nunca participaram diretamente e 21 (vinte e um) já participaram. Dos jovens com experiência em participar de atividades de formação promovidas pelo MST, 15 (quinze) participaram dos Encontros de Sem Terrinha, 6 participaram de encontros de formação de militantes, dentre outros como cursos formais e informais; do total de jovens pesquisados, apenas 3 (três) são beneficiários do Programa Bolsa Família[14] e 3 (três) do Programa Universidade para Todos (PROUNI); dos jovens que participam de algum projeto/grupo no assentamento, 15 (quinze) participam do Grupo de Jovens ligado à Igreja Católica, 4 (quatro) participam do Grupo das Margaridas e 6 (seis) não fazem parte de nenhum projeto ou grupo específico.

A amostra desta pesquisa foi constituída por 7 (sete) jovens que participaram de um grupo focal, embora tenham sido selecionados e convidados 8 (oito), um deles não compareceu, e 3 (três) lideranças do assentamento que participaram de uma entrevista semiestruturada.

Considerando, ainda, que na pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (2007, p. b14) "a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.", a amostra se constituiu por jovens, entre homens e mulheres que atenderam aos critérios determinados, e permitiu à pesquisadora adquirir importante conhecimento sobre o objeto em estudo.

Portanto, a escolha da amostra foi intencional e teve em vista os objetivos da pesquisa. No que diz respeito aos jovens, foram definidos os seguintes critérios: residirem no Assentamento Palmares-MA no período da coleta de dados compreendida entre os meses de agosto e novembro de 2012, pertencer a faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, frequentar a escola qualquer que fosse o nível de ensino, e, sobretudo, participar ou ter participado das ações de formação promovidas pelo MST. Ressalta-se que esses critérios foram escolhidos intencionalmente, considerando serem os que melhor respondem aos objetivos da pesquisa. Quanto às lideranças, foi exigido residirem na área de abrangência da pesquisa, serem de qualquer faixa etária, homens e mulheres, serem reconhecidas por sua participação e formação na militância do Movimento. Na seleção dos sujeitos da pesquisa, foram considerados, ainda, os critérios de disponibilidade e acessibilidade.

[14] O programa Bolsa Família trata-se de um programa de transferência direta de renda do governo federal destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Foi criado através da Lei Nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Atende em 2013 cerca de 13 milhões de famílias.

3.2.1 Os sujeitos da pesquisa

O vínculo dos jovens do assentamento Palmares com o MST resulta, principalmente, da aproximação de cada família com o Movimento. A convivência coletiva faz parte de suas vidas desde a constituição do assentamento uma vez que sempre estiveram no Movimento.

O quadro, a seguir, apresenta as características dos jovens participantes do grupo focal quanto à idade, sexo, estado civil, escolaridade, se trabalha, a associação que participa, atividade de formação que participou, se beneficiário de programas sociais e se participa de algum projeto/grupo no assentamento. Vale ressaltar que não serão reveladas referências pessoais, com o propósito de preservar suas identidades. Os jovens serão identificados por J1, J2, J3, J4, J5, J6 e J7.

Quadro 1- Perfil social dos jovens, elaborado pela autora, 2013

Sujeitos	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade	Trabalha	Associação que participa	Atividade de formação que participou	Beneficiário de programas sociais	Participa de algum projeto/ grupo
J1	24	M	Casado	Graduando	Sim (Funcionário Municipal)	Pequenos Produtores Rurais	Escola de Formação Nacional e Magistério	Não	Não
J2	23	M	Solteiro	Graduando	Sim	Pequenos Produtores Rurais	Encontro de Sem Terrinha	Sim	Grupo de Jovens
J3	22	F	Solteira	Graduanda	Não	Pequenos Produtores Rurais	Cursos formais e informais	Não	Grupos das Margaridas
J4	21	F	Solteira	Graduanda	Sim (Professora temporária)	Pequenos Produtores Rurais	Curso para Formação de Militantes	Não	Grupo de Jovens
J5	22	F	Solteira	Graduanda	Sim (Professora)	Pequenos Produtores Rurais	Encontros Regionais de Formação	Sim	Grupo de Jovens
J6	19	F	Solteira	Graduanda	Não	Filha de associados dos Pequenos Produtores Rurais	Encontro de Sem Terrinha e Cursos Informais	Não	Grupo de Jovens
J7	22	M	Solteiro	Graduando	Não	Pequenos Produtores Rurais	Encontro de Sem Terrinha	Sim	Grupo de Jovens

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme aponta o quadro acima, a totalidade dos jovens encontra-se na faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos e mora no assentamento Palmares. Desses 4 (quatro) são do sexo feminino e 3 (três) do masculino. A maioria (6) é solteira, apenas 1 (um) é casado.

Todos estavam cursando o ensino superior – um já possui a primeira graduação – e participaram de atividades de formação promovidas pelo MST. Esses dados referentes à escolaridade podem ser considerados elevados para o contexto rural, entretanto não devem ser generalizados, pois expressam a seleção feita pela pesquisadora que identificou os jovens participantes do processo de formação no MST. Em relação às atividades de trabalho, 3 (três) desses jovens declararam não trabalhar, 4 (quatro) assumiram desenvolver atividade remunerada temporária ou permanente.

Todos os jovens fazem parte da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do assentamento Palmares ligada ao MST; dos 3 (três) jovens que se declararam beneficiários de programas sociais 1 (um) é beneficiário do Programa Bolsa Família e 2 (dois) são beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), 4 (quatro) declararam não serem beneficiários; de todos os jovens participantes, 2 (dois) revelaram ter participado de cursos informais, sendo que 1 (um) deles participou, também, de cursos formais, 3 (três) afirmaram ter participado de Encontro Sem Terrinha, 3 (três) participaram de Encontros de Formação de Militantes, sendo que 1 (um) participou da Escola de Formação Nacional e do Curso de Magistério de Nível Médio promovido por meio de parceria do MST, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o INCRA, e outro declarou ter participado de Encontros Regionais de Formação; dos jovens que declararam participarem de algum projeto/grupo no assentamento, 5 (cinco) participam do Grupo de Jovens ligado à Igreja Católica, 1(um) participa do Grupo das Margaridas e 1(um) declarou não fazer parte de projeto ou grupo específico.

É importante lembrar que, embora o nível de escolaridade[15] tenha aumentado nos últimos dez anos, como mostra o Censo de 2010, ainda, há muito que ser feito para que a educação alcance o patamar desejado pelo Movimento e pelo país.

[15] O nível de instrução da população aumentou: na população de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução, de 2000 para 2010, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 65,1% para 50,2%; já o de pessoas com pelo menos o curso superior completo aumentou de 4,4% para 7,9%.
De 2000 para 2010, o percentual de jovens que não frequentavam escola na faixa de 7 a 14 anos de idade caiu de 5,5% para 3,1%. As maiores quedas ocorreram nas Regiões Norte (de 11,2% para 5,6%, que ainda é o maior percentual entre as regiões) e Nordeste (de 7,1% para 3,2%). (IBGE, 2011).

O perfil das 3 (três) lideranças entrevistadas pode ser visualizado no quadro a seguir, sem referências pessoais, com o propósito de preservar suas identidades. As lideranças serão identificadas por L1, L2 e L3.

Quadro 2- Perfil social das lideranças, elaborado pela autora, 2013

Sujeitos	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade	Onde Trabalha
L1	48	Feminino	Solteira	Licenciada em Pedagogia, cursando especialização em Educação Especial	Professora da rede municipal trabalha na escola do assentamento há 28 anos. É a atual gestora da escola.
L2	44	Feminino	Casada	Graduanda de Pedagogia	Dona de casa trabalha em algumas atividades da lavoura.
L3	47	Masculino	Casado	Graduando de Ciências Agrárias	Agricultor, integrante da Coordenação Estadual do MST.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme mostra o quadro, as lideranças encontram-se na faixa etária entre 44 e 48 anos. Duas são do sexo feminino e uma do sexo masculino. Das 3 (três) lideranças entrevistadas, duas se declararam casadas e uma solteira. Em relação à escolaridade, uma das lideranças afirmou ter curso superior e duas afirmaram estarem cursando a graduação.

A primeira liderança entrevistada declarou ser professora da rede municipal de Nina Rodrigues e trabalhar na escola do assentamento há 28 anos. É a atual gestora da escola. A segunda liderança afirmou ser dona de casa e trabalhar em algumas atividades da lavoura e cultiva uma pequena horta no quintal. A terceira liderança se declarou agricultor e integrante da Coordenação Estadual do MST.

Como se pode observar, o conjunto das lideranças participantes da pesquisa teve acesso ao ensino superior, embora duas ainda estejam cursando, o que pode confirmar a preocupação do Movimento com a formação de seus militantes e dirigentes.

Como diz Pizetta (2007a, p. 243) “a formação de quadros deve contribuir para formar e construir força social e política, isto é, ajudar a organizar o povo”. Isso posto, implica dizer que, no assentamento Palmares, o número expressivo de assentados[16] com acesso ao ensino superior pode ser resultado do avanço da escolarização, reflexo da luta pela universalização da educação básica, em especial, no campo, assumida principalmente pelo

[16] Ao mapear a população do assentamento Palmares, durante a realização do estudo, a pesquisadora identificou 13 assentados na faixa etária compreendida entre 19 e 45 anos cursando o ensino superior em instituições públicas e privadas, matriculados em cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras, Filosofia e História e de Bacharelado em Administração, Serviço Social, Ciências Agrárias e Agronomia. Além desses, localizou, também, sete professores dos quais seis são graduados em Magistério Superior, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) no Polo localizado na sede do município de Nina Rodrigues e um pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), licenciado em Geografia.

MST.

O nível de escolaridade apresentado pelos jovens e lideranças do assentamento Palmares, se comparado aos dados da Pesquisa Nacional da Educação na Agrária (PNERA) realizada em 2004, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), no qual do total de 987.890 estudantes em assentamentos, matriculados em 8.679 escolas de 1.651 municípios, apenas 203, ou seja, 0,02% tinha acesso ao ensino superior pode ser considerado elevado. Por certo, essa realidade foi sofrendo mudanças, mas os desafios ainda são muitos para que seja alcançado um patamar satisfatório.

3.3 Procedimentos e técnicas

Considerando a natureza qualitativa desta pesquisa, foram utilizados referencias teóricos com base na literatura existente para subsidiar as ideias abordadas. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

3.3.1 Estudo de caso

O estudo de caso tem uma extensa tradição na investigação científica como um estudo descritivo (ANDRÉ, 1995). Envolve a investigação profunda de um objeto de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. É considerado o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto (YIN, 2005). Nesse sentido, o entendimento de contexto abrange as circunstâncias históricas, sociais e econômicas que envolvem o caso estudado, entre outras.

Corroborando com essa ideia, Goldenberg (2007) afirma que,

> O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. [...] reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. (GOLDENBERG, 2007, p. 33).

O que se entende, a partir das considerações do autor, é que a apreensão da totalidade pelo pesquisador constitui condição imprescindível para compreensão do objeto investigado, entretanto, uma das dificuldades do pesquisador consiste em definir os limites do que deve ser ou não investigado.

Desse modo, o estudo de caso, considerado uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa na área das Ciências Sociais, apresenta-se como método adequado para análise do objeto em estudo por permitir "um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado". (GOLDENBERG, 2007, p. 34). Nesse estudo, a penetração na formação política dos jovens do assentamento Palmares-MA, o que uma análise estatística não permitiria.

Ainda segundo Goldenberg (2007), o estudo de caso oferece, também, a vantagem de explorar situações da vida real sem limites claramente definidos, assim como possibilita preservar o caráter unitário do objeto estudado e descrever a situação do contexto envolvido na investigação.

Não obstante, Goldenberg (2007) destaca além das vantagens do estudo de caso, a importância da utilização de procedimentos de pesquisa como a observação e a entrevista, cujas origens remetem à tradição da pesquisa antropológica.

Por outro lado, o autor adverte que "não é possível formular regras precisas sobre as técnicas utilizadas em estudo de caso porque cada entrevista ou observação é única: depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados." (GOLDENBERG, 2007, p. 34). Isso exigiria do pesquisador preparação para lidar com uma variedade de problemas teóricos e com as novas descobertas para reorientar o estudo.

Yin (2005) também compartilha dessa ideia e destaca que o estudo de caso é um método que se preocupa em responder "como" e "por que", em circunstância na qual o pesquisador "tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real". (YIN, 2005, p.19).

Portanto, considerando as diversas formas que pode adotar a pesquisa de natureza qualitativa, utiliza-se nessa investigação o estudo de caso com enfoque etnográfico que vem ganhando crescente aceitação na área das Ciências Sociais.

3.3.1.1 Estudo de caso etnográfico

O estudo de caso possui reconhecida tradição na pesquisa científica enquanto, em tempos mais recentes, surgiu o estudo de caso etnográfico, entendido com a aplicação da abordagem etnográfica ao estudo de caso (ANDRÉ, 1995).

Como ressalta a autora, a pesquisa etnográfica possui duas características essenciais: exige um longo trabalho de campo que permita ao pesquisador aproximar-se das pessoas, situações e do local em estudo, em tempo real; e utiliza diversas técnicas para coleta

de dados a respeito dos valores, hábitos, crenças, práticas e comportamentos de determinado grupo social, sobretudo a observação, a entrevista e a análise documental.

Nessa perspectiva, o estudo de caso etnográfico exige o atendimento de requisitos da etnografia como um sistema bem definido, seja uma pessoa, um programa, uma instituição ou um grupo social. Implica dizer que o interesse do pesquisador ao selecionar uma unidade delimitada é compreendê-la como uma unidade. O que não impede o pesquisador de estar atento ao seu contexto e as inte-relações como um todo orgânico. (ANDRÉ, 1995).

A necessidade de compreender a experiência de formação política proporcionada pelo MST aos jovens assentados justifica a opção pelo estudo de caso etnográfico, uma vez que "a principal preocupação da etnografia é com o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados" no intuito de descrever sua cultura e, por conseguinte, compreender seus significados. (ANDRÉ, 1995, p. 19).

A exemplo de outras metodologias, o estudo de caso do tipo etnográfico requer a utilização de diferentes técnicas para a coleta de dados, neste estudo, em particular, utilizou-se a observação direta, pesquisa documental, grupo focal para obtenção das narrativas dos jovens e entrevistas semiestruturadas com as lideranças.

3.3.2 Observação direta

Antes de iniciar a coleta de dados, o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade de Taubaté e, somente após a aprovação – processo nº 179/12 em 01 de agosto de 2012 (Anexo A) – conforme preconiza a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, foi encaminhado ofício (Apêndice A) à Diretoria da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Palmares – MA solicitando autorização para a realização desta pesquisa no assentamento, a qual prontamente assinou o termo de autorização da Instituição (Apêndice B).

É importante destacar que, na fase inicial da pesquisa de campo, embora o grupo focal ocupe ponto central no estudo, a observação direta teve início logo que a pesquisa foi autorizada pelo CEP/UNITAU, quando os primeiros contatos com o assentamento, para o estudo, ocorreram em uma visita exploratória. Segundo Yin (2005), a visita ao local em estudo se constitui oportunidade para a observação direta.

A observação direta "apresenta a vantagem metodológica de permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações". (GOLDENBERG, 2007, p.

34). A observação pode desempenhar papel indispensável no percurso da pesquisa, podendo ser utilizada conjugada a outras técnicas ou de forma exclusiva. (GIL, 2010).

Referindo-se a observação Lüdke e André (1986, p.26) ressaltam que "na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo [...] o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações".

Na oportunidade da primeira visita, após a autorização da pesquisa pelo CEP, foi realizado o levantamento de dados preliminares em uma roda de conversa, prática inerente ao assentamento Palmares para com os visitantes, possibilitando à pesquisadora reunir informações sobre a população jovem do assentamento, sua participação nas atividades e espaços de formação com o objetivo de realizar o mapeamento da população e definir a amostra da pesquisa.

Em virtude da necessidade de fazer as primeiras aproximações com o objeto de investigação, esteve presente no Encontro Regional de Militantes do MST, realizado em fevereiro de 2012, no Centro de Formação Maria Aragão, sede da antiga fazenda, localizado no assentamento São Domingos em Nina Rodrigues. Na pauta, foram discutidos "Os desafios atuais e a organicidade do MST" o que permitiu à pesquisadora acompanhar o resgate histórico da trajetória do Movimento, incluindo a discussão dos militantes sobre o desafio de construir estratégias de como resistir e manter o homem do campo no campo e um balanço crítico da dinâmica da organicidade por setores, que, segundo os militantes, não tem atendido a demanda dos assentamentos. Ao final, foi possível estabelecer uma conversa com um dos coordenadores estaduais e com integrantes do Movimento do assentamento Palmares sobre o propósito de realizar esta pesquisa.

Figura 1 – Centro de Formação, Capacitação, Pesquisa e Extensão Maria Aragão (CEFMA) no assentamento São Domingos

Fonte: Acervo pessoal

Nesse estudo, a observação foi realizada sistematicamente no período de agosto de 2012 a março de 2013 durante a coleta de dados, conforme previsto no cronograma de execução da pesquisa, incluindo as visitas para realização do mapeamento da população, do grupo focal e das entrevistas semiestruturadas. Essas visitas permitiram conhecer a dinâmica, o modo de vida do assentamento em tempo real.

As visitas constantes permitiram a pesquisadora observar a paisagem natural que constitui o espaço do assentamento e seus arredores, as ruas sempre limpas e bem cuidadas, a rotina e a forma de relacionamento de seus moradores, um forte laço de solidariedade presente entre os assentados, o modo de vestir dos jovens e a aproximação com o estilo dos jovens da cidade quebrando a lógica de que o campo é lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 2011).

Na principal via de acesso do assentamento, foi possível perceber o movimento de veículos, sobretudo, de motos e bicicletas, os meios de transporte mais utilizados na região. Antes as famílias utilizavam como meio de transporte, animais como cavalos e jumentos e bicicletas, mas ultimamente muitos assentados já têm carro e a maioria tem moto. Há frequentemente a presença de vendedores e caixeiros ambulantes oferendo produtos os mais variados, desde a confecção até a carne e o peixe.

Figura 2 – Principal via de acesso do assentamento

Fonte: Acervo pessoal

Foi possível observar a rotina das crianças logo cedo se deslocando para a escola, enquanto os adultos cuidavam de seus afazeres. O jogo, "a pelada" ao cair da tarde reunia no campo de futebol gerações de jovens e adultos. Os mais idosos sentavam-se à porta apreciando a companhia uns dos outros. Com a chegada da noite, como ocorre na maioria dos lares atualmente, a televisão ocupava lugar de destaque na rotina das famílias.

Como se pode notar, há uma notável aproximação entre as formas de viver no campo e na cidade, questões que estarão presentes e serão discutidas nesta pesquisa.

3.3.3 Pesquisa documental

Ainda no plano empírico, foi utilizada, para coleta dos dados, a análise documental que "pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema" (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Para Yin (2005), o principal propósito desta fonte consiste em contribuir com outras, visto que o princípio da triangulação está implícito no estudo de caso.

A pesquisa documental cujas fontes de dados são os diferentes documentos "incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros" (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38), entre outras, visa identificar informações referentes aos fatos nos documentos com vista às questões ou hipóteses pesquisadas.

A pesquisa documental consistiu, inicialmente, no levantamento e posterior leitura dos documentos e publicações relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa produzidos

pelo MST em nível local, regional e nacional. A dificuldade inicial ocorreu em virtude do assentamento não dispor de registro sistemático de suas ações, o que exigiu maior concentração de esforço para levantar os dados necessários à investigação.

Nesse aspecto, os textos e matérias impressos produzidos e publicados pelo Movimento sobre os subsídios teóricos que orientam sua atuação foram imprescindíveis para conhecer a proposta de formação política direcionada à juventude assentada.

Nesse sentido, a leitura de documentos produzidos pelo MST permitiu afirmar que o movimento se preocupa e investe na formação política e escolarização dos suas lideranças e militantes para preparar e fortalecer suas bases.

3.3.4 Grupo focal

A utilização do grupo focal como técnica para coleta de dados se justifica por se tratar de um tipo de grupo que privilegia a interação entre os participantes e possibilita o acesso a informações que outras técnicas não permitem alcança. O grupo focal consiste em um "conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal". (POWELL; SINGLE, 1996, p. 449 apud GATTI, 2005, p. 7).

Nas Ciências Sociais a utilização do grupo focal em pesquisas tem sido cada vez mais frequente, visto que oferece ao pesquisador a vantagem de conhecer não somente o que as pessoas pensam e falam, mas também como pensam e porque pensam o que pensam (GATTI, 2005). Nesse sentido, a autora compreende a realidade como um processo socialmente construído pelos grupos que revelam em cada geração elementos históricos e culturais de uma sociedade determinada.

Partindo do princípio que "a realização de apenas um grupo focal é suficiente para uma análise qualitativa, pois a sinergia do grupo forma um processo dinâmico e único" (DI ANTONI, 2001, p. 43), utilizou-se a indicação do autor para efetivação de um grupo focal.

No início da realização do grupo focal, a pesquisadora esclareceu os objetivos do estudo aos jovens garantindo o sigilo de suas identidades, bem como sua saída do estudo a qualquer momento, se assim desejassem. Após os esclarecimentos necessários, cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, sendo que uma via ficou na posse do pesquisado e a outra de posse da pesquisadora (ANEXO B).

O grupo focal foi constituído por um total de 7 (sete) jovens, entre homens e mulheres, selecionados de acordo com os critérios definidos, a seguir: residir no

Assentamento Palmares-MA no período da coleta de dados compreendida entre os meses de agosto e novembro de 2012; pertencer a faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos; frequentar a escola qualquer que fosse o nível de ensino; e, sobretudo, participar ou ter participado de ações de formação política promovida pelo MST nos diversos espaços, seja em âmbito nacional, regional ou local.

Respeitados os critérios de seleção, o grupo foi formado por jovens, 3 (três) homens e 4 (quatro) mulheres, residentes no assentamento que participaram das ações formadoras promovidas pelo MST com o objetivo de investigar a contribuição do Movimento na formação política desses jovens do assentamento Palmares - MA.

A realização do grupo focal ocorreu no dia 28 de outubro de 2012, teve duração média de uma hora e meia, foi coordenado pela pesquisadora, como moderadora, que manteve o grupo focado no objeto de pesquisa. O encontro foi realizado na escola municipal "Unidade Integrada Francisco Rodrigues da Silva", espaço adequado, conforme preconiza Dall'Agnol (1999), confortável, neutro e de fácil acesso.

Assim como ocorre nas entrevistas (BONI, 2005), no grupo focal as informações coletadas foram gravadas em mídia digital, posteriormente transcritas, armazenadas e serão apagadas da mídia digital após cinco anos.

Conforme instrumental (APÊNDICE C), a primeira parte da coleta de dados para a realização do grupo focal consistiu no preenchimento de questões referentes à identificação do sujeito pesquisado como: nome, idade, sexo, estado civil, escolaridade, trabalho, tempo que reside no assentamento, se beneficiário de programas sociais ou participa de projetos. A segunda parte da coleta foi realizada por meio do grupo focal, tendo os seguintes eixos estruturadores: Políticas e práticas sociais no campo; Formação política dos jovens do MST; Juventude do campo e Movimentos Sociais.

Após a confirmação da presença dos jovens convidados, a pesquisadora deu início ao trabalho com o grupo, informando sobre o objetivo da pesquisa e como seria desenvolvido o trabalho. Todos se mostravam curiosos, mas à vontade e descontraídos.

As discussões foram fluindo com facilidade e descontração o que resultou em um ambiente de muita interação. O relato das experiências vivenciadas em torno das questões propostas revelou a pluralidade de ideias, e a riqueza de detalhes contribuiu imensamente para resgatar a prática de formação no assentamento.

A pesquisadora utilizou um roteiro semiestruturado a partir dos eixos norteadores que continham as questões a seguir: quais são os espaços de formação existentes na comunidade; de quais participa; se recebe estímulo da família para participação e

engajamento nas questões sociais do assentamento; se participa de cursos de formação política promovidos pelo MST; já participou de alguma outra atividade promovida pelo MST; como se vê enquanto morador da comunidade Palmares; o que é viver no assentamento Palmares; quais são as formas de atuação e mobilização utilizadas pelos jovens na comunidade; quais experiências foram mais significativas na trajetória de vida para formação de uma atitude crítica e participativa na comunidade.

Ao serem abordados por meio de grupo focal, os jovens, sujeitos da pesquisa, tiveram a possibilidade de reverem suas próprias trajetórias de formação e de participação social no assentamento. Nesse contexto, a comunidade constituiu-se o espaço privilegiado para o presente estudo.

3.3.5 Entrevistas

A utilização da entrevista semiestruturada com as lideranças foi definida após a realização do grupo focal com os jovens, logo que se constatou que as informações levantadas não foram suficientes para responder ao problema proposto e atender aos objetivos desse estudo.

Segundo Goldenberg (2007), a utilização da entrevista na coleta de dados apresenta diversas vantagens, uma vez que as pessoas têm mais motivação para falar do que para escrever. Oferece maior flexibilidade para obtenção das repostas esperadas e possibilita observar não só o que o entrevistado diz, mas também como diz e permite, ainda, identificar possíveis contradições. Tem maior profundidade e favorece uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisado podendo propiciar a aquisição de novos dados. Por outro lado, exige mais tempo, atenção e disponibilidade do pesquisador.

Para a realização das entrevistas, a pesquisadora precisou se deslocar diversas vezes ao assentamento. Em um primeiro momento, fez-se os esclarecimentos sobre a pesquisa para algumas lideranças do Movimento, no assentamento, em uma roda de conversa e agendou um encontro com as 3 (três) lideranças que, além de atenderem aos critérios definidos de residirem na área de abrangência da pesquisa, qualquer que fosse a faixa etária, entre homens e mulheres, ser reconhecida no assentamento pela atuação e formação na militância do Movimento, se disponibilizaram a participar do estudo.

Utilizou-se a entrevista semiestruturada a partir de um roteiro (APÊNDICE D) com questões previamente definidas e acrescido de novas perguntas à medida da necessidade, permitindo esclarecer o que ficou confuso ou ajudando na recondução dos objetivos. (BONI,

2005). As entrevistas tiveram início em um ambiente informal e descontraído na manhã de domingo, do dia 27 de março de 2013 após a "celebração da comunidade"[17], ao ar livre, debaixo das árvores no quintal da casa de uma das lideranças, espaço oferecido pela assentada. As entrevistas objetivaram conhecer a realidade social do assentamento Palmares e o percurso de formação política promovida pelo MST, dando vez e voz aos próprios sujeitos.

A primeira parte da entrevista consistiu na apresentação, pela pesquisadora, dos objetivos do estudo para as lideranças, garantindo o sigilo de suas identidades, como também sua saída a qualquer momento, se assim desejassem. Em seguida, cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, sendo que uma via ficou na posse do pesquisado e a outra de posse da pesquisadora (Anexo B).

A segunda parte consistiu em levantar informações com base em questões abertas referentes à identificação das lideranças pesquisadas, seguida de perguntas voltadas para os objetivos do estudo. No roteiro utilizado, constaram 28 (vinte e oito) questões como: nome; idade; estado civil; escolaridade; local de trabalho; tempo de residência no assentamento; com qual Associação tem ligação; se sabe por que existem duas associações no assentamento; quando iniciou a participação no MST e por quê; como tomou conhecimento do MST; o que faz atualmente no Movimento; como era o lugar antes de ser assentamento e a quem pertencia; quando e como se constituiu o assentamento Palmares; se participou da ocupação; quais foram os principais aliados e oponentes da comunidade na luta pela reforma agrária; o que mudou na vida da comunidade depois da ocupação; como é organizado o assentamento; como é a vida no assentamento; quais são os serviços públicos existentes na comunidade; quais são as principais atividades econômicas no assentamento; qual é o tipo de transporte mais utilizado pelos moradores do assentamento; quais são os lugares que os moradores utilizam para se reunir com os outros moradores da comunidade; onde os filhos dos assentados estudam; se participou de algum curso de formação política no MST; qual a importância da juventude para o MST; do tempo em que está no MST, o que mudou em relação à formação política da juventude; como o MST vê os jovens do assentamento; se os jovens permanecem ou saem do assentamento; e quais são os desafios que se colocavam atualmente para a formação política dos jovens do assentamento Palmares.

As informações coletadas nas entrevistas foram gravadas em mídia digital (BONI, 2005), depois transcritas, armazenadas e serão apagadas da mídia digital após cinco anos.

[17] A celebração da comunidade refere-se ao encontro realizado, na manhã de domingo, pelos cristãos católicos para refletir e celebrar a palavra de Deus. Espaço, também, onde os fiéis compartilham as questões referentes à coletividade e que ocupa lugar central no assentamento.

A primeira entrevista foi realizada com a professora e gestora da escola municipal do assentamento, de 48 (quarenta e oito) anos que se declarou solteira. É licenciada em Pedagogia e estava se especializando em Educação Especial. Tem uma longa jornada na história da educação, trabalhando na escola do assentamento há 28 (vinte e oito) anos, mas só há 3 (três) na gestão escolar. Nasceu no povoado Santa Isabel – nome dado à localidade antes de se tornar assentamento - onde revelou ter adquirido toda a sua formação, pois nunca saiu mais do que um ano para estudar.

De modo sucinto, destacou em seu relato o processo de auto reconhecimento como educadora e sua formação como militante do MST. Lembrou que, quando iniciou a 5ª série, em 1997, já era professora. Logo que concluiu o ensino médio, foi convidada pelo coletivo de educação do Movimento Sem Terra para fazer Pedagogia da Terra, em Belém do Pará, na quarta turma da Regional Amazônica junto com militantes de outros quatro estados. Declarou ter vivido um dos maiores desafios de sua vida e apontou a relevante contribuição que a experiência proporcionou para sua vivência em sala de aula, na gestão escolar e na vida da comunidade.

Falou de sua participação no MST, desde a primeira reunião em 1999, quando foi iniciado o trabalho de base por militantes do MST, movimento que, segundo a entrevistada, comunga dos ideais da vida no campo, preocupa-se com o povo camponês e com as injustiças que são cometidas no campo.

As informações fornecidas pela entrevistada enfatizaram aspectos relevantes para a compreensão do processo de constituição do assentamento que envolveu a ocupação até as conquistas obtidas ao logo da trajetória de luta.

A segunda entrevistada tem 44 anos, casada, acadêmica do curso de Pedagogia, auto define-se como lavradora. Também nasceu em Santa Isabel, ausentou-se para estudar, morou quatro anos fora, mas retornou para contribuir no processo de constituição do assentamento.

De modo objetivo, destacou em seu relato sua trajetória no MST que começou, segundo ela, em 1999, quando ocorreu a ocupação. Ao longo da consolidação do assentamento, participou do setor de formação e de saúde, mas, em tempos mais recentes, atua em qualquer que seja o setor ou atividade que o Movimento se proponha discutir porque, atualmente no assentamento, os setores não estão organicamente definidos.

As informações concedidas pela entrevistada enfocaram aspectos que envolveram a trajetória de luta e o dia a dia do assentamento, sobretudo, no que se refere às relações com o MST, descrevendo o próprio percurso de formação proporcionado pelo Movimento,

passando pelo curso de técnico em saúde comunitária e o curso de formação político-ideológica na Escola Nacional Florestan Fernandes, no Paraná, onde reuniu militantes do Movimento de 23 estados.

Destacou, ainda, a preocupação do MST com a formação política da juventude como via para garantir que o jovem não perca a identidade Sem Terra e permaneça no campo, compreendendo o assentamento como um espaço bom para viver.

Em síntese, as informações prestadas pela liderança foram consideradas elementos elucidativos para entender o lugar que ocupa o MST como sujeito coletivo no processo de formação política de seus militantes.

A terceira liderança entrevistada era membro da coordenação estadual do Movimento, há 14 anos morador do assentamento Palmares, 47 anos, casado, acadêmico do curso de Ciências Agrárias. Definiu-se agricultor e vinculado à Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Palmares. Iniciou sua participação junto ao MST em 1999, quando foi chamado a fazer trabalho de base para impulsionar as ocupações no Maranhão. No período da coleta de dados, desenvolvia trabalho na formação política, ideológica e organizacional dos assentamentos.

Em linhas gerais, descreveu em seu relato a trajetória de resistência e a luta dos camponeses pela terra. Destacou a constituição do assentamento a partir da reivindicação dos trabalhadores, da igreja, do sindicato e de outras lideranças do próprio município. Falou de sua participação no Movimento na chamada Frente de Massa, setor que organizava as famílias para a ocupação; durante dois anos fez curso de formação política-ideológica na Escola Florestan Fernandes, em São Paulo, que forma quadros de militantes de todos os estados do país onde tem MST e dos países da América Latina para fazer o trabalho de base em suas comunidades, em seus estados, em seus países.

As informações concedidas por esta liderança revelaram, ainda, a preocupação do Movimento com a evasão da juventude dos assentamentos. De acordo com seu relato, os assentamentos estão envelhecidos e as políticas públicas oferecidas no campo ainda não atendem às necessidades da juventude, e o MST ao proporcionar a formação político-ideológica para a juventude investe na possibilidade dos jovens permanecerem nos assentamentos, e lutarem por uma sociedade melhor, mais fraterna, mais humana e com justiça social.

Por fim assume, que a história da luta por reforma agrária no município de Nina Rodrigues foi uma particularidade da região. Os trabalhadores conquistaram cerca de 90% das terras do latifúndio, mas acredita ser necessária uma gestão mais preocupada e comprometida

com a efetivação das políticas públicas para o jovem do campo. Porque, apesar da terra está com os trabalhadores, a situação econômica e de produção precisa mudar muito, pois ainda há muitas famílias passando dificuldades.

3.4 Procedimentos para análise de dados

Para análise qualitativa das narrativas, utilizou-se a técnica da triangulação, que consiste na combinação de várias metodologias ou dados no estudo do mesmo fenômeno. (TRIVIÑOS, 2009).

Segundo o autor, são quatro os tipos básicos dessa técnica: a triangulação de dados, que trata do uso de vários dados em uma mesma pesquisa; triangulação de investigador, que consiste no uso de vários pesquisadores ou avaliadores diferentes; a triangulação de teoria, que se utiliza de múltiplas perspectivas teóricas para interpretar um único tipo de dado; e, por fim, a triangulação metodológica, que trata do uso de vários métodos para pesquisar um único problema.

Para Minayo (2010), a Triangulação pode ser utilizada em três dimensões: para avaliação de programas, projetos e disciplinas; para coleta de dados na qual permite a utilização de três ou mais técnicas; e para análise das informações coletadas.

A Triangulação como técnica empregada para análise de dados, prevê três momentos distintos, porém, articulados. Para descrevê-los, recorre-se à Marcondes (2013) que baseada em Minayo (2010) destaca:

> O primeiro momento diz respeito à preparação dos dados empíricos coletados, mediante diversos procedimentos a serem adotados. Esses procedimentos são representados por etapas sumárias que visam à organização e ao tratamento das narrativas. [...] O segundo momento se refere à análise propriamente dita, que implica a necessidade de se refletir sobre: primeiro, a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade; segundo, os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura e, para isso, a recorrência aos autores que se debruçam sobre tais processos e a temática trabalhada na pesquisa são imprescindíveis; terceiro, as estruturas que permeiam a vida em sociedade. (MARCONDES, 2013, p. 125, grifo nosso).

Desse modo, na análise por Triangulação devem-se considerar três aspectos: as informações, ou dados empíricos contidos nas narrativas; o diálogo com os autores, ou seja, o que dizem a respeito da temática em questão; e, por último, a análise de conjuntura ou de contexto no qual as narrativas foram produzidas.

Para a efetivação da análise dos dados nessa pesquisa, o primeiro passo foi a organização das informações primárias, a qual prevê três momentos: a preparação e reunião dos dados, a avaliação da qualidade e a elaboração de categoria de análise.

O tratamento das informações exigiu a preparação e reunião dos dados na qual a primeira etapa consistiu na transcrição das narrativas do grupo focal com os jovens e das entrevistas com as lideranças, gravadas e armazenadas em mídia digital. A partir da leitura das transcrições impressas, foram realizadas as marcações dos aspectos importantes das narrativas, considerando os eixos norteadores do grupo focal, a saber: Políticas e práticas sociais no campo; Formação política dos jovens do MST; Juventude do campo e Movimentos Sociais. Em seguida, foi realizada a edição e análise das narrativas.

Na avaliação dos dados primários, entendida como pré-análise, foram retomados os objetivos do estudo, correlacionando-os com as categorias previamente estabelecidas. Esse momento permitiu aproximar as reflexões teóricas das informações coletadas nas narrativas, possibilitando elucidar possíveis imprecisões. Esse procedimento foi finalizado com o tratamento qualitativo dos dados com vista a consubstanciar as conclusões.

Na sequência, foi realizada a contextualização e triangulação das informações selecionadas com o propósito de reconstruir o contexto, à luz das reflexões teóricas dos autores que tratam das questões referentes às categorias suscitadas das narrativas.

A etapa final consistiu na análise de conjuntura considerada, para efeito desse estudo, o contexto mais amplo da sociedade capitalista e suas contradições, no qual incidem os conflitos sociais resultantes das relações entre os sujeitos nos diversos espaços de interação.

A conclusão desse processo de análise consistiu na construção de síntese resultante do diálogo entre as narrativas do grupo focal e entrevistas, a reflexão teórica dos autores e a análise de conjuntura em uma perspectiva dialética, na qual o ponto de partida foi o conhecimento local dos pesquisados, de como percebem a questão da formação política promovida pelo MST nas suas vidas e seus reflexos na vida da comunidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A luta pela terra em Nina Rodrigues

No final do século XX e início do século XXI, a sociedade passa por profundas transformações que marcaram a trajetória de luta pela terra dos trabalhadores rurais no Brasil.

Nesse cenário, a expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo, bem como as transformações resultantes do processo de industrialização da agricultura produziram a modernização técnica e econômica e a intensificação da expropriação dos trabalhadores rurais. (FERNANDES, 1999).

Diante dessa realidade, emergem diversas lutas de resistência. No Maranhão, o MST surgiu em 1985 em um "período de considerável movimento migratório de trabalhadores rurais para a cidade e de inúmeros problemas sociais vividos por eles". (ELIAS, 2008, p. 112).

Em nível nacional, o MST organizava o 1º Congresso, onde participaram diversas lideranças camponesas de trajetória histórica na luta pela terra no Brasil. No estado do Maranhão, segundo Fernandes (1999, p. 111), "esses trabalhadores eram fundadores do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), localizado no município de João Lisboa, no Oeste Maranhense".

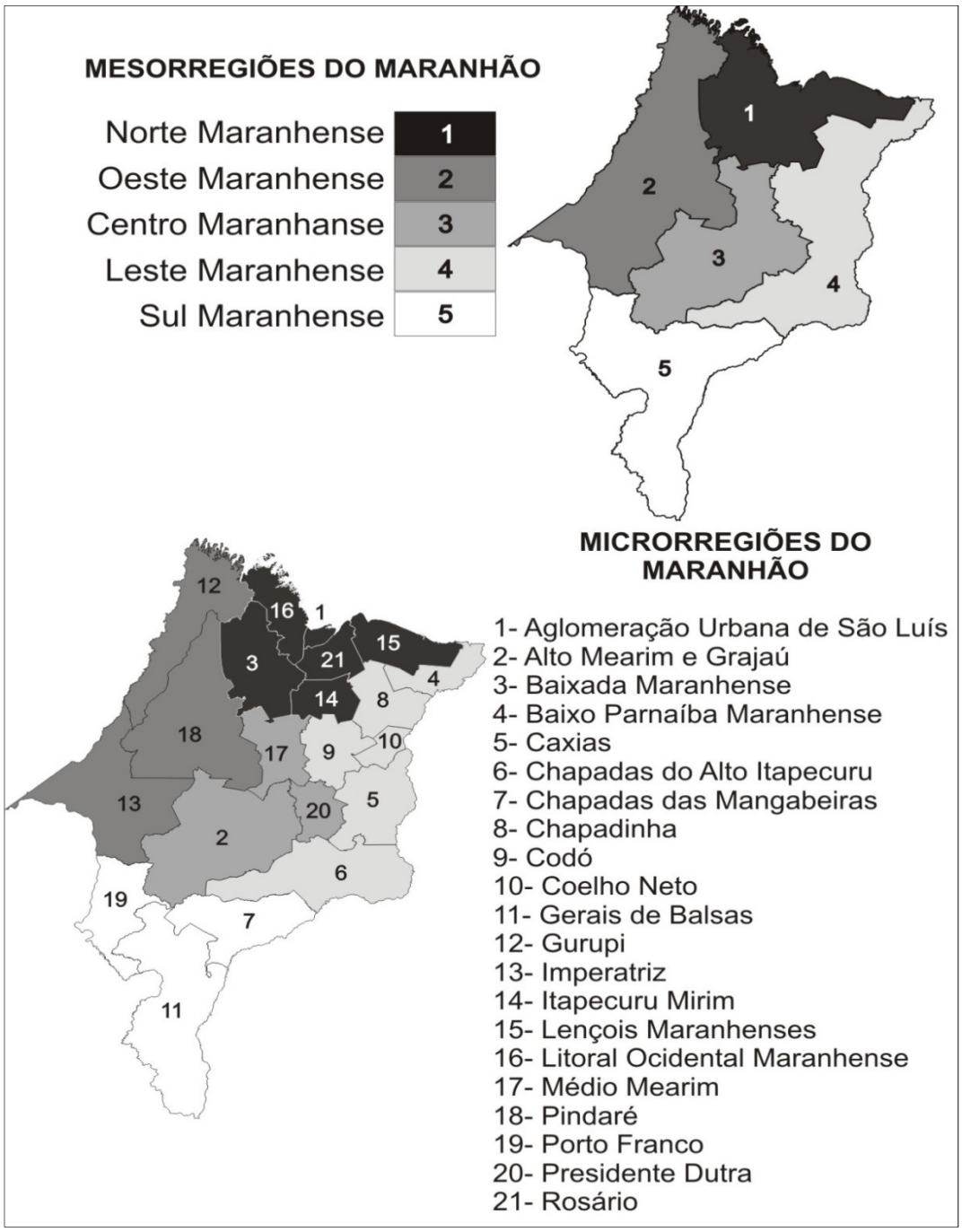
Segundo Elias (2008),

> A primeira ação que simbolizou a inserção do MST no processo de luta pela terra e pela reforma agrária no Maranhão foi a participação na ocupação da fazenda Capoema um grilo de aproximadamente 60.000 mil hectares, situado no município de Santa Luzia. Essa ocupação e a posterior organização do respectivo acampamento foram organizados em conjunto pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e por líderes do MST que haviam se deslocado para o Maranhão. O MST tinha como objetivo principal organizar a luta pela terra e por reforma agrária no estado, junto a posseiros, trabalhadores rurais e camponeses que haviam perdido suas terras para várias empresas para grileiros que estavam se instalando principalmente na região da Amazônia Legal. (ELIAS, 2008, p. 113).

Historicamente, o MST no estado surge de uma atuação coletiva com o CENTRU em várias ocupações como a da fazenda Itacira na região de Imperatriz assim como outras na região de Buriticupu.

A partir do ano de 1988, à medida que participava e organizava ações que envolvia a luta pela terra, o MST vai se consolidando e expandido sua territorialização através das ocupações de terra, instalando-se em todas as cinco mesorregiões do Maranhão.

Figura 3 – Meso e microrregiões do Maranhão abrangem 217 municípios



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

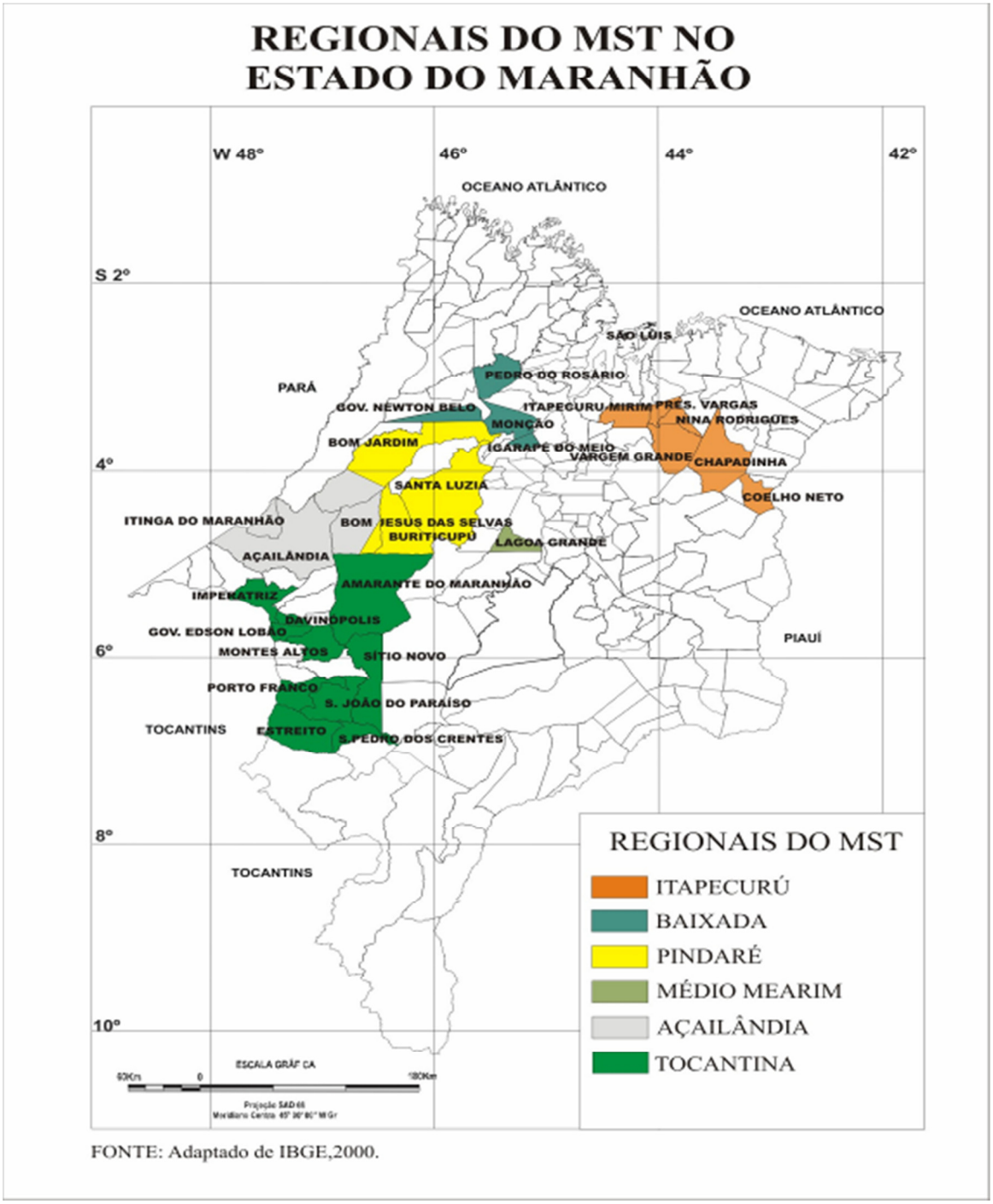
Neste estudo, interessa destacar a mesorregião norte maranhense onde está situada a microrregião Itapecuru Mirim, o município de Nina Rodrigues e o assentamento Palmares.

Por sua vez, o processo de territorialização do MST no Maranhão resultou na organização das regionais do MST, "existentes em regiões onde há um conjunto de acampamentos e assentamentos que integram a organização interna do Movimento, através da existência dos núcleos de família, dos setores de trabalho e das instâncias de decisão." (ELIAS, 2008, p. 124). A autora destaca, também, que a constituição das regionais ocorreu a

partir de aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais. São, assim, denominadas as regionais do MST no Maranhão: Regional Tocantina, Regional Açailândia, Regional Pindaré, Regional Médio Mearim, Regional Baixada e Regional Itapecuru.

O mapa a seguir, destaca as regionais do MST no Maranhão.

Figura 4 – Regionais do MST abrangem 41 municípios

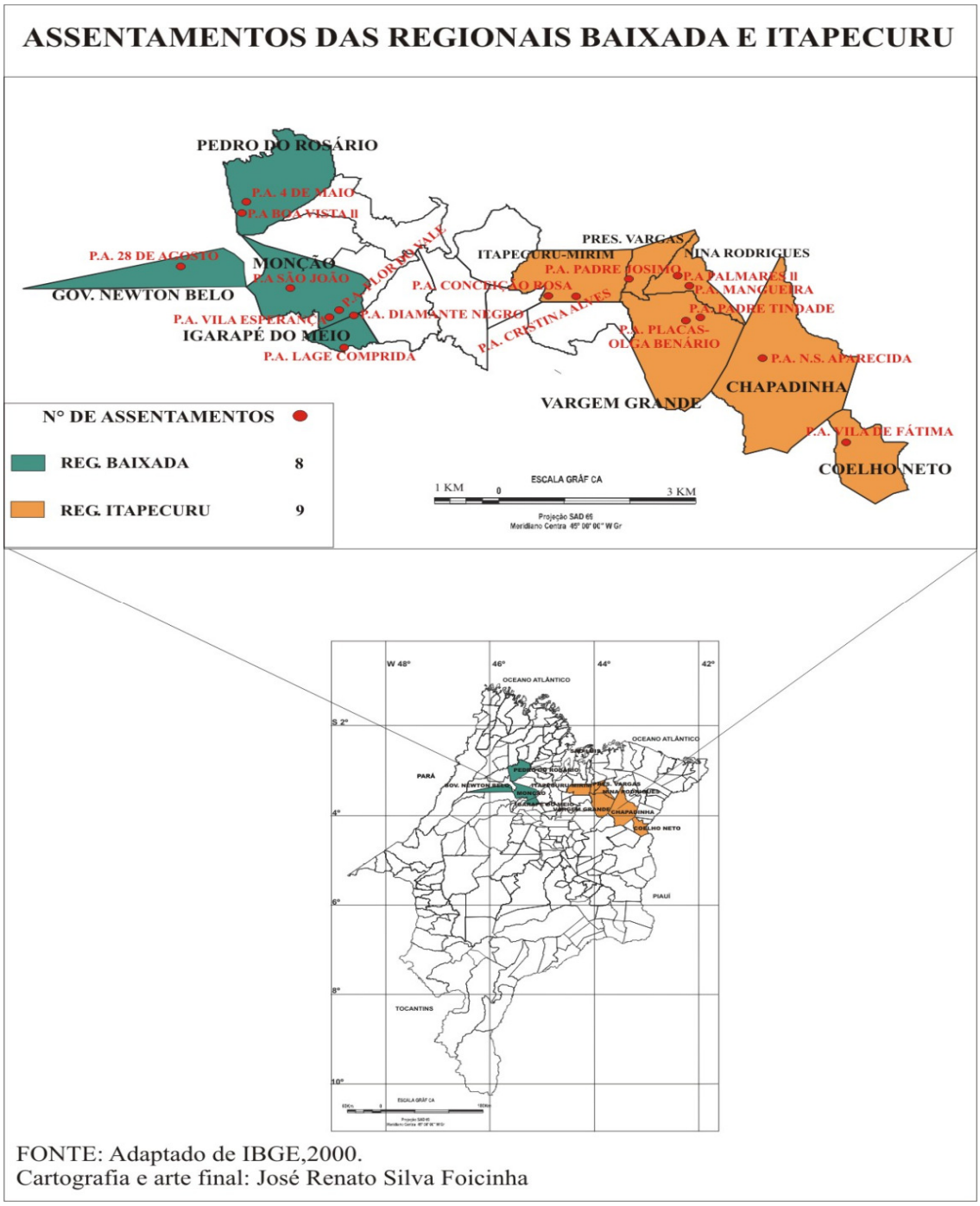


Fonte: MST/MA

O MST está presente em 41 dos municípios do estado do Maranhão, aproximadamente 19%, do total de 217 municípios. Estima-se um total de 9.448 famílias acampadas e assentadas no Maranhão em um total de 47.240 pessoas. (Fonte: Banco de Dados do MST/MA, 2010).

O mapa da Regional Itapecuru, a seguir, mostra a localização do município de Nina Rodrigues e do assentamento Palmares.

Figura 5 – Regional Baixada e Itapecuru



Fonte: MST/MA

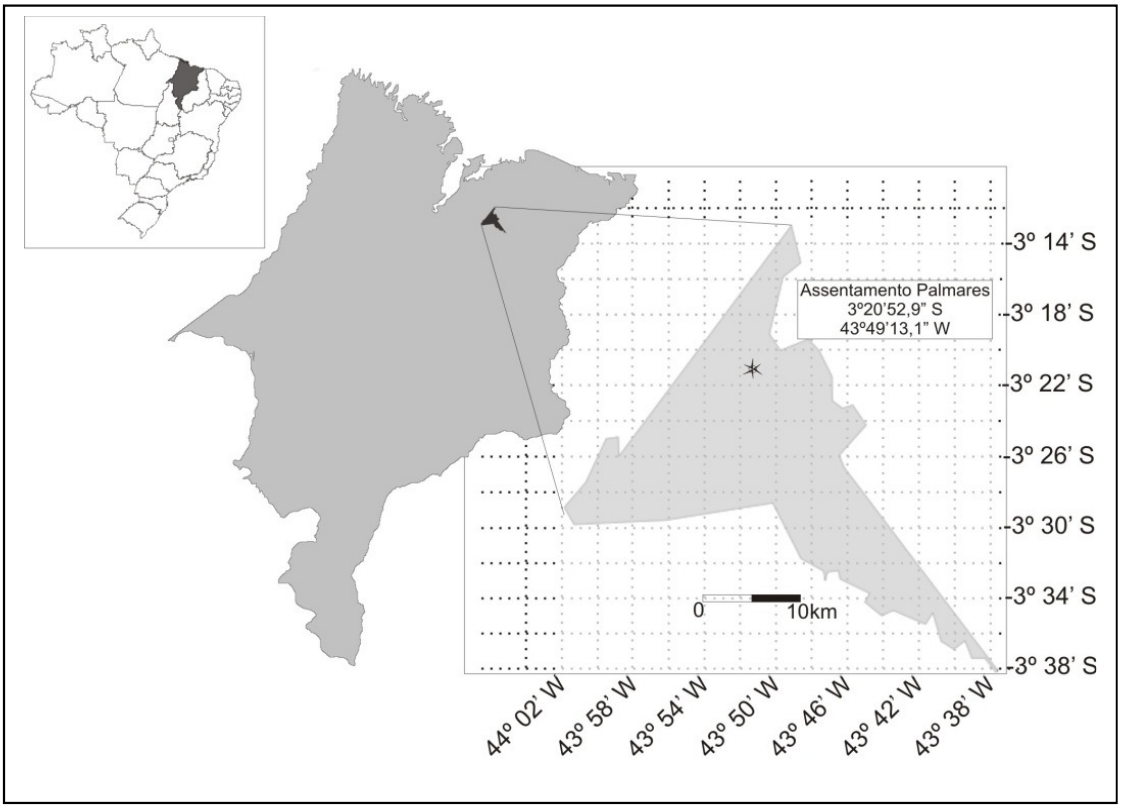
A geografia da microrregião de Itapecuru Mirim, segundo o IBGE (2010), é composta pelos municípios de Cantanhede, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Pirapemas, Nina Rodrigues, Presidente Vargas e Vargem Grande, com uma população total de 169.214 habitantes e com extensão de 6.785.333 km².

A exemplo do que ocorre em outras regiões do estado, na regional Itapecuru a luta pela terra se estende a diversos municípios. "O processo da luta vai se expandindo pelas regiões constituindo a regional Itapecuru, em 1997, sendo que outras ocupações vão dando origens a novos assentamentos na regional Itapecuru" (SANTOS, 2005 apud MENEZES, 2013, p. 47). No município de Vargem Grande, foi criado o assentamento Padre Trindade cuja ocupação foi de 150 famílias, em Presidente Vargas, o assentamento Padre Josimo resultado da ocupação de 100 famílias. Em 1999 no município de Nina Rodrigues, foram criados, inicialmente os assentamentos Balaiada e Palmares, e, a partir da mobilização destes, outros assentamentos foram criados.

4.2 Caracterização do universo da investigação: o lugar de onde os sujeitos falam

O município de Nina Rodrigues, como já mencionado, está localizado no estado do Maranhão, na mesorregião norte maranhense e compõe a microrregião do Itapecuru-Mirim, possui uma área territorial de 552,4 km², com uma altitude de 15 m. Está situado a 113 km da capital maranhense, São Luís, com acesso pela BR 135 até o distrito de Entroncamento (Itapecuru-Mirim), seguindo pela BR 222, até a cidade de Vargem Grande.

Figura 6 – Localização do município de Nina Rodrigues-MA.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Este município foi criado pela Lei nº 1.998 de 30 de dezembro de 1961. Localizado às margens dos Rios Munim e Iguará, o município de Nina Rodrigues, antiga Vila da Manga do Iguará, foi berço de um dos mais importantes movimentos populares do Maranhão durante o império: a Guerra da Balaiada[18] ou Guerra dos Bentivis[19].

[18] A rebelião recebeu o reforço de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio que teve a desonra de suas filhas cometida pelo comandante da força legal, capitão Antônio Raimundo Guimarães. O movimento se estende até o estado do Piauí, ramificando-se pela margem piauiense do Parnaíba e os balaios ampliam suas ações pela parte oriental da província que compreende os extensos vales do Munim e do Itapecuru. A localização desses rios facilitava a comunicação com a capital da província favorecendo o surgimento de vilas e povoados, a exemplo, Itapecuru Mirim, Chapadinha, Manga do Iguará, Miritiba, Icatu, Vargem Grande, Brejo, São Bernardo, Araioses, Tutóia e Barreirinhas. A revolta se generaliza contra o sistema econômico, estado de pobreza da população livre, os recrutamentos indistintos, prisões indiscriminadas, trabalhos forçados, dentre outras formas de repressão e se amplia com a adesão de Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme, chefe de um quilombo de 3 mil escravos fugidos. Dois mil rebelados - vaqueiros, lavradores, camponeses, artesãos, negros e mestiços - que, armados, tomam Caxias, a segunda cidade da província, em outubro de 1839 e a comarca de Pastos Bons, no alto sertão do Itapecuru. Apesar da ampliação da ação das forças rebeldes, a insurreição foi debelada pelo coronel Luís Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias. Em janeiro de 1841 chegava ao fim a Balaiada, com a prisão de Raimundo Gomes na vila de Miritiba. Negro Cosme foi capturado, condenado e enforcado em setembro de 1842.

[19] Denominação genérica dada aos liberais, e os cabanos, remanescentes do partido português.

Figura 7 – Rio Munim

Fonte: Acervo pessoal

Para Santos (1983, p. 73), "a eclosão da Balaiada, em dezembro de 1838, nos sertões maranhenses, causou desde o início grande apreensão nos meios políticos atuantes da Província". Segundo a autora, o estopim do conflito foi a rebelião na cadeia da vila.

> Raimundo Gomes Vieira, chefe do grupo de vaqueiros que, a 13 de dezembro de 1838, tomou de assalto a cadeia da vila da Manga, era capataz do fazendeiro Inácio Mendes de Morais e Silva, vigário da freguesia do Arari no Baixo Mearim, ativo liberal e, naquele momento, opositor do governo provincial dirigido pelos conservadores. O episódio da Manga, tendo anônimos sertanejos como figurantes, desencadeou, com rapidez inesperada, um movimento social cuja amplitude desafiou e aterrorizou os setores dirigentes da Província. (SANTOS, 1983, p. 73)

Como se pode notar, o município de Nina Rodrigues, considerado berço da Balaiada, que traz em sua trajetória histórica as marcas da resistência contra a classe dominante da época, foi também palco da luta dos trabalhadores rurais contra a estrutura fundiária dominante na região.

De acordo com o IBGE (2011), no ano de 2010, a população era de 12.464 habitantes. Desse total, 4.439 habitantes estão na zona urbana e 8.025 na zona rural, o que equivale a 35,62% e 64,38% respectivamente, constituindo-se um município predominantemente rural. Fato que chama a atenção e coloca o município de Nina Rodrigues na contra mão da maioria dos municípios brasileiros, no que se refere à concentração da população na zona rural, quando a tônica no Brasil atual é a concentração urbana. Segundo o Censo 2010, 84% dos brasileiros vivem em áreas urbanas.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0, 585. O município é considerado de baixo desenvolvimento. Tem renda per capta média de R$ 152,75, em 2010, expectativa de vida de 71,5 anos e IDHM educação de 0,547. A proporção de pobres é de 66,30%, da população, 65,24% tem acesso à água encanada e 95,58% à energia elétrica.

Em tempos mais recentes, a partir da década de 90 do século XX, "o município de Nina Rodrigues tem sido palco de uma das mais importantes lutas contra a estrutura fundiária ali estabelecida desde os tempos da colônia". (SOUSA, 2009, p. 87). Os resultados dessa luta se destacam pelo significativo número de assentamentos no município, inclusive o Palmares, lócus desta pesquisa. A mudança na estrutura fundiária foi motivada pela organização das CEBs, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e pelo MST que consolidou a resistência das famílias na luta pela terra.

O quadro a seguir, apresenta a área e a capacidade de famílias nos projetos de reforma agrária no município.

Quadro 3- Área e capacidade de famílias nos Projetos de Assentamentos (P.A.) do município de Nina Rodrigues-MA

Código do Projeto	Nome do projeto	Tipo do projeto	Área (Ha)	Capacidade de Famílias
MA0527000	PA PALMARES II	Assentamento Federal	12.364,0000	380
MA0528000	PA SANTA RITA	Assentamento Federal	742,0000	26
MA0664000	PCA VELHO LÁZARO	Assentamento Casulo	187,6028	74
MA0665000	PCA SÃO BENEDITO	Assentamento Casulo	268,6264	86
MA0737000	PA MANGUEIRA	Assentamento Federal	5.852,72	176
MA0765000	PA SÃO JOZEZINHO	Assentamento Federal	2.082,7758	52
Total do Município		**6 Projetos**	**21.497,725**	**794**

Fonte: INCRA/MA, 2011

O P.A. Palmares II é composto pelos assentamentos/agrovilas Palmares, São Domingos, Monção, Alto Alegre, Balaiada, Santa Isabel, Amapá da Lucinda e Piranã. Reúnem 380 famílias assentadas, conforme Quadro abaixo.

Quadro 4- Número de famílias assentadas em assentamentos/agrovilas no P.A. Palmares II

Assentamentos/Agrovilas	Nº de famílias assentadas
Palmares	110
São Domingos	90
Monção	12
Alto Alegre	30
Balaiada	75
Santa Isabel	35
Amapá da Lucinda	08
Piranã	20
TOTAL	**380**

Fonte: Banco de dados do MST/MA, 2012.

O assentamento Palmares está situado na zona rural, a 18 km da sede do município, mais especificadamente nas coordenadas: 03º20'52.9" S de latitude e 43º49'13.1" W de longitude. Para chegar até ele, é necessário atravessar o rio Munim. Todavia, como a construção da ponte ainda é um sonho dos ninenses, em geral, para a travessia de pessoas, bicicletas e motos são utilizadas canoas e para carros de passeio e/ou outros, o pontão[20]. Esses serviços são cobrados dos usuários, exceto quando utilizam a canoa mantida pelo poder público municipal. O trajeto até o assentamento é realizado por meio de uma estrada vicinal cortada por várias pontes de madeira construídas sobre riachos.

[20] O pontão é uma espécie de balsa de ferro movido manualmente pela força humana por meio de cordas e carretéis.

Figura 8 – Acesso ao assentamento Palmares: travessia do Rio Munim

Fonte: Acervo Pessoal

A forma de organização que deu origem ao assentamento Palmares é uma característica particular desse assentamento. Segundo Menezes (2013, p. 48), "a luta pela terra no município de Nina Rodrigues não tem sua origem com o MST. As primeiras reflexões sobre a situação dos moradores e o direito à posse da terra tiveram início com as ações da igreja católica".

Diante da ausência de registros sobre os povoados de Nina Rodrigues, e considerando a necessidade de conhecer e compreender o processo de constituição do assentamento Palmares, utiliza-se as narrativas obtidas para destacar alguns aspectos da trajetória histórica construída por seus moradores.

Sobre essa questão as palavras da L2, a seguir, remetem à origem do povoado, onde ressalta a forte presença da igreja na sua gênese.

> *"As primeiras famílias chegaram aqui em 1930. Um dos primeiros moradores foi o Sr. Francisco Rodrigues da Silva, o então Chico Custódio. Devido à preocupação que tinha com a educação, ele pagava os professores pra dar aula para seus filhos. O professor era aquele que sabia ler, escrever e contar, coisa do tipo. [...] Ele chamava o padre uma vez por ano, no dia 30 de novembro para celebrar a missa de Santo André, que é hoje nosso padroeiro. Nessa época, o dono da terra concedia aos trabalhadores apenas o direito de morar e tudo que produziam eram obrigados a vender na sede da fazenda onde era trocado por mercadorias. Mas nem sempre tinha aquilo que eles precisavam para satisfazer suas necessidades. [...] Quando*

> *Nina Rodrigues foi emancipada politicamente e passou a ser município, aqui já estava bem povoado, mas a terra continuava ainda de um só proprietário e as famílias continuavam nesta situação". [L2].*

O que se observa, é que havia uma insatisfação assumida pelos sujeitos diante dessa realidade de injustiça e exploração. Contudo, essa não é uma situação isolada, ao contrário, é parte da histórica luta pela terra no Brasil. Fernandes (1999, p. 31), quando se refere ao desenvolvimento do capitalismo no campo ver o capital como "uma relação social que é, antes de mais nada, uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores e de outro os explorados, produz a fartura e a fome".

Como se pode notar havia no município uma acentuada concentração fundiária. Além disso, "os agricultores tinham que pagar uma renda aos coronéis da região para desenvolverem suas atividades agrícolas", aponta o estudo realizado por Sousa (2009). Porém, a ação evangelizadora da Igreja Católica arraigada na Teologia da Libertação juntos aos agricultores, gerou motivação para romper com as imposições do latifúndio. Os agricultores que passaram a resistir ao pagamento pelo uso da terra foram perseguidos pelo proprietário, mas reagiram e se organizaram aderindo a movimentos sociais e sindicais.

Sobre a atuação da Igreja católica, a L2 declara:

> *"Em 1970 foi que começou o processo que se deu em nível de igreja, no vaticano, com a teologia da libertação. Então a questão da religiosidade impulsiona todos os povoados. O padre vem, mas com outra missão: não só de celebrar a missa, mas também de evangelizar falando da necessidade de se libertar a terra e se libertar o povo da opressão. Assim, foram se formando comunidades para discutir a palavra de Deus e não tão somente para fazer a missa. Santa Isabel foi uma das primeiras comunidades constituídas no município de Nina Rodrigues. E quando começaram a discutir a questão da liberdade e da terra, os trabalhadores passaram a compreender isso como uma necessidade primária. E foram construindo e aprendendo com isso. A igreja foi dando alguns cursos de formação e as pessoas foram compreendendo que a terra era um bem precioso e que não devia estar na mão de um, mas que devia ser de uso coletivo para suprir a necessidade do ser humano e de toda a espécie". [L2].*

A partir dessa narrativa, torna-se visível a condição social das famílias, e registra-se a história e a experiência de vida da comunidade. A história local, como diz Martins (2008), é a história da particularidade, um momento de história, uma construção única que não será corretamente interpretada pelo pesquisador, se não estiver situada no campo particular que é o do sujeito e o da história local.

Nesse sentido, a história "traz para a cena histórica agentes sociais antes relegados e valoriza-lhes o saber e a experiência de vida" (Sousa, 2009, p. 37). Desse modo, coloca em evidência a ação dos grupos e permite que novos personagens entrem em cena, dando novos significados às lutas coletivas.

Nessa perspectiva, concorda-se com Sader (1988) quando ressalta a *"noção de sujeito coletivo"*, entendida como "uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituíndo-se nestas lutas". (SADER, 1988, p.10-11).

A narrativa a seguir, revela o contexto que em foi tecida a ocupação da área.

> *"Antes de ser assentamento aqui era uma comunidade de resistência dos camponeses. As terras pertenciam ao Drº Willame Nargen, empresário que morava em São Luís. [...] Ele era muito passivo. Oprimia todo mundo, mas fazia isso de maneira muito sutil, pois o lavrador não chegava a perceber. Inclusive, muitos diziam que ele era um latifundiário muito bom porque ele deixava aqui o seu representante e pronto, os moradores faziam o que queriam nesse momento. [...] Mas esse comportamento era fruto de alguns embates entre o proprietário e os agricultores. Pois, antes, os lavradores faziam suas roças com cerca e tinha que pagar o foro, imposto pago ao dono da terra. [...] Houve muita repressão, mas no momento em que foi feito o trabalho de base, aqui já não era mais tão visível. [...] Para o proprietário, a terra era simplesmente um recurso para apontar como garantia para os investimentos nas suas empresas em São Luís". [L1].*

A força dessas palavras não deixa dúvidas sobre a situação de expropriação que viviam as famílias de agricultores e dar visibilidade ao papel decisivo da igreja na luta contra a estrutura fundiária existente.

Ainda sob a ótica de Menezes (2013), a iniciativa da Igreja, da Diocese de Coroatá - a qual Nina Rodrigues pertence - em 1980, de divulgar o jornal 'Tempos Novos' e veicular informação sobre os conflitos de terras no país, acelerou as discussões sobre a questão agrária no município e estimulou as famílias a lutarem e resistirem na terra.

Reforçam as palavras do autor, a narrativa da L1, que vivenciou o processo de formação do assentamento desde sua origem.

> *"Quando aconteceu o trabalho de base, as famílias já viviam organizadas. Organizadas pelas CEBs [...], no Partido dos Trabalhadores e no Sindicato. Esse povo tinha uma clareza dos seus direitos, sabiam que tinham direito à terra para trabalhar. Mas como eles trabalhavam e não tinham o título da terra, não podiam ter um investimento maior para produzir. E aconteceu que a comunidade junto com os militantes do Movimento Sem Terra reuniu-se e organizaram um acampamento simbólico, aqui no centro da comunidade. Esse acampamento simbólico ergueu a bandeira e comunicou para o INCRA que a terra estava ocupada pelo Movimento Sem Terra. Na verdade, foi uma ocupação simbólica, pois eram os mesmos moradores da comunidade". [L1].*

Contudo, o que se observa, a partir dessa fala, é que embora a igreja católica tenha ocupado lugar central no processo de conscientização e mobilização das famílias na luta pela terra, outras organizações também contribuíram de forma decisiva nessa luta.

Com efeito, o Partido dos Trabalhadores (PT) em Nina Rodrigues, criado em 1987, a partir da iniciativa de um grupo de jovens incentivados pelo Padre Antônio Mamede, também colaborou na articulação e organização das famílias. Com a criação do Partido dos

Trabalhadores, abrem-se novas perspectivas de atuação desses sujeitos, *"lançam-se candidatos e começa uma vida política" (L2).*

A organização continuou e em 1989 conquistaram a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Nina Rodrigues. O sindicato, por sua vez, constituiu-se "um grande aliado dos trabalhadores para a conquista de seus direitos". (MENEZES, 2013, p. 48).

> *"Como a questão da terra era um gargalho maior, a ocupação vai acontecer somente em 1999, partindo de outras experiências da regional como Itapecuru e Presidente Vargas. Então o próprio presidente do sindicato dos trabalhadores foi uma das pessoas que foi ver a experiência. O Movimento Sem Terra conseguiu fazer o trabalho de base [...] compreendendo que a comunidade era de posseiros, orientaram como então se daria o processo de ocupação. Considerando que 12.600 hectares era uma grande extensão de terra, os trabalhadores resolveram fazer a ocupação por etapa. Dia 28 de junho foi realizada a primeira ocupação no povoado Morros e no dia 30 de junho, dois dias depois, aqui na comunidade Santa Izabel. Assim se dá a transição, quando isso acontece vai se constituir uma nova organização, sem deixar a tríade formada pelo Partido dos Trabalhadores, o sindicato, a igreja, entra em cena o Movimento Sem Terra". [L2].*

A esse respeito, são reveladoras as narrativas das lideranças ao afirmarem,

> *"Nós tivemos como aliados e parceiros as famílias, a Igreja, o Sindicato e o Partido dos Trabalhadores. E, quando eu falo da Igreja, eu gostaria de mencionar em especial a figura de duas criaturas que estavam na sede do município e representavam pra gente a Igreja Católica no momento, que era o Padre Laurindo e a Irmã Iolanda". [L2].*

> *"Nós tivemos também dois vereadores que eram aliados fortíssimos da luta. O padre e a irmã esses eram os principais e o sindicato logicamente. Esses eram os principais aliados em defesa da reforma agrária". [L3].*

Por outro lado, a organização dos trabalhadores encontrou resistência tanto das famílias que não compreenderam o processo, como também das autoridades constituídas. Quando se referem aos principais opositores do assentamento as narrativas revelam.

> *"A gente tinha certa quantidade de vereadores que em nada contribuíram para acontecer o assentamento, pelo contrário. Tinha o próprio prefeito que colocou a polícia pra fazer repressão aos trabalhadores, o juiz da comarca na época e o vice-prefeito. Esses eram os principais oponentes da luta por reforma agrária no município". [L3].*

> *"Aqueles que se achavam amparados pelo fazendeiro, as famílias que não conseguiram conceber a ideia, se opuseram a entrar na luta, a adentrar neste processo. Exatamente a família que era representante do fazendeiro e algumas famílias que eram mais ligadas a essas pessoas. Elas tiveram muita resistência, mas o bom desta história é que todas, com a posse da terra, foram beneficiadas". [L2].*

Como se poder notar, as famílias organizadas tiveram que superar muitas dificuldades, originadas pelas forças contrárias ao movimento de ocupação.

A fala, a seguir, obtida no grupo focal revela a singularidade na construção do processo de ocupação vivenciada em Nina Rodrigues.

> *"Éramos posseiros, os nossos pais eram posseiros. Então a gente não teve que sair. As famílias só tomaram uma decisão. Vamos abraçar o MST, fincar a bandeira, fazer a luta e pronto. Mas em Nina Rodrigues, em Vargem Grande e em outros municípios acharam que não era assim, que tinha chegado aqui meio mundo de caminhão, com meio mundo de gente não sei de onde, que iam invadir tudo, que iam roubar tudo. [...] Na verdade era o primo, o parente, o sobrinho, o amigo, a amiga do povo que não queria mais saber do Palmares, nem dos Sem Terra porque era agora todo mundo vagabundo.* [...] *A ocupação em si nas outras regiões elas acontecem assim, muita gente que não se conhece que vai se conhecer ali". [J1].*

O que se observa na fala desse jovem é que a experiência da ocupação gerou grande impacto na opinião pública da região, ocasionando um sentimento de incompreensão e desconfiança. Todavia, gradativamente "as pessoas foram reconhecendo a importância da luta dessas famílias. Hoje, a organização é valorizada, inclusive por aqueles que faziam oposição; essa mudança de conceito se deu em função do caráter organizativo e reivindicatório" (MENEZES, 2013, p. 48) que caracteriza o MST.

Outro aspecto importante a destacar foi que a luta pela terra possibilitou que muitos filhos da terra retornassem. Exemplo disso pode ser notado na narrativa a seguir:

> *"Eu lembro muito bem das palavras que inicialmente chegaram pra mim através de um telefonema:* ***volta pra tua terra que essa terra agora será nossa****. E a partir daí nós viemos pra cá e foi quando a gente começou a compreender a política de formação, a política de posse, a política dos quadros formadores do MST, foi a partir desse momento que aconteceu nossa integração no Movimento". [L2].*

> *"Participaram da ocupação 70 famílias remanescentes dos povoados Pirinã I, Troncos, Santo Antônio, São José dos Pretos, Olho D'água, Santa Isabel, Morros e algumas famílias da sede de Nina Rodrigues". [L3].*

A partir do ano de 2000, decorrido o processo inicial de ocupação e com a constituição do assentamento, foram obtidas as primeiras conquistas: 110 famílias tiveram acesso ao título da terra, ao crédito de apoio às famílias e fomento à produção, crédito de habitação para construção de casas e recursos do PRONAF para criação de bovinos e frangos caipira.

> *"Quando aconteceu a ocupação aqui e foi informado ao INCRA que a terra estava ocupada pelo MST e que queríamos a desapropriação, fomos ter o conhecimento que já havia um pedido de desapropriação feito pelo sindicato e pelo padre Laurindo. Então, com a ocupação aqui e com o pedido que já havia lá, só veio acelerar para que acontecesse mais rápido. Não durou muito tempo o processo de acampamento, logo se tornou assentamento. Menos de um ano já veio o cadastro das famílias". [L1].*

Antes de se tornar assentamento, as famílias viviam em residências com precárias condições de moradia e não podiam fazer melhorias por não possuírem a propriedade da terra. As melhorias conquistadas podem ser percebidas a partir da infraestrutura que dispõe o assentamento.

Atualmente, todas as famílias assentadas moram em casas de alvenaria, com banheiro e energia elétrica, mas ainda existem algumas famílias não assentadas convivendo na mesma área que moram em casas de taipa[21]. Segundo o INCRA (2011), o P.A. Palmares II já esgotou a capacidade de famílias assentadas considerando a dimensão da área disponível de 12.364,00 hectares.

Figura 9 – Vista panorâmica do assentamento Palmares

Fonte: Acervo Pessoal

Figura 10 – Residência de família não assentadas

Fonte: Acervo pessoal

[21] Casas de taipa são moradias feitas com barro amassado e varas amarradas com barbante ou cipó cobertas com palha da palmeira do babaçu ou telhas, recursos naturais típicos da região.

Das famílias assentadas, a maioria cultiva pequenas plantações ou criações de animais nos quintais. Grande parte possui moto, o meio de transporte mais utilizado pelos assentados, além de eletrodomésticos – geladeira, aparelho de TV e antena parabólica - que proporcionam certo nível de conforto. Algumas têm acesso à internet e dispõem de telefone móvel conectado à antena. O assentamento dispõe, também, de 02 (dois) telefones públicos. No que se refere ao saneamento básico, ainda não contam com rede de esgotos, mas utilizam fossas sépticas.

A esse respeito, a liderança ressalta as melhorias obtidas pelos assentados:

> *"Ah! Aqui mudou muito, muito e pra melhor. A performance da comunidade melhorou, as casas melhoraram bastante, a renda dos camponeses também melhoraram. A renda per capita de cada família, melhorou muito e culturalmente também melhorou muito, a formação política das pessoas também melhorou muito. Era um trabalho intensivo que o MST fazia de formação política junto às famílias". [L1].*

Ficam evidenciadas nessa fala as mudanças que foram acontecendo na vida das pessoas e do assentamento e que se destacam, também, nas narrativas das lideranças pesquisadas, de onde se extrai alguns fragmentos:

> *"É, mudou muitas coisas, mudou inclusive pra melhor, porque até a ocupação a gente vivia numa propriedade privada. A partir daí, deste momento, já se sentiu o sabor da conquista, pois já havia conquistado a terra, já estava num lugar diferente. Então, [...] mudou o comportamento das famílias, mudou a qualidade de vida, inclusive o medo de saber até onde eu devo chegar [...]. Aí, as famílias passaram a se sentir mais à vontade. Então, mudou a vida, a alegria, tudo no assentamento mudou". [L1].*

Ainda sobre as mudanças iniciais provocadas pelo processo de constituição do assentamento, a L2 acrescenta: *"Mudou o pensamento, mudou a formação e mudou a própria vida. A questão financeira e o padrão de vida também mudou"*.

Durante a realização da pesquisa, observou-se que a maioria das residências utiliza água encanada oriunda de 04 poços artesianos mantidos pela parceria entre os moradores e o poder público municipal, outras possuem poços próprios. Entretanto, segundo o que diz a L2, o poder público ainda não se preocupou em fazer uma manutenção sistemática nesses poços.

> *"Aqui, acolá quando tem necessidade de um motor, ou de uma bomba, a gente reivindica e o poder público vem e faz, mas na maioria das vezes quem faz o serviço é a comunidade. Desentupir, lavar e ligar a caixa, ver a torneira, onde é que está faltando, o próprio morador compra e resolve o problema". [L2].*

No que se refere aos recursos destinados para o fomento à produção, os assentados, em caráter de cooperação, investiram na construção de uma fábrica de tiquira[22], uma usina de arroz e na aquisição de um caminhão para facilitar o escoamento da produção.

A fabricação de tiquira não prosperou como previsto, em virtude das dificuldades encontradas na realização do trabalho cooperado[23] e da deficiência de orientação técnica na produção, comprometendo a qualidade da bebida, fato que culminou na desativação da fábrica. Quanto ao uso do caminhão, este é utilizado conforme a necessidade dos assentados. É mantido pela Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Palmares – MA.

Quanto aos serviços públicos, na área da saúde são oferecidos atendimentos médico e odontológico, por uma equipe do Programa Saúde da Família (PSF), bem como primeiros socorros, controle de pressão arterial e pequenas suturas no posto da comunidade construído por meio de parcerias, como retrata a narrativa a seguir:

> *"O posto de saúde daqui, da comunidade, ele é cedido para a prefeitura, não é um prédio público. Ele é um prédio que foi construído em parceria: a comunidade, o UNICEF e a Pastoral da Criança. Era necessário ter um espaço de funcionalidade para os serviços de saúde, então ele foi emprestado, foi arranjado pela solidariedade, pela parceria com o poder público e que hoje funciona. Atende aqui e atende comunidades adjacentes". [L2].*

Figura 11 – Unidade Básica de Saúde da Família

Fonte: Acervo pessoal

[22] Bebida com alto teor alcoólico produzida da mandioca, de grande aceitação na região.

[23] Nos assentamentos, são estimuladas relações sociais menos individualistas, baseadas, principalmente, na criação de uma nova estrutura social promovida por meio da cooperação agrícola, como forma de incentivar a atividade econômica das famílias, arraigada em uma forma coletiva de trabalho. A cooperação para o MST constitui-se em um "instrumento pedagógico, que permite ao trabalhador rural romper a auto-suficiência e o individualismo". (MORISSAWA, 2001)

No contexto educacional, o assentamento possui uma escola com boa infraestrutura pertencente ao sistema municipal, com 5 (cinco) salas de aulas, 4 (quatro) banheiros - dos quais 2 (dois) são adaptados para garantir acessibilidade aos portadores de necessidades especais - um laboratório de informática contendo 5 (cinco) computadores com acesso à internet, uma secretaria, uma cantina, uma lavanderia e um almoxarifado. A escola disponibiliza internet à comunidade escolar por meio do *wi-fi*[24]. Oferece educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental de 1º ao 9º ano nos turnos diurno e noturno. Atende não apenas os filhos dos assentados, mas também os filhos das famílias não assentadas que moram na área do assentamento, bem como os filhos de moradores dos povoados vizinhos.

Figura 12 – Escola Municipal Unidade Integrada Francisco Rodrigues da Silva

Fonte: Acervo pessoal

Uma das dificuldades apontadas pelos pesquisados é a inexistência de oferta do ensino médio no assentamento, fato que contribui para a migração, embora temporária, dos jovens para dar continuidade aos estudos. A demanda da região é atendida na escola do assentamento Balaiada situada a 6 km do assentamento Palmares e também na sede do município. Outra alternativa que se apresenta aos jovens é o curso Técnico em Agropecuária

[24] *Wi-fi* – "é uma abreviação de **"**Wireless Fidelity**",** que significa fidelidade sem fio, em português. Wi-fi, ou wireless é uma tecnologia de comunicação que não faz uso de cabos, e geralmente é transmitida através de frequências de rádio, infravermelhos etc". Disponível em: <http://www.significados.com.br/wi-fi/>

oferecido pela Casa Familiar Rural[25] no município de Itapecuru onde, no período de realização da pesquisa, 11 (onze) jovens estavam cursando.

Frente à essa realidade, destaca-se uma luta incansável dos assentados pela implantação do ensino médio no assentamento Palmares. Essa questão fez parte das reinvindicações constantes na pauta do VI Encontro Estadual dos Sem Terrinha, ocorrido no período de 12 a 15 de outubro de 2013, que reuniu 500 crianças e 127 educadoras das diversas áreas de reforma agrária organizadas pelo MST no Maranhão.

Em relação às atividades produtivas, observou-se que a base econômica das famílias do assentamento é a agricultura familiar, com o cultivo da lavoura temporária, principalmente de mandioca, feijão, arroz, e milho, como pode ser constatado nas narrativas a seguir:

"Vem da agricultura a principal base econômica das famílias". [L3].

"O trabalho com a terra é uma questão ainda de sobrevivência, infelizmente a gente ainda não consegue ter o excedente, mas todas as famílias cultivam a terra". [L2].

"Ainda hoje temos a ***roça no toco***[26] *mesmo correndo o risco de perder a produção pela escassez de chuva. [...] Algumas famílias que conseguiram acessar o PRONAF produziram frango, outros estão com a criação de gado". [L1].*

Como se observa, no assentamento Palmares o acesso à terra é condição básica para garantir a sobrevivência das famílias que dela se utilizam para morar e retirar o sustento. Entretanto, as práticas arcaicas de cultivo empregadas pelos assentados, como por exemplo, as queimadas para preparar à terra, produzem efeitos devastadores, comprometendo a fertilidade do solo e, consequentemente, a produção.

Outras fontes de renda são os programas sociais – Bolsa Família e o Projovem – medidas assistenciais do Governo Federal e alguns serviços de carpintaria que, por sua vez, suscitam uma grande preocupação com a questão ambiental devido à exploração da madeira. No que se refere aos moradores que possuem renda fixa encontram-se, entre eles, os funcionários públicos municipais, sobretudo da área da educação e saúde, pensionistas e aposentados rurais.

---

[25] Casa Familiar Rural é compreendida como um espaço destinado à formação de jovens do meio rural onde oferece formação técnica, profissional e gerencial. Objetiva a qualificação desses jovens proporcionando alternativas de geração de renda e de trabalho, possibilitando a permanecia no campo. Utiliza a pedagogia da alternância, que busca integrar escola, família e comunidade.

[26] Roça no toco é uma prática comum no cultivo de produtos agrícolas no Maranhão baseada no sistema de corte e queima. Consiste em derrubar a vegetação nativa, depois atear fogo para, então, plantar.

Quanto ao comércio, as narrativas a seguir descrevem o acesso limitado dos assentados aos bens de consumo, provocado pela ausência de estabelecimentos comercias que atendam a demanda.

"*Temos apenas dois mini supermercados que atende o básico, fornecem cereais, alimentos, mas com um preço muito elevado*" *[L1].*

Com isso observa-se a problemática que envolve a discussão sobre a relação campo e cidade. Não no que tange a relação de dependência como diz a liderança [L2] "aqui a gente ainda depende muito das coisas da cidade", mas, no sentido de que campo e cidade devem ser vistos como complementares, pois um não existiria sem o outro. Se de um lado, o processo de mecanização e desenvolvimento do campo reflete no abastecimento da cidade de seus produtos, por sua vez, as mudanças na forma de vestir e falar no campo, bem como, no consumo de produtos industrializados sofrem influências da cidade, difundidos, principalmente, pelos veículos de comunicação.

No tocante a religiosidade, a maioria dos moradores se declara católica. Um dos espaços mais importante de socialização no assentamento trata-se da celebração da comunidade católica realizada na capela, todos os domingos pela manhã, onde são compartilhadas as diversas problemáticas do assentamento.

Figura 13 – Capela de Santo André no assentamento Palmares

Fonte: Acervo pessoal

Existe, ainda, uma igreja evangélica que reúne os fiéis também aos domingos. Observou-se que há, no assentamento, uma convivência respeitosa entre os assentados quanto à essa questão.

No que se refere à cultura, nos finais de semana, o lazer fica por conta do jogo de futebol que reúne tanto os jovens quanto os mais velhos. Todo ano acontece a festa dos assentados. É a "Festa da Mandioca" organizada pelos próprios assentados no segundo sábado de setembro. Essa atividade já se tornou uma referência na região. Atrai pessoas de todos os lugares. Tem duração de dois dias, sendo que o segundo é destinado à confraternização dos que fizeram a festa.

A conquista da terra reforçou a esperança dos moradores do assentamento Palmares de viverem com melhores condições de vida e de trabalho. O direito à moradia digna, o acesso à terra para nela viver e trabalhar são garantias constitucionais. Entretanto, a negação desses direitos a uma parcela significativa da população têm mobilizado diversos segmentos e movimentos sociais, principalmente o MST, um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, que tem como bandeira as questões do trabalhador do campo, principalmente no que diz respeito à luta pela reforma agrária, educação e transformação social. (RIBEIRO, 2009).

Do ponto de vista de Nascimento, Moraes et. al. (2012), o assentamento Palmares é uma "comunidade com forte presença e atuação do Movimento [...] onde os sujeitos têm uma cultura política de diálogo e coletivização de demandas no processo de lutas, e este processo constrói-se dentro de uma dinâmica que compõe a identidade política do MST".

Por conta de sua história, *"o assentamento já se tornou referência municipal e até estadual. Às vezes nos perguntam: Ah, você é de onde? Do Palmares, não é de qualquer lugar é do Palmares. Então, a gente se sente pertencente dessa história que ajudamos a construir". [J3].*

Frequentemente, o assentamento recebe visitantes de vários países. *"Já tivemos aqui pessoas de vários países que vieram conhecer nossa história. Teve gente do México, França, Itália e vários outros países já nos visitaram. Talvez essa referência tenha ultrapassado as fronteiras". [J4].*

Além disso, de acordo com as narrativas, "o assentamento já foi visitado por estudantes de diversas instituições universitárias para realizar estudos, com o objetivo de conhecer nossa história. *Já tivemos gente daqui capa de revista na França". [J3].*

Diante do exposto, compreender a experiência da juventude no campo da formação política exige situar não apenas o contexto na qual se realiza, mas, sobretudo, as relações que dela emergem.

4.3 Os espaços e práticas de formação política no assentamento Palmares

A partir da experiência de observação no assentamento Palmares durante o estudo, percebeu-se que a participação política dos jovens se expressa por meio de diversas formas de manifestações, associações e grupos. A igreja, a família, a escola e o próprio assentamento são espaços de convivência dos jovens que criam novas possibilidades para articulação de saberes e compartilhamento de interesses e informações.

> *"Aqui na comunidade, nós temos o que a gente pode chamar de espaços de formação social, a gente pode citar que temos um tripé que é a igreja, a escola e o assentamento em si. São os três espaços maiores de formação aqui. Isto é, a igreja católica que é quem desenvolve todo esse trabalho junto com a comunidade. E na igreja não tá só a igreja, tá a igreja, tá o assentamento, tá também o sindicato, todas as discussões elas perpassam lá por dentro da igreja. E no outro plano nós temos também a escola que desenvolve também essa atividade associado com esses outros espaços, mas que é mais restrita mesmo a escola". [J1].*

No assentamento Palmares, o primeiro grupo de jovens surgiu no ano de 1984, quando a comunidade ainda era chamada de Santa Isabel. Na oportunidade, a diocese de Coroatá estimulava as paróquias a criarem os grupos de jovens organizados. Incentivados pelo padre Mamede, responsável, na época, pela paróquia de Vargem Grande e de Nina Rodrigues, começou a organização dos grupos em cada localidade.

No processo inicial de organização, alguns jovens participavam de cursos de formação em outras cidades para observar o funcionamento e aprenderem como se formava um grupo de jovem.

O primeiro grupo de jovens constituído foi Juventude Unida em Cristo (JUC). Foram escolhidos os primeiros coordenadores entre os integrantes. O grupo se reunia aos domingos com mais de 20 (vinte) jovens participantes oriundos das comunidades vizinhas mais próximas como "Boca da Mata", "Mete e Tira", "Pequizeiro" e "Centro".

O lazer dessa juventude concentrava-se nos jogos de futebol nas modalidades masculino e feminino. Cabe ressaltar que a solidariedade era uma marca forte do grupo e sempre que era necessária a ajuda desses jovens na comunidade, eles se apresentavam de maneira solidária.

Quanto à organização interna, foi criado o grupo Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). A criação da ACR foi uma tentativa de diminuir a discriminação existente entre os jovens urbanos com relação aos rurais como forma de apoio aos jovens da zona rural.

Segundo Castro (2009), existe um processo de disputa de classificação na sociedade na qual os identificados como jovem e rural sofrem duplo enquadramento.

> Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano – ou seja, a associação do imaginário sobre o 'mundo rural' ao atraso e a identificação dos jovens como *roceiros, peões, aqueles que moram mal.* Por outro, no meio rural muitas vezes são deslegitimados por seus pais e *adultos* em geral, por serem *muito urbanos. Jovem rural* carrega o peso de posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior de relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade. Essa posição está, ainda, marcada por um contexto nacional de difíceis condições econômicas e sociais para pequena produção familiar. (CASTRO, 2009, p. 39, grifo do autor).

Em 1986, foi escolhida uma nova coordenação para o grupo a qual, na época, deu destaque às manifestações culturais da comunidade. Desse modo, os jovens juntaram-se aos moradores do povoado Santa Isabel, criaram o bumba meu boi e a quadrilha[27], incentivando os jovens a se divertirem e a participarem das manifestações locais.

Já no final do ano de 1987 o Padre Mamede, inspirado na Teologia da Libertação, incentiva a participação dos jovens na discussão de temas políticos. Na ocasião, surgia na comunidade o Partido dos Trabalhadores (PT) o qual emergiu no meio rural e oportunizou aos jovens engajados no grupo integrar-se nas discussões políticas partidárias.

> *"O primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Nina Rodrigues, do campo, foi um jovem daqui da comunidade já fruto do grupo de jovens, que é nosso companheiro. Então, ele abraça a causa dos trabalhadores, e posteriormente, a juventude vai discutir no grupo de jovens outras necessidades. Era preciso lutar pela terra, pelo sindicato, mas nós também precisávamos participar das decisões políticas e fundamos o Partido dos Trabalhadores. Fundado o Partido dos Trabalhadores, lançamos candidatos e aí começa uma vida política. É quando a gente começa a perceber uma tríade: a igreja, o sindicato e o partido". [L2].*

Pode-se observar, na narrativa da liderança acima, como a representatividade da comunidade era visível nas instâncias locais de decisão, o que pode ser atribuído às vivências coletivas nos diversos espaços de interação na comunidade.

Um dos desafios impostos aos jovens, naquele contexto, era a falta de escola na comunidade. Com a necessidade de estudar, alguns jovens tiveram que sair de seus lugares de

[27] A quadrilha é uma dança típica das Festas Juninas, comum a várias regiões do Brasil embora com características diversificadas conforme a cultura regional. Ver mais em Gaspar, Lúcia. *Quadrilha Junina.* **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>.

origem e morar na cidade. Cria-se, então, outra coordenação para o grupo de jovens. Marco importante nessa 3ª geração é a subdivisão do grupo, pois, até então, todas as comunidades vizinhas participavam juntas. Algumas começaram a montar seus próprios grupos de jovens. Essa geração continuou o trabalho das demais, porém com outras ideias, organizavam dramatizações, dramas, comédias, encenações bíblicas, entre outras.

Em 1994, o grupo fica desarticulado, mas volta à ativa em 1995 com nova coordenação. À medida que alguns jovens deixam a comunidade para estudar, indo morar em outros lugares, o grupo se renova com outros participantes e mais uma vez muda a coordenação. Esse grupo inovou e deixou um marco em sua história na oportunidade em que encenou a "Paixão de Cristo" na Semana Santa.

Transcorrido um intervalo de aproximadamente 3 (três) anos sem qualquer atividade efetiva alguns jovens sentiram necessidade de resgatar o grupo, por entenderem ser um espaço fundamental para o bom andamento da comunidade. O grupo, então, ressurge com o nome Jovens Seguidores de Cristo (JSC) e com o propósito de seguirem a mesma linha das gerações passadas. Tendo como base a igreja católica, reúnem-se aos domingos à noite e contam com aproximadamente 20 (vinte) jovens para discutir os temas mais polêmicos e atuais que dizem respeito ao grupo. Dentre as atividades que desenvolvem, destacam-se a participação na liturgia do mês em um domingo onde são os responsáveis pela celebração;[28] no período da páscoa encenam a Paixão de Cristo; nas Festas Juninas dançam a famosa Quadrilha da Juventude e tem representantes em todas as comissões ou conselhos da comunidade. No lazer, são frequentes os banhos nos rios da região e folias feitas nas noites de domingos depois dos encontros.

A partir das observações e narrativas dos sujeitos pesquisados, constatou-se que o trabalho realizado pelos grupos de jovens ao longo dos anos tem contribuído de forma significativa no processo de socialização desse segmento da comunidade fortalecendo os laços de solidariedade e sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, acredita-se que o grupo de jovens seja um importante espaço de formação de homens e mulheres cada vez mais conscientes de que são sujeitos de direitos e que o caminho para construir uma nova sociedade é a organização.

[28] A celebração é uma das atividades mais importantes do assentamento. Acontece aos domingos pela manhã na sede da Igreja Católica. Momento de reunir as famílias para refletir sobre a fé cristã, mas também sobre todas as questões que dizem respeito ao assentamento.

No assentamento Palmares, via de regra, a família constitui-se um dos mais importantes espaços de formação. Para o MST, é o núcleo irradiador de princípios e valores basilares no processo de socialização e formação do ser humano.

Telles (1993) no artigo "Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo" aborda o enigma da persistência e crescimento da pobreza no Brasil e o lugar que a família ocupa no processo de socialização e formação de valores, sobretudo dos trabalhadores urbanos. Essa condição de pobreza, como se observa, é análoga a realidade social do campo.

> É aqui que se determina toda a importância que a família, ainda hoje no Brasil moderno, ocupa nas formas de vida das classes trabalhadoras. Numa sociedade que não abre lugar para o indivíduo e o cidadão, uma sociedade na qual a insegurança, a violência e a incivilidade são a regra da vida social, é em torno da família que homens e mulheres constroem uma ordem plausível de vida: é espaço que a viabiliza a sobrevivência cotidiana através do esforço coletivo de todos os seus membros; é espaço no qual constroem os sinais de uma respeitabilidade que neutraliza o estigma da pobreza; [...]. (TELLES, 1993).

Desse modo, a família assume um lugar central no processo de organização e consolidação do assentamento. "A família é o primeiro espaço de formação. As pessoas se conscientizam e a partir disso vão tentando engajar seus filhos na participação da comunidade. Então, a família é um incentivador mestre", reflete a J3.

> *"Essa parte do MST, ela é mais [...] repassada de pai para filho mesmo, porque a partir de um tempo para cá a gente não participa mais tanto de atividades do MST. Por exemplo, antigamente a gente ia mais para São Luís, para formação. E nossos pais eram mais envolvidos com isso. Não, na verdade não eram mais ativos. É que lá é que era mais ativo. E aí, eles iam e repassavam para a gente. Tudo que a gente aprendeu na maioria das vezes foi com os pais da gente, com as lideranças daqui, locais, [...] e não com o pessoal de lá". [J2].*

Como se observa na narrativa acima e nas seguintes, a família exerce papel decisivo no processo de participação e engajamento dos jovens na vida do assentamento.

> *"O núcleo de família até 2004 era a base da organização do MST nacional, desempenhou um papel muito importante nessa comunidade. Nós tínhamos oito grupos de família que eram organizados pelas ruas e que eles se reuniam toda semana. Esses grupos de família se reuniam. E todo mundo reunia. Reunia o pai, a mãe, a filha, o jovem, a família, era o núcleo de família. E esse núcleo de família discutia assuntos do assentamento, que vinham para uma coordenação geral que se reunia também e era formada pelos coordenadores do núcleo de base que se reunia. E assim era sempre essa troca, vinha do grupo de família para coordenação geral e voltava da coordenação geral para o grupo de família. E ia para a assembleia geral. Então, esse espaço também foi um espaço de formação muito grande para os jovens. Porque a gente acabava participando de tudo o que estava acontecendo, de todas as discussões, desde a queimada no baixo, os animais que estavam sendo criados soltos, de tudo, de todas as ameaças". [J1].*

Considerando a narrativa acima depreende-se que os núcleos de família constituíam-se no assentamento, espaço coletivo de socialização no qual as questões

referentes à coletividade eram discutidas e as deliberações encaminhadas à assembleia, espaço ampliado de discussão que abrangia todo o assentamento.

O funcionamento dessas assembleias foi referido na narrativa da L2 da qual se destacou:

> *"Essas assembleias têm um calendário de reuniões. Atualmente, a assembleia acontece a cada primeiro sábado do mês. A gente já sai sabendo que daqui a 30 dias vai acontecer outra assembleia, com novos pontos e pautas, novas discussões. E o interessante disso, é que cada pessoa pode trazer o seu ponto para discutir dependendo da necessidade, seja sobre a questão da escola, questões agrícolas, a festa do folclore, qualquer que seja o ponto inerente aos desejos, anseios ou problemas do assentamento". [L2].*

Entretanto, apesar da aparente funcionalidade dos núcleos de família, à medida que o movimento foi tomando maiores proporções também foram surgindo novas demandas. A exemplo disso, a organização dos assentamentos passou por mudanças estruturais, como pode ser observado na fala a seguir:

> *"Houve outros momentos em que o assentamento teve organizado em núcleos de família, em setores. Mas hoje está mais organizado em torno da igreja, do sindicato e da associação. A ação deles se complementa. A vida aqui é boa, é uma vida de discussão coletiva, de formação. É claro que a gente não pode dizer que isso é uma questão generalizada. Ainda existe as pessoas que esperam as coisas acontecerem, que não entram de cara pra fazer as coisas. Mas a comunidade vive sobre orientação, a gente discute, avalia, vê onde é possível fazer, desde a questão da escola, a roça, do meio ambiente, tudo isto é discutido na comunidade. Aqui atualmente, a gente tem vários espaços de encontro, embora no assentamento tenha duas associações as famílias se reúnem em qualquer espaço. Nós temos a escola que agrega os educandos de todas as famílias, a igreja embora tenha duas capelas, mas a gente também se reúne nas duas. Eles vão na nossa, nós vamos na deles. Tem um centro que nós chamamos de Centro de Formação, onde a gente se reúne para assembleia, na festa da comunidade e nos momentos de reunião". [L2].*

Figura 14 – Sede do Centro de Formação no assentamento Palmares

Fonte: Acervo pessoal

Uma importante conquista da luta coletiva das famílias do assentamento Palmares é a escola Francisco Rodrigues da Silva. Para Sales (2010, p.30) "a escola, além de desenvolver a sociabilidade, também propicia interações e acesso a diversos outros espaços".

Segundo Menezes (2013) a escola orienta-se pela concepção de educação do MST e desenvolve uma prática político-pedagógica articulada com as lutas do assentamento, construindo um forte vínculo com a comunidade.

> A escola que queremos e pela qual lutamos deve vincular-se a organicidade do assentamento, preocupar-se em ajudar na solução dos problemas da comunidade, desenvolvendo o gosto pela leitura, realizando atividades culturais, recuperando a memória coletiva da comunidade e do MST, cultivando nos estudantes a mística e os valores da nossa organização. Enfim, devemos nos envergonhar se há no assentamento algum analfabeto ou alguma criança fora da escola. (MST, 2001, p. 95).

As afirmações acima apontam a convergência entre a prática pedagógica desenvolvida pela escola e a concepção de educação proposta pelo MST.

Com o propósito de efetivar a concepção de educação defendida pelo Movimento, uma das linhas de ação para o MST é massificar a formação de educadores e educadoras, ocupar espaço nas Universidades e ampliar os cursos desenvolvidos em parcerias, assim como avançar para outras áreas do conhecimento. A perspectiva histórica do Movimento é de assegurar educadores do próprio assentamento nas escolas, o que exige

investimento na formação de educadores e educadoras das comunidades assentadas (MST, 2012).

> *"O quadro de professores da escola mostra, também, o reflexo das formações da comunidade, porque o quadro de professores é formado, a maioria, por pessoas que moram aqui na comunidade. Somente no ensino fundamental maior (trata-se dos anos finais do ensino fundamental) que só tem dois professores da sede". [J5].*

A preocupação do MST com a formação de educadores e educadoras identificadas com a Pedagogia do Movimento pode ser notada, também, no assentamento Palmares na experiência vivenciada por uma das educadoras da comunidade, expressa na fala de uma das jovens pesquisadas, na qual revela os desafios enfrentados nessa caminhada.

> *"No período de formação, ela [a professora] enfrentou muitas dificuldades, porque tinha que faltar na escola e alguns pais de alunos não entendiam porque ela tinha que faltar. Quando a gente falava com ela, sempre dizia: - "Olha tá indo"! Então a gente dizia aos pais: ela vai mostrar o resultado desse trabalho que vem fazendo. Antigamente, era difícil para nós daqui, virem professores de outros lugares, por causa da questão de transporte. E com os professores e o diretor daqui também fica mais fácil, mais perto, tudo mais acessível. Então, melhora muito ter uma gestora daqui escolhida pela comunidade. Por isso, foi que os meninos falaram da questão da formação dela. Realmente, agora ela está mostrando, retribuindo, para gente aquilo que nós apostamos nela". [J4].*

A narrativa acima releva que essa aspiração do MST já se constitui, em parte, uma realidade no assentamento Palmares. Embora que para alcançar essa conquista, muitas dificuldades tiveram que ser superadas.

> *"Outra conquista em relação à escola, é que aqui nós temos a única que não funciona a multisseriação. Porque nós reivindicamos, que aqui não ia ter turmas multisseriadas e que seria cada série no seu devido tempo. Nós enfrentamos um grande movimento com a Secretaria Municipal de Educação para que isso acontecesse. E realmente valeu a pena. Na nossa escola, os reflexos estão aí". [J7].*

O enfrentamento ao poder público municipal pela comunidade como evidenciado nas falas acima, resultou em conquistas importantes como a participação efetiva da comunidade no processo de escolha da gestora da escola, experiência única no âmbito do município, e garantiu a extinção das turmas multisseriadas[29] na escola do assentamento, uma realidade ainda presente na maioria das escolas do campo no Brasil.

Outro espaço de formação importante apontado nas narrativas dos jovens trata-se do Grupo das Margaridas, uma particularidade do assentamento Palmares. As atividades que o grupo desenvolve valorizam as manifestações culturais das mulheres, bem como incentiva a

[29] De acordo com o Guia Referencial do Programa Escola Ativa (2009), as classes Multisseriadas se caracterizam por reunir em um único espaço, um conjunto de séries do Ensino Fundamental e possuir um único professor(a) para todas as séries. Esta característica de enturmação está mais presente nas escolas do campo.

utilização do artesanato como fonte de geração de renda, articula atividades de lazer e de formação relacionadas à realidade do campo.

Oriundo de uma comunidade religiosa que agrega muitas culturas e que sempre teve as mulheres como partícipe nas lutas sociais, construindo sua própria história, o grupo das Margaridas foi criado no ano de 2009, quando, no período das festas juninas, as mulheres foram provocadas pela comunidade a organizar uma atividade cultural, e que foi prontamente atendida. As mulheres organizaram-se e apresentaram uma quadrilha, dança folclórica que foi aclamada com sucesso.

> *"Na ocasião, estava acontecendo uma etapa do curso de Magistério no Centro de Formação Maria Aragão, no assentamento São Domingos, em Nina Rodrigues. Por se tratar de uma organização do MST, o espaço de formação sempre recebeu visitas de outras entidades e a congregação de Notre Dame no Brasil[30] enviou uma missionária, Irmã Lu, que participou de um seminário realizado pelo Setor de Gênero do MST. Diante do que viu e ouviu, solicitou à sua congregação que acompanhasse os grupos organizados nos assentamentos, sobretudo as mulheres. A religiosa, no cumprimento à missão da congregação de ajudar na construção de um mundo melhor, pediu autorização para elaborar um projeto que visava à aquisição de materiais para confecção de artesanato daquele grupo, que no inicio, só tinha a quadrilha. Durante o processo de elaboração do projeto, foi solicitado o nome do grupo, oportunidade em que as mulheres nomearam de "Margaridas em Roda de Conversa". A partir de então, o coletivo de mulheres construiu o objetivo e o cronograma de encontros do grupo". [L2].*

Desde então, o objetivo do grupo visa à formação no sentido de trabalhar a autoestima e se reconhecer como cidadã para além das atividades domésticas e possibilitar uma alternativa de trabalho e de geração de renda para a família.

> *"Além do grupo de jovens, existe também o grupo das Margaridas. Eu enquanto jovem, ainda que eu não participe tanto do grupo [de jovens], mas eu participo do grupo das Margaridas que é um espaço também de formação. Há estudos, há diversão, há lazer, há coisas sérias dentro desse grupo. Outro objetivo do grupo é trabalhar a rentabilidade, produção de renda para as mulheres". [J3].*

A narrativa revela que, a partir das necessidades e práticas cotidianas manifestadas pelas moradoras da comunidade, criaram espaços de conversa e troca de experiências tecendo relações, contribuindo assim para a autonomia/emancipação da mulher, ou o seja, a transformação social, bandeira de luta central do MST.

Nesse sentido, depreende-se que "a emancipação emerge e se desenvolve em meio às relações de poder, vinculando-se a contradições diversas, em um processo que não insurge de um centro único, senão de práticas e relações em permanente construção." (PIMENTA,

[30] Congregação religiosa feminina da Igreja Católica dedicada à educação dos mais pobres. Congregação fundada em 1804, em Amiens, França, durante o Período Napoleônico (1799-1815), por Santa Júlia Billiart (1751-1816) e Maria Luiza Francisca Blin de Boudon (1756-1838), condessa de Gézaincourt, na vida religiosa Madre São José, sob a direção espiritual do padre jesuíta Joseph Varin. Disponivel em: http://www.prelaziadomarajo.com.br/2010/07/congregacao-irmas-de-notre-dame.html. Acesso 10/jan/2013.

2006, p. 169).

Nessa linha de entendimento, pesquisas apontam que "em muitos casos, percebe-se também que participar de um grupo, de uma associação, de um movimento social, significa um despertar, um preparar-se para a vida" (SALES, 2010, p. 35).

O grupo Margaridas em Roda de Conversa é formado por 32 (trinta e duas) mulheres de todas as idades. São professoras, lavradoras e acadêmicas, auxiliares operacionais e aposentadas. Dentre as atividades culturais organizadas e já apresentadas pelo grupo, está a quadrilha, a valsa, a dança do coco[31], o tambor de criola[32], a mística e até desfiles culturais.

Cabe ressaltar que o grupo, além das atividades culturais, realiza, também, encontros para estudo sobre a lei Maria da Penha[33], a valorização e a participação da mulher na sociedade. Quanto às atividades pontuais, organizam todos os anos momentos especiais de lazer, uma viagem-passeio onde saí todo o grupo. Como forma de arrecadar recursos para custear as despesas, realizam bingos, leilões e rifas.

No período em que foi realizada a coleta dos dados, o grupo participava de cursos de capacitação em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na área da agroindústria com o objetivo de produzir e comercializar os produtos para o município e, assim, ampliar a renda familiar.

Outra questão que tem permeado as discussões no interior do Movimento são os estudos sobre as relações de gênero, promovidos por meio de atividades diversas como seminários e encontros em nível nacional, estadual ou municipal. Outro aspecto a destacar diz respeito ao nível de participação das mulheres jovens nos movimentos sociais, de modo geral, e a expressividade da liderança das que conseguiram alcançar destaque. Exemplo disso se visualiza pela representação do gênero feminino, reconhecida liderança do assentamento, lavradora e militante do Movimento, no poder legislativo municipal eleita por expressiva

---

[31] Dança típica da região da Mata dos Cocais onde ocorre a quebra do coco babaçu. Em Nina Rodrigues é frequentemente dançada nas festas juninas tanto no campo quanto na cidade.

[32] O Tambor de crioula é uma dança de origem africana, deixada pelos escravos que viveram na região. É dançado em louvor a São Benedito, santo preto festejado em Nina Rodrigues. Em geral, é dançado pelas pessoas mais velhas. "não tem participação de jovens devido ao preconceito de que tambor é coisa de negro e velho". Ver mais em PIRES, Dulcenil dos Anjos Pereira. Formação Histórica de Nina Rodrigues. São Luís: UEMA,1998; FERRETTI, Sérgio et al. Tambor de Crioula. FUNARTE, Rio de Janeiro,1981.

[33] Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

votação nas eleições municipais de 2012, autora do projeto "Mutirão Parlamentar" que visa aproximar o poder legislativo das comunidades por meio de visitas a todos os povoados do município.

4.4 O movimento como espaço de formação política

Segundo Sales (2006, p. 179) "há uma interseção dos setores de formação e educação". A esse respeito, a liderança identificada como L1, relata as experiências de formação possibilitada pelo Movimento.

> *"Eu participei como aluna da Pedagogia da Terra, como aluna da 4ª turma da Pedagogia da Terra da Regional Amazônica. Eu fiz em Belém, uma das dinâmicas que o MST adota para os cursos que ele promove é essa questão de está fazendo a formação política também dos integrantes que por mais que a gente tivesse ali num espaço para ocupar a academia, mas a gente estava também num espaço onde tinha formação política. Muitas pessoas, muitas lideranças do Movimento Sem Terra vieram fazer trabalho, fazer palestras com a turma sobre a formação política. Nós tivemos a Roseli Caldart, o Edgar Koguti, tivemos o João Pedro Stédile, o Ulisses, a Mônica Molina que vieram fazer trabalho de formação política com a turma". [L1].*

Nesse sentido, as lideranças locais, "intelectuais orgânicos"[34] que formaram as gerações anteriores, constituem-se construtores e difusores de uma nova cultura, junto às novas gerações, possibilitando-lhes refletir sobre os seus problemas e tirar elementos que possam elevar sua consciência e a condição de sujeitos da história. Baseado no pensamento de Gramsci, Martins (2009, p. 36) destaca que "a atuação ativa e consciente na história não pode ser um privilégio apenas de líderes ou intelectuais iluminados, mas também dos simples".

> *"Participei de vários cursos de formação no MST tanto os formais quanto os não-formais. Eu fiz um curso de técnico em saúde comunitária, que foi uma conquista do MST em parceria com o PRONERA e o governo do Estado, e o curso de formação político-ideológica na Escola Nacional Florestan Fernandes, no Paraná". [L2].*

[34] Conforme explica Semeraro (2006) "Gramsci acreditava que a compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem pela inserção ativa nos embates hegemônicos. Por isso, aprofunda a estreita ligação entre intelectuais, política e classe social, mostrando que a filosofia, tal como a educação, deve tornar-se "práxis política" para continuar a ser filosofia e educação (Gramsci, 1975, p. 1.066). Consciente da centralidade dos intelectuais no mundo contemporâneo, Gramsci reserva a essa questão um espaço significativo em seus escritos. Ao vivenciar como poucos a nova figura do intelectual militante (Frosini, 2000, p. 108), capta as complexas dinâmicas de expansão da "sociedade civil", que vinha ampliando de forma inédita as expressões intelectuais na "superestrutura". Mas, em contraposição às teorias que na sua época defendiam a elitização dos intelectuais (Benda, 1979), que se assustavam com o avanço das massas (Ortega y Gasset, 1980), que desprezavam a democracia (Nietzsche, 1990, §§ 202-203) ou separavam a política da ciência (Weber, 1993), Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos "subalternos" (Gramsci, 1975, p.1.505-1506). [ ] Intelectuais "Orgânicos", ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade".

A narrativa da liderança acima ilustra a preocupação do Movimento em possibilitar à formação política, por meio do acesso aos conhecimentos científicos, associada à formação profissional, com o propósito de formar os "intelectuais orgânicos" para dar continuidade ao processo de formação para as bases e assim fortalecer a organização dos diversos acampamentos/assentamentos.

> *"Além das outras experiências de formação política a que eu tenho muitas saudades ainda hoje é do curso da formação nacional. Até o momento, daqui do assentamento somente três pessoas participaram. Uma (a L2), fez no Paraná, quando eu fiz a minha foi no Espírito Santo. É rico, mas não é porque está em outro estado, em outro lugar, mas porque junta na verdade a militância [...] dos 23 estados onde o MST está organizado em nível de Brasil. Porque tem três estados que nós ainda não temos o MST organizado. [...] Então são três meses de pura leitura, de puro estudo, de pura prática desse contato mais constante do que é a luta, a militância, o capitalismo, a necessidade de transformar, como já dizia Karl Marx. E de fazer com que o proletariado, a família, o jovem, ele se organize e conquiste o seu próprio espaço, porque o capitalismo, muito pelo contrário, vai cada vez mais desapropriar. Esse contato com a cultura dos 23 estados é muito rica, porque, como nós temos uma dificuldade, os recursos são pouco para a gente viajar e conhecer outras culturas, uma oportunidade dessas de você conhecer o que é o Paraná, o Espírito Santo, Brasília, o que são os outros estados todos num único espaço... E um espaço muito grande de conflitos. [...]. E Isso é muito rico do ponto de vista da formação, da cultura, do estudo, da leitura e da formação política. Então, esse é outro momento meu, de muita saudade que eu sei que nunca mais [...] vou poder reviver, reencontrar essas pessoas e dizer isso que, naquela época, a gente não diz quando tá vivendo, nunca vê, nunca valoriza, nunca sabe e que só depois a gente sente saudades". [J1].*

Na mesma linha de pensamento, as narrativas das lideranças expressam sentimento semelhante aos manifestados pelo J1.

> *"Curso de formação ideológica, eu participei da Escola Nacional Florestan Fernandes, no Paraná. É uma escola onde reunia militantes de 23 estados na época, todos do MST e era uma política de formação. O curso se dava nessa preparação ideológica, dos direitos, dos deveres, da crítica de compreender a sociedade, de compreender a política, como funcionava, como que a gente era discriminada, como a gente deve reivindicar. E esses cursos se davam periodicamente, podia ser a nível nacional, estadual ou regional, ou até local. Há alguns anos atrás a escola já existia, a Escola Nacional Florestan Fernandes, mas existia de forma itinerante que aglutinava militantes de vários estados. E aí alguns estados se propunham a receber o grupo de militantes para aquele curso de formação com duração de 90 dias. Depois de algum tempo foi concebida a necessidade de se ter um espaço físico para que não se ficasse nessa itinerância, e esse espaço hoje existe, é a Escola Florestan Fernandes. Ela existe em São Paulo, em Guararema e foi uma escola construída pelos assentados da reforma agrária, pelos militantes do Movimento Sem Terra de todos os estados, de todo o grau de profissionalização, do homem lá do campo que só sabia fazer a massa, mas ele foi requisitado. Ele foi e deu sua contribuição. A escola hoje existe e os cursos ainda existem lá e não são somente cursos do MST, mas já acontece curso da América Latina que trata das questões internacionais. A escola hoje tem capacidade de ter pessoas, vamos dizer, do Brasil e do mundo que vão para escola em busca de formação". [L2].*

As narrativas são esclarecedoras no que se refere à participação dos militantes no processo de formação política construída junto ao MST e revelam a emoção de vivenciarem experiências marcantes nesse percurso.

> *"Ah! Participei sim. Dentro do Movimento Sem Terra, nós temos algumas frentes de estudos e eu ficava na frente que [...] era chamada de Frente de Massa. É a que organiza as famílias para a ocupação. Então, eu fiquei dois anos estudando este curso político-ideológico, em São Paulo, na Escola Florestan Fernandes. Nós tinha este estudo lá. E era de todos os estados do país onde tem MST. Aqui no Maranhão nós éramos quatro a cinco, se bem me lembro, que fazia este estudo no período de dois a três anos. Nós íamos duas ou três vezes por ano fazer este estudo. Passávamos uns quinze dias estudando todas as correntes do pensamento do Marxismo. Hoje a escola de formação, lá em Guararema, tem uma coordenação política lá da escola. Se a gente pudesse caracterizar, poderia caracterizar como uma Universidade. E ela está formada para quadros de militantes sociais da América Latina. Lá vem militante da Venezuela, Chile, Paraguai, eu diria até de outros continentes como da África. Então, tem um grupo pensante que forma quadros, militantes dessa formação ideológica dos países da América Latina. E são esses quadros que vão fazer o trabalho de base em suas comunidades, em seus estados, em seus países". [L3].*

Com base no que as narrativas revelam, pode-se inferir a aproximação da lógica da formação de quadros no MST com o pensamento de Gramsci. Nessa direção, Martins (2009, p. 36) destaca "o papel dos intelectuais orgânicos das classes subalternas, [...] como capazes de mediar o processo de elaboração de um pensamento coerente e homogêneo, com capacidade de contribuir para a elevação crítica das massas".

Para o Movimento, é importante que as formas de democracia participativa se constituam práticas que assegurem o exercício democrático de decisão e garanta a unidade do MST.

Considerando o que diz Floresta (2006, p. 170), sobre o princípio do "centralismo democrático", o MST tem a assembleia como o núcleo central de participação, é espaço de diálogo, de decisões, sem distinção de qualquer natureza. A busca é pelo consenso, quando não é possível, a maioria decide.

> Estabelecido o consenso em torno de determinada questão, a norma passa a ser a diretriz fundamental. As instâncias passam a vigiar se todos os membros da organização de massa possuem interesses em respeitá-la. A ideia é dirigir coletivamente, ou seja, as instâncias servem como referências, mas constantemente ocorrem encontros da coordenação para discutir o caminho para se chegar aos objetivos estratégicos. (FLORESTA, 2006, p. 170).

Nesse sentido, as decisões tomadas pela coletividade devem ser referência, portanto, devem ser respeitadas e seguidas por todos. Reforçando esse entendimento, Martins, (2009, p. 190) afirma,

> Esse princípio fundamenta-se num conjunto de experiências educativas que cimentam a unidade do Movimento e procuram garantir a disciplina e que é

> observado na formação em todos os níveis, na mística e no próprio exercício da democracia nos núcleos, nos setores e demais instâncias da sua estrutura orgânica, bem como na participação em suas ações políticas, incluindo enfrentamentos, mobilizações e negociações com o Estado. (MARTINS, 2009, p. 190).

Aspecto significativo no processo de formação política no assentamento Palmares compreende a experiência de formação com as crianças. Para conhecê-la, é necessário resgatar às ações do MST anterior ao acampamento até os tempos mais recentes.

Antes da construção, de fato, do MST na comunidade, quando, a luta ainda acontecia pelo viés sindical, havia uma preocupação da comunidade com as crianças no sentido de fazê-las compreender o que estava acontecendo em seu entorno. O porquê de, forçosamente, estarem participando de tantas mudanças, que envolviam reuniões, assembleias, lona preta, beira de estrada, necessidades e mudanças constantes de lugares (MST, 2005).

Desse modo, com a formação do MST no final da década de 1990, o trabalho com as crianças, filhas da luta, despertou a atenção para a necessidade de construir a identidade Sem Terrinha, visto que as crianças estavam envolvidas diretamente no processo de luta por terra e dignidade.

A luta por escolas nos acampamentos é fruto desta preocupação e trabalho com as crianças. De acordo com o MST (2005, p. 83), o objetivo junto às escolas é "que ajudassem a preparar nossas crianças para agir, para refletir, para resolver problemas, para transformar a realidade […] nossa proposta de educação é preparar militantes", pessoas capazes de contribuir significativamente na condução dos processos de transformação que a realidade exige, "pois ser militante é ser sujeito de práxis, ou seja, ter clareza de objetivos, consciência organizativa, conhecimento teórico e ter competência prática. Esse é o futuro que pretendemos para nossas crianças". (MST, 2005, p. 83).

Diante das dificuldades de ocupar as escolas e tornar esse sonho possível, o MST começou a discutir atividades com as crianças de cada acampamento/assentamento com o propósito de fortalecer sua formação e vínculo com a organização às quais pertenciam. Os primeiros agentes desse trabalho foram os grupos de mães que se organizavam e planejavam atividades recreativas em grupos e explicavam, ainda que de forma pouco profunda, o que estava acontecendo com a comunidade, com as famílias e, consequentemente, com as crianças. Mas foi a necessidade de lutar por escolas nas áreas de acampamentos e assentamentos que fez nascer esta nova frente de luta: Os Sem Terrinhas**.**

Desse modo, o MST começou a desenvolver, nos estados, os Encontros Sem Terrinha, que reuniam crianças e adolescentes entre os sete e 13 anos. Com duração de três a

quatro dias, a programação contava com atividades políticas voltadas para o público infanto-juvenil, com momentos de lazer e cultura (praia, cinema, piscina, passeios) e várias oficinas pedagógicas. A atividade culminava com uma pequena marcha pelas ruas da capital e ato público na tentativa de instigar o governo estadual a atender às demandas educacionais das áreas de Reforma Agrária.

No Maranhão, nos anos de 1999, aconteceu um desses Encontros Sem Terrinha em São Luís, capital do estado. Nesse ano, ocorreu a ocupação da fazenda Santa Izabel em Nina Rodrigues. Cerca de 20 (vinte) pessoas entre crianças e adolescentes do acampamento Padre Laurindo, em Santa Izabel (como era chamado antes de ser nomeado assentamento Palmares), foram participar da atividade, sob a coordenação de uma das professoras do assentamento, como pode ser observado na narrativa de uma das lideranças participantes desta pesquisa.

> *"Momento importante que eu participei não como aluna, mas como colaboradora foram os Encontros Sem Terrinha. Pude contribuir na parte pedagógica de dois Encontros Sem Terrinha realizado em nível estadual que reuniu 80 crianças daqui, 800 crianças de todo o Estado. Era um desafio muito grande e naquele momento a gente está ali realizando uma formação política, compreendendo, é claro, que quem ensina aprende ou não há aprendizado em nenhuma das partes". [L1].*

Consta nas narrativas que as primeiras atividades com os Sem Terrinhas no assentamento aconteceram nas semanas que antecederam o encontro. O grupo indicado para o evento reunia-se todas as noites na escola para estudar sobre o MST. Conhecer os símbolos, o hino, as canções, poemas e aprender as famosas palavras de ordem, as quais eram ensaiadas repetidas vezes. Recebiam orientações sobre o encontro e aspectos como comportamento, atenção, disciplina, respeito e união do grupo eram exigências veladas.

As expectativas eram muitas para a viagem, andar de ônibus, ver o mar, tomar banho de piscina, ver os prédios eram assuntos recorrentes entre o grupo que pôde vivenciar muito mais do que isso. Muitos puderam compreender melhor o significado de tudo que estava acontecendo lá no assentamento e apreender muito mais sobre o MST.

O assentamento Palmares fez da experiência uma prática mensal, ao perceber o quanto o encontro contribuiu para o grupo de crianças, a partir da organização de uma reunião em que todos apresentavam o que aprenderam de novo, destacando o que chamou mais a atenção de cada um.

A partir de então, a realização de uma assembleia todos os meses passou a fazer parte da rotina dos Sem Terrinha no assentamento. Eram eles que organizavam o espaço, preparavam a mística, o estudo, dividiam tarefas, como a coordenação e secretaria de cada

encontro. Definiam a data das atividades seguintes e quem desenvolveria as mesmas tarefas, sempre sob a coordenação de um militante da comunidade.

As palavras de um dos jovens pesquisados referendam a experiência:

> *"No início do acampamento, quando estava se formando o assentamento, existiam os Encontros de Sem Terrinha que eram uma vez por mês. Eram os militantes, as lideranças daqui que ministravam essa formação que acontecia no Centro de Formação do acampamento que funciona na sede da associação". [J5].*

Ao longo da caminhada do assentamento, os Sem Terrinha foram se apropriando dessa dinâmica e organicidade proposta pelo MST, fato que pode ser constatado na narrativa dos jovens, que também iniciaram a militância ainda criança. O relato sobre a participação no último Encontro Estadual de Sem Terrinha ilustra bem essa experiência.

> *"Quando os Sem Terrinha chegaram aqui de volta, foram para a igreja. Lá foram chamados à frente para contar o que eles viveram e contaram tudo sem demonstrar vergonha, mas tem sempre àqueles mais acanhadinhos. Os outros contaram o que fizeram, o encontro que deveria ter acontecido com a governadora do estado mas ela não atendeu eles. Ela mandou o vice-governador Washington receber o grupo de Sem Terrinha. Contaram tudinho, detalhe por detalhe e a comunidade vai tendo orgulho cada vez mais dessas crianças e incentivando a formação deles. Quando chega na juventude, quando tem uma seleção para participar de um curso, os nomes indicados são geralmente dos jovens que tem uma caminhada como Sem Terrinha.". [J4].*

> *"Nesse último Encontro dos Sem Terrinha que teve agora em outubro, já esse mês, eu fui entrevistada pela turma de jornalismo da UFMA. E perguntaram como era para mim que já há alguns anos atrás participei como Sem Terrinha e agora fui participar como educadora. Então, me perguntaram qual é o critério de passagem de Sem Terrinha para Sem Terrona, tem algum critério para passar? A questão da identidade é criada a partir dos Sem Terrinha. E é o que nós trabalhamos nesses encontros que é como é que vai ser formada essa identidade para quando na situação de jovens, como que é que a gente vai se identificar com a pertença, com as raízes e princípios do movimento". [J6].*

Entretanto, cabe ressaltar que essa experiência de formação dos Sem Terrinha atualmente não se realiza com a mesma dinâmica, os pesquisados revelam haver uma desmotivação da base, resultante da própria consolidação do assentamento, uma vez que as famílias quando assentadas se revestem de autonomia abrindo espaço para o individualismo e a fragmentação das ações coletivas. A formação dos Sem Terrinha se restringiu ao espaço da escola como se pode notar na fala a seguir:

> *"Nós tínhamos a prática da assembleia Sem Terrinha que funcionava uma vez por mês. Nessa assembleia eram discutidos temas pertinentes à formação, a questão de políticas públicas, muitos assuntos que não podem passar em branco na formação dos jovens. Então a gente sempre fez isso. Agora, o MST em si, deixou de fazer essa assembleia do sem terrinha, mas a escola continua trabalhando temas como drogas, prostituição, DSTs, essa formação que muitas vezes a escola se omite em formar". [L1].*

Assim era trabalhada a formação dos Sem Terrinha no assentamento, desenvolvendo a leitura, a oratória, o trabalho em equipe, a reflexão, a pesquisa, o conhecimento do MST e sua proposta organizativa e pedagógica. Discutiam também problemas relativos ao assentamento. Por outro lado, essas atividades acabavam fortalecendo a atividade pedagógica da escola, pois os educandos já estavam familiarizados com debates, trabalho em equipes e leituras. O nível de aprendizagem desses educandos estava bem trabalhado.

> *"Para mim, o encontro dos Sem Terrinha é o encontro mais marcante, porque foi a primeira experiência. O início de tudo, lá no Sem Terrinha, assim de forma bem didática, é mostrada a história de MST. É para iniciante mesmo, é a base para a formação da identidade Sem Terra". [J2].*

Atualmente, os Sem Terrinha do início da organização são os professores na escola do assentamento e de outras comunidades, coordenadores de grupos de jovens, formadores de opinião e continuam contribuindo com o assentamento.

A dinâmica da formação vivida no assentamento Palmares reflete os princípios da Pedagogia do MST que, segundo Caldart (2001), tem na formação dos Sem Terra o movimento social como princípio educativo.

Com efeito, a experiência coletiva de ocupação de terra, o acampamento, o assentamento, a marcha ou a conquista de uma escola são fontes de aprendizagem vivenciadas por homens e mulheres sem-terra.

> *"Então, uma coisa que para mim foi muito significativa, eu não sei se os meninos já tiveram a oportunidade de participar, mas que é a gênese do MST, é uma ocupação. [...] Eu participei de uma ocupação em 2005, a única que eu participei até hoje, durante toda a minha militância. Foi um momento muito marcante onde eu pude ver na prática e pela necessidade, a necessidade de se fazer a luta. O porquê se fazer a luta, ir para fazenda, como as pessoas dizem invadir a terra, a propriedade privada. Então, aquele momento ali que é o momento único na vida de qualquer militante, me marcou muito, porque é onde a gente pode ver uma ocupação. Uma ocupação não é só uma noite, a ocupação ela começa desde a primeira reunião que você senta com o setor de Frente de Massa para definir qual é a fazenda, quem são as famílias, para fazer o trabalho de base e tudo isso, que é muito conflitante. É assim, uma experiência que é até difícil da gente dizer, porque ela está mais no campo da sensação, do sentimento, de você viver, do que você descrever. Porque não dá para você descrever, é uma mistura muito grande de realidade, emoção, sentimento e abstração". [J1].*

As narrativas, a seguir, revelam a simplicidade de como os jovens se apropriam dos referenciais teóricos que fundamentam o projeto político-ideológico do Movimento.

> *"Como o J1 que falou do socialismo de Karl Marx. Isso é uma coisa que a maioria das pessoas só vai vê na faculdade e a gente com as capacitações do MST, com a militância, a gente vê isso desde pequeno. Já tem noção disso, já sabe o que é o socialismo, o capitalismo, comunismo. E quando a gente chega na faculdade, aquilo já é uma coisa normal, fica fácil. Eu sinceramente gostava demais do meu professor*

> *de Sociologia. Eu gostava porque aquilo a gente já sabe, tem bastante noção daquilo. O professor só dava algumas coisas para gente aperfeiçoar aquilo que a gente já sabe. Eu gosto do MST por causa disso. Porque ele mostra algumas coisas para gente que uma pessoa normal só vai aprender lá na faculdade". [J2].*

Sobre a participação das lideranças na organicidade[35] do assentamento Palmares as narrativas, a seguir, apontam o espaço de atuação a que cada um dos pesquisados estar vinculado.

> *"No movimento mesmo eu não faço muita coisa assim, o que eu ainda consigo fazer na minha prática profissional (a profissão é professora, grifo da autora) é aplicar algumas, muitas coisas que eu aprendi com o Movimento Sem Terra. E digo com certeza que o Movimento dos Sem Terra é um movimento formador, é um grande professor para os camponeses, pois eu aprendi muito com ele". [L1].*

> *"Eu já participei do setor de formação, do setor de saúde, mas atualmente eu estou atuando em qualquer que seja o setor, em qualquer que seja a atividade até porque os setores não estão organicamente aqui no assentamento. Eles não estão definidos, mas, em qualquer que seja a área que o movimento vá discutir a gente sempre dar a nossa participação". [L2].*

> *"Eu sou da coordenação estadual do MST. Trabalho na formação política e organizacional dos assentamentos, formação política ideológica". [L3].*

Como se pode observar, as narrativas das lideranças revelam que a participação nos setores é feita de acordo com as habilidades e peculiaridades dos militantes, como forma de valorizar a participação de todos.

> *"É assim que funciona: se você se identifica com a educação, vai participar do setor de educação, ou se é da saúde. Então, aquilo que caracteriza você melhor, é esse setor que você participa. Eles também têm um trabalho muito importante dentro da comunidade". [J5].*

Na narrativa a seguir, o J1 resgata o processo dinâmico de organização do assentamento Palmares reflexo das mudanças estruturais decorrentes de novas demandas.

> *"Muitos jovens na época eram coordenadores ou eram secretários desses grupos (os núcleos de famílias). E eram desses grupos de família que saíam os integrantes dos setores. Então, de cada núcleo de família havia um participante de todos os setores. Tinha uma pessoa para saúde, educação, produção, frente de massa e formação. O grupo de família estava informado, participava de tudo que acontecia no assentamento, por isso foi muito importante. Esse sistema terminou em 2004 e em 2005 foi discutido, a nível nacional, uma nova forma de organizar que não mais o núcleo de família. Agora são as brigadas organizadas a cada 500 famílias para um dirigente estadual e de 250 para cada dirigente regional. Essa é a forma que hoje está organizado, mas com pouca função devido à questão que nós já falamos que é o pouco recurso que o MST tem para acompanhar as famílias. Tanto é que até as ocupações todo mundo sabe que deu uma diminuída, porque não tem como fazer mais. É mais importante preservar os assentamentos e construir novas formas onde já tem a organização começada, do que iniciar novas formas e não conseguir acompanhar". [J1].*

[35] Organicidade é o termo usado pelo MST para expressar a forma como os acampamentos e assentamentos estão organizados.

Inicialmente, a implantação dos núcleos foi a resposta do Movimento ao distanciamento das famílias do MST, em relação à participação nos espaços de decisão, fragmentando o trabalho de base, assim como a experiência de democratização das informações e conscientização dos principais problemas, o que fortalece a luta e os laços de solidariedade nos assentamentos.

Desse modo, as Brigadas constituíram-se estruturas de base implantadas em meados de 2005, como forma de responder as demandas por maior participação nos espaços coletivos de decisão, uma vez que o sistema de núcleos não atendia mais a essa expectativa. Com o sistema de brigadas as instâncias regionais foram substituídas. (MST, 2005a).

> *"Porque houve essa mudança? É uma mudança nacional, o MST mudou a sua forma de organizar. Por quê? Porque as brigadas surgem pela necessidade de reorganizar a divisão da terra. A regional de Itapecuru no estado do Maranhão é a única que não trabalha com o lote. Então, aqui os assentamentos não tem lote. Porque o lote em si é a divisão da terra. O INCRA dá o documento da terra para o assentado. Então, isso no Brasil inteiro gerou uma venda muito grande desses lotes. As famílias ajudavam a conquistar a terra, depois que conseguiam, vendiam a terra, iam colocando dentro do assentamento outra pessoa que não tinha nada a ver. Aos poucos ia construindo um mini latifúndio, porque ele comprava um lote, depois dois, três. Então, aquilo que tinha sido conquistado para ser coletivo, ia aos poucos se tornando individual novamente. Então, a mudança do núcleo de família é por isso. Aqui na nossa região ela aparece pouco, porque todo mundo vive próximo, vive perto, mas nos outros estados, por exemplo, o Espírito Santo as brigadas elas são separadas e a nucleação acontece de forma diferenciada. As pessoas não vivem o assentamento dos outros estados, não é mais o assentamento da vila, porque o que tínhamos na vila era assim: tinha um P.A. todo organizado, o lugar para ser a vila, então era dividido os lotes para todos da vila que ficava longe. Existem realidades onde tem famílias que moram de dois a três quilômetros do seu lote. Então, a nova forma de se organizar surgiu exatamente para isso, para que o dono do lote possa morar dentro e não distante dele". [J1].*

As narrativas expressam a prática do MST em avaliar suas ações e reestruturar-se buscando uma forma de organização que atendam, ao mesmo tempo, aos princípios do Movimento e às necessidades das famílias assentadas.

> *"Então, as brigadas funcionam exatamente para isso, estão divididas a cada 500 famílias para um dirigente estadual e essa divisão vai descendo. Antigamente funcionava assim: existiam os núcleos de família e a coordenação geral do assentamento. Na coordenação geral do assentamento, tinha o integrante da coordenação regional e da coordenação regional tinha os representantes na coordenação estadual que tinha representante na coordenação nacional. Até aí, não mudou muita coisa, funciona ainda assim, a diferença é que nós não temos mais os coordenadores dos núcleos de família, porque os núcleos de família foram extintos. Têm-se agora as brigadas onde para cada 500 famílias há um dirigente estadual que integra, um ou dois representante por estado, a coordenação nacional". [J1].*

Portanto, depreende-se a partir das narrativas que a mudança estrutural na organização do assentamento Palmares, de núcleos de família para brigadas, ainda não atendeu, satisfatoriamente, ao desafio do MST em promover a integração das famílias da base

nas principais decisões, garantindo, assim, a permanência no Movimento e o fortalecimento do sentimento de pertença.

4.5 Ser jovem do campo: a identidade Sem Terra

Na contemporaneidade, a temática juventude tem ocupado lugar de relevo na agenda das discussões sobre as problemáticas sociais atuais, seja em seu envolvimento com a violência, seja pela ausência de projetos das novas gerações, dentre outros aspectos. No entanto, sem entrar nas polêmicas contemporâneas acerca da juventude, importa compreender sob qual conceito se fundamenta para falar sobre juventude.

> [...] as práticas sociais decorrem de e geram interações entre os indivíduos e entre eles e os ambientes, natural, social, cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver, enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas. (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Segundo Telles (1999, p. 8), diante do dilema da "privação de direitos" de parcela da sociedade, a autora ver a "possibilidade da cidadania se enraizar nas práticas sociais". Nesse sentido, depreende-se que as práticas sociais acontecem em espaço e tempo construídos pelos sujeitos que delas participam seja de forma consciente ou não. Elas fazem parte da história da humanidade, estão enraizadas nas culturas e visíveis nas relações que estruturam a organização da sociedade.

O que se entende, a partir das considerações da autora, é que a condição de sujeito assentado, suas práticas e modos de vida (re) definem os contextos de socialização, exigindo dele novos conhecimentos, nova postura e perspectivas que vão se confrontar com o caráter individualista e competitivo, particularidades da sociedade do capital.

As mudanças no modo de vida dos assentados são visivelmente identificadas na fala dos pesquisados, como apontado na narrativa a seguir:

> *"Bom, muitas coisas mudaram. Anteriormente, a juventude não se preocupava com a escolaridade. Eles tinham outra preocupação. Bem eu estou jovem vou procurar uma família e casar, constituir família. Hoje, a juventude se preocupa muito com a questão da escolaridade, da formação. E estão se propondo a ir além, fazer algumas críticas e perceber o assentamento como um espaço bom para viver e se aceitar como jovem do campo. [...] Não admitem mais que as pessoas utilizem frases pejorativas em relação aos jovens. Eles se assumem enquanto jovens do campo [...]. Eles assumiram uma identidade. Isso mudou muito a vida da juventude desta comunidade". [L2].*

Conforme observado ao longo dessa pesquisa e posto em relevo na narrativa acima, para o Movimento a formação da juventude é prioridade. Cabe ressaltar que não se

trata apenas da formação política, visto que a concepção de formação defendida pelo MST deve permitir aos seus assentados – crianças, jovens e adultos – apropriar-se de uma visão de mundo necessária à compreensão do contexto da sociedade capitalista e suas contradições, bem como dos conflitos e lutas de classes que dela incide.

> *"A juventude para o MST é de suma importância, porque a gente compreende que a juventude é o presente e se tornará o futuro. Mediante o que nós queremos um futuro melhor. A juventude é muito procurada, muito assistida pelo movimento. Tanto é que nós temos os encontros de jovem, temos as jornadas da juventude, que são encontros de formação. Isso se dá a nível estadual e a nível regional. Assim também como os cursos de formação formal mesmo, a juventude é quem mais participa destes encontros. Então, proporciona muito a questão da formação, porque serão eles os protagonistas da história daqui para frente.*
> *[...]*
> *Outra informação que eu queria ainda trazer em relação a juventude daqui é que ela está preocupada em estudar em vários pontos. Hoje nós temos jovem que estuda Agronomia, Ciências Agrárias, Filosofia, Letras, Pedagogia, Administração e que fazem cursos técnicos, como técnico agrícola. Agora vai uma turma de sete alunos para a Casa Familiar Rural, são estes espaços que a gente se preocupa com a juventude e ela vem dando resposta para a gente. Está se preparando para voltar para o campo, para que a gente possa realmente usufruir esse investimento, todos esses cursos.*
> *[...]*
> *A ideia é que o retorno desse investimento em formação seja ele ficar aqui, não é com a intenção que o jovem se profissionalize e busque outros caminhos. A ideia da profissionalização, do acesso ao conhecimento e ao saber, é que esses investimentos voltem para a própria comunidade, tanto é que já tem jovens, professores, nessa comunidade. Então os outros todos estão se propondo aquilo que for possível dentro das famílias. O que nós queremos é que esses jovens apliquem seus conhecimentos aqui dentro para toda a comunidade, porque isso vai ser bem mais fácil para viver e sobreviver dessa formação, dessa ideologia política e dessa forma de participação na sociedade". [L2].*

Em estudo realizado por Castro (2009) para analisar a problemática social da migração da juventude do campo para cidade, a autora relaciona o paradoxo vivido pelo jovem "entre ficar e sair" do campo ao desinteresse e distanciamento do mundo rural por parte do próprio jovem. Por outro lado, destaca a atuação dos movimentos sociais rurais identificados como de juventude na tentativa de compreender o que faz o jovem querer permanecer no campo.

Ainda sobre a temática da migração, no artigo "Os jovens estão indo embora?: juventude rural e reforma agrária", Castro (2006) destaca a existência de diversos trabalhos que apontam para a tendência da saída dos jovens do campo rumo as cidades, colocando, no centro do debate atual, a reversão do quadro de migração, a partir das iniciativas dos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Uma das vertentes de discussões que se levanta acerca da migração campo-cidade é que "a cidade é a referência para melhoria das condições econômicas no imaginário de grande parte dos jovens assentados". (LOURENÇO; SILVA; MOREIRA, 2011, p. [n.p]).

Na acepção de Carneiro (1998)

> A migração, temporária ou definitiva, para a cidade expõe os jovens ao contato com um sistema variado de valores que são absorvidos, ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los. (CARNEIRO, 1998, [n.p]).

O encantamento pela cidade resulta da ilusão propagada pela ideia de modernidade onde o esforço e a determinação pessoal possibilita acesso a um bom emprego, a uma vida mais confortável.

Para o MST (2002), a precariedade das condições básicas de sobrevivência no campo, fatores que possibilitam satisfazer as necessidades humanas, pode justificar a migração do campo. Nesse sentido, Bogo (1999) aponta possíveis elementos para garantir a permanência da juventude nos assentamentos:

> [...] se houver possibilidades de trabalhos que eleve a renda pessoal e familiar, se houver escola de boa qualidade desde o primário até a faculdade nos assentamentos ou próxima a eles, se houver alternativa de lazer que não seja apenas o jogo de futebol e os bailes tradicionais, se houver energia elétrica e possibilidade de adquirir eletrodomésticos, transporte, etc., certamente parte de nossa juventude permanecerá nos assentamentos. (BOGO, 1999, p. 79).

Outro aspecto importante sobre essa questão foi apontado por Capelo (2007) destacada na pesquisa de Moraes Silva Martins (2003) na qual

> ressalta que muitos jovens vivem um processo de exclusão dentro do próprio assentamento. Quando não estudam, nem possuem lote próprio para cultivo, são obrigados a prestar serviços informais e temporários [...]. Isso aponta a falta de terras nos assentamentos para as novas gerações, especialmente para rapazes e moças que, precocemente, constituem família em virtude de uma gravidez não planejada. (CAPELO, 2007, p. 214).

A complexidade da discussão sobre o paradoxo enfrentado pelos jovens entre ficar ou sair se manifesta, inclusive, no interior do assentamento Palmares, revelada nas narrativas de seus jovens e lideranças.

> *"Discutimos no 5º Congresso Nacional do MST, em 2007, sobre a importância da juventude. Como disse antes, [...] esse é um "gargalo", porque a gente sabe a importância da juventude não só para o MST, mas para o mundo inteiro. Mas nós ainda não conseguimos manter nossa juventude nos assentamentos. Nossos assentamentos estão envelhecidos, estão ficando velhos, pois as políticas públicas oferecidas ainda não atendem às necessidades da juventude. Por isso, há uma evasão muito grande da juventude nos assentamentos. Mas nós temos a compreensão de oferecer esses cursos para que a juventude possa ficar nos assentamento. Mas isso ainda é um "gargalo" que precisa ser resolvido dado à importância que tem a juventude para o MST". [L3].*

Nessa perspectiva, Bogo (1999, p. 82) afirma que o MST "deve pertencer aos jovens por terem eles também mais energia, mais vontade e mais facilidade de aprender as coisas". Esta observação corrobora com o que diz Sales (2006) ao afirmar que nos

assentamentos, depois da posse da terra, os adultos estão mais preocupados em fazer a terra produzir, ficando a encargo dos mais jovens a militância e as questões ideológicas.

> *"Aqui nós aprendemos a importância da luta, da escola, da família, da religião e da vida. É por isso, que a gente fala de tudo isso com muita propriedade, de querer ficar aqui, porque todos nós moramos aqui. Nascemos aqui, moramos aqui, ainda, e quebramos aquela ideia de que o povo do campo é um povo sem estudo, atrasado. Tanto é, que esse grupo que está aqui, todo mundo está fazendo um curso superior ou dois. Está se formando, saindo da universidade". [J2].*

O que se entende a partir das narrativas e que Kolling, Nery e Molina (1999, p. 21) ratificam, é que "há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade". Nesse contexto, situa-se o "modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como mais um *mercado emergente*, predominantemente urbano, onde camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção". (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 21, grifo do autor).

Entretanto, o que se observa no assentamento Palmares é uma inversão dessa lógica perversa e excludente visível na fala dos jovens assentados.

> *"Então, o assentamento Palmares tem hoje no município o maior número de acadêmicos na zona rural, são vinte e três pessoas aqui distribuídas entre os cursos de Filosofia, Pedagogia, História, Administração, Letras e Ciências Agrárias e o pessoal que já formou em Magistério Superior. Esses vinte e três são só o que estão estudando, fora as cinco ou seis pessoas que já são graduadas e até já se especializaram. Estamos quebrando essa lógica de que o jovem precisa deixar o campo para estudar. Para nós, isso é orgulho local, não tem o que dizer, a gente fica muito contente, muito feliz. Aqui só tem até a 8ª série, então todo mundo foi, fez o ensino médio e voltou. Outros fizeram o magistério regular normal e estão aqui, já são professores, estudaram nesta escola e hoje são professores dela. Outros que não são desta escola contribuem em outros povoados. Então, para nós isso é muito bom, muito gratificante. É sinal de que gostamos daqui, porque a gente vai e volta". [J2].*

Como se pode notar, os jovens revelam o orgulho de uma identidade coletiva, resultante das lutas e conquistas sociais construídas ao longo da trajetória de constituição do assentamento Palmares. Branco (2003) aponta resultados semelhantes no estudo realizado para investigar o processo de construção da identidade de jovens de um assentamento do MST, na Fazenda Ipanema, no estado de São Paulo.

O que se pode depreender dessa narrativa é que a juventude assentada do Palmares incorporou a preocupação do Movimento com a formação e busca também, pelo viés da educação formal, preparar as novas gerações para permanecer e transformar o campo.

> *"O MST vê a juventude com preocupação, mas também com otimismo, com a preocupação que todo segmento tem com a juventude por conta do contexto social que a gente vive. [...] Concebe a juventude como as próximas lideranças, vê a juventude com outras perspectivas. Vê como os futuros dirigentes, as pessoas que*

> *vão comandar. E essa é uma preocupação todo dia na escola, na igreja, na assembleia. Eles são associados, participam do grupo de jovens, celebram e estão na escola. Então, esta preocupação toda a gente tem para que eles não fiquem naquela média dos jovens que não sabem de nada, que estão por está, que se vai pelo mundo das drogas. [...] Existe uma preocupação, mas existe também uma esperança da juventude ser as próximas lideranças. E com essa formação, ir mais além e permanecer no campo. A preocupação do MST é deixar o jovem no campo, mas com uma formação capaz de enfrentar os problemas sociais". [L3].*

Segundo Oliver (2001, p. 11) "um dos aspectos centrais do projeto de modernidade sempre foi o da emancipação humana. Se a modernidade técnica não estiver a serviço do bem-estar social e da conquista da cidadania plena, ela perde o sentido". A emancipação da sociedade deve se manifestar na forma política da emancipação dos trabalhadores considerando que, para Marx (2004), somente a partir da qual estar ensejada a emancipação humana universal.

Considerando o que diz o autor, o MST, como sujeito político e ideológico, investe na formação política dos jovens assentados como estratégia para assegurar a continuidade da luta pelas novas gerações de Sem Terra, sobretudo pela formação da consciência política alicerçada na relação direta entre a prática e a teoria, visando a uma ação transformadora.

> *"Alguns saem em busca de trabalho, mas grande parte daqueles que saem são de famílias que tem pouca ligação com essa formação e que não estão tão preocupados quanto às outras famílias tem preocupação com a escolaridade". [L2].*

No modo de ver da L2, os jovens do assentamento Palmares apresentam-se divididos no que se refere ao desejo de permanecerem ou não no campo e relaciona essa dicotomia as suas diferentes trajetórias e relações sociais.

> *"Nós temos uma faixa de aproximadamente 15 jovens que fazem o ensino superior, outros fazem o ensino médio, mas queremos que eles permaneçam no campo e, quando tem uma oportunidade de trabalho lá fora, mesmo assim eles estão lá, mas quando chegam, eles se sentem como se não tivessem saído daqui. Então, quem tem essa preocupação está mais ligado à nossa associação, enquanto tem outros, [...] que não tem muito essa preocupação. Eles vão e, quando chegam, eles um pouco que desconhecem [...] o contexto. Então, dá para fazer essa diferença, dessas duas preocupações. Eles têm uns que tem essas preocupações de ir embora, mas quando eles voltam, eles se sentem em casa com os mesmos valores, com os mesmos princípios. Infelizmente, tem alguns outros pertencentes à outra associação que eles se vão atrás apenas de trabalho e, quando voltam, parece que estão em casa alheia, em casa estranha. Isso também é uma preocupação para gente. Isso nos faz ir a cada dia buscar mais formação, integrar mais esses jovens nos cursos de formação para que eles não percam a sua identidade, permaneçam no campo com essas mesmas preocupações". [L2].*

Sobre esse aspecto, pode-se pontuar a diversidade de percepções entre jovens e lideranças no assentamento Palmares, o que reforça o desafio do MST em lutar por condições favoráveis à valorização, profissionalização e permanência do jovem no campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST tem a partir da Formação Política da Juventude, contribuído para que jovens de assentamento rurais apropriem-se dos fundamentos teóricos e práticos que possibilitem compreender e intervir na sociedade em que vivem. Desse modo, objetivando analisar os significados atribuídos pelos jovens do assentamento Palmares – MA à formação política proporcionada pelo Movimento, desenvolveu-se a presente pesquisa que tem nas práticas sociais vivenciadas pelos sujeitos pesquisados, os registros do Movimento e a literatura sobre o tema, sua fonte de dados.

No decorrer da referida pesquisa, evidenciou-se que, embora o debate acerca da juventude tenha ganhado visibilidade, ainda existem poucas publicações sobre a temática, principalmente quando se trata de juventude do campo. Dada as dificuldades iniciais encontradas no levantamento da literatura, constatou-se que, até mesmo o MST, ainda que seja um dos mais fortes movimentos de luta pela terra no Brasil e no mundo e tenha um acúmulo histórico referente à formação de seus militantes e uma preocupação, cada vez maior, com a juventude, dispõe de escassa bibliografia específica sobre esta temática.

As ações políticas desenvolvidas no assentamento envolvendo a formação política da juventude de Palmares – MA evidenciaram que a família é o primeiro espaço de formação, na qual crianças e jovens são estimulados a participar da vida em comunidade, o papel decisivo da Igreja Católica na organização da luta pelo direito à terra, por meio das CEBs, e a preocupação demonstrada pelo Movimento com a escolaridade, o crescimento intelectual dos jovens assentados como forma de preparar e fortalecer suas bases.

No assentamento Palmares – MA, a família constituiu-se um dos mais importantes espaços de formação e articulação para a organização da luta das trabalhadoras e trabalhadores pelo direito à terra, para nela morar e trabalhar, evidenciada desde os símbolos do Movimento, como a bandeira, a organicidade dos assentamentos estruturados, inicialmente, a partir dos núcleos de família. Esta é tida, como núcleo irradiador de princípios e valores basilares no processo de formação dos sujeitos, constituindo-se, como fator decisivo nesse processo de construção e consolidação do assentamento e, por extensão, a construção da identidade Sem Terra.

A pesquisa apontou também a presença marcante da Igreja Católica na história do assentamento que vai desde a criação da CEB e perpassa por todos os espaços de convivência existentes. A Igreja promoveu as primeiras reflexões sobre a situação dos moradores, o direito à posse da terra e incentivou as famílias a lutarem e a resistirem. Nesse sentido, esteve junto

na articulação do acampamento, no pedido de desapropriação da terra, na consolidação do assentamento e, até os dias atuais, constitui-se para a comunidade um dos mais importantes espaços de convivência e de partilha das experiências coletivas.

O MST deve ser entendido como um sujeito coletivo que forma seus jovens a partir de uma proposta de cunho político-ideológico baseada na garantia de direitos, deveres e da crítica necessária à compreensão do funcionamento da sociedade burguesa. Portanto, é um projeto que se contrapõe aos interesses da sociedade capitalista, considerando que, a preocupação do MST com a formação política de suas bases, no assentamento Palmares – MA, é desde as ações desenvolvidas com as crianças na comunidade, quando da decisão de montar o acampamento, até os dias mais recentes.

A constatação dos resultados desse processo de formação confirma-se a partir das narrativas dos jovens, segunda geração desde a formação inicial do assentamento e das lideranças participantes da pesquisa na qual declaram que, atualmente, os Sem Terrinha do início da organização são os professores na escola do assentamento e de outras comunidades, coordenadores de grupos de jovens, formadores de opinião, participando dos diversos espaços de socialização da comunidade, contribuindo assim, para a continuidade das lutas e conquistas.

O Movimento se fortalece na escola existente no próprio assentamento, pensada como espaço para preparar as crianças a agir, refletir, solucionar problemas, para transformar a realidade. Uma escola que também deve preparar militantes, pessoas capazes de contribuir de forma significativa na condução dos processos de transformação que a realidade exige. Essa escola deve garantir a preparação do filho do agricultor e preparar os jovens para ficar e transformar o campo.

Entretanto, segundo o que apontou a pesquisa, a pedagogia proposta pelo Movimento encontrou a resistência do poder público local para sua implementação na escola do assentamento. Ainda assim, as narrativas dos pesquisados assinalam conquistas importantes alcançadas pela comunidade como a extinção das turmas multisseriadas e a escolha democrática da gestão da escola apontada como uma experiência única no município, sobretudo porque a pedagogia do Movimento traz em seu bojo uma concepção de educação e de formação política, presentes nas suas práticas desde a criação, que objetiva formar um novo sujeito capaz de tomar posição frente às contradições da sociedade capitalista excludente, construindo valores que fortaleçam e deem identidade aos seus militantes, de todos os tempos, todos os lugares.

Um dos resultados relevantes na ênfase do MST à escolarização, evidenciada em particular, no assentamento Palmares, pode ser confirmado se confrontado o número de assentados que teve acesso ao ensino superior, aos índices nacionais. Entretanto, a preocupação com a escolaridade não diminui o peso que tem para o MST as vivências coletivas construídas nas ocupações, acampamentos, assentamentos, marchas, concentrações e passeatas, dentre outras atividades.

Por outro lado, é oportuno reforçar o posicionamento do MST com relação à importância dada à formação política sem, contudo, negar a formação escolar, como bem destaca Martins (2009, p. 255, grifo do autor).

> O reconhecimento do MST como um movimento educativo, entretanto, não significa a negação da importância da escola como espaço necessário para o acesso ao conhecimento sistematizado, historicamente negado aos trabalhadores, especialmente aos trabalhadores rurais. Porém, o Movimento recusa as práticas escolares tradicionais e sua pretensa neutralidade. Para ele, na escola, também estão presentes os interesses de classe, fazendo-se necessário que os trabalhadores rurais 'ocupem a escola', interferindo diretamente na formação escolar das novas gerações de modo que corresponda aos seus interesses, o que significa uma escola preocupada com a formação política de crianças e jovens, bem como ligada à luta dos movimentos sociais rurais, entre eles o MST. (MARTINS, 2009, p. 255, grifo do autor).

No decorrer do estudo teórico, evidenciou-se que, para o MST, o acesso ao conhecimento sistematizado, historicamente acumulado pela humanidade pode concorrer para a compreensão das contradições da sociedade capitalista e subsidiar a formação política do quadro de militantes na perspectiva de organizar as trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e homens, jovens ou adultos, que acreditam que outra sociedade é possível, na qual todos aqueles que necessitam do campo possam nele morar, produzir, se reproduzir e serem felizes.

Para compreender as percepções da juventude acerca do processo de formação política para sua vida cotidiana, destaca-se, nesta pesquisa, o fato dos jovens participantes assumirem o desejo de permanecer no assentamento, expresso nas narrativas, mesmo depois de adquirir uma escolarização e/ou profissionalização e assim poder dar continuidade às lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Nessa luta, defendem também uma identidade histórica e cultural com o MST e a própria continuidade da existência da identidade Sem Terra.

Entretanto, cabe ressaltar que, para garantir a permanência dos jovens no campo, não basta o desejo por eles manifestado. É necessário, principalmente, a efetivação de políticas públicas que garantam a permanência do jovem no campo, como uma política de educação que atinja a juventude no campo, por exemplo.

No que se refere às considerações apontadas nas proposições inicialmente levantadas mediante a indagação "Qual a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a formação de jovens nos assentamentos rurais e qual sua influência nas conquistas alcançadas pela comunidade do assentamento Palmares situado na zona rural de Nina Rodrigues- MA?", considera-se que elas foram confirmadas e sustentadas mediante estudo e pesquisa fundamentados na abordagem qualitativa.

Assim como, a hipótese inicial confirmou-se tendo em vista que a formação política proporcionada pelo MST aos jovens no assentamento Palmares se efetiva a partir da rede de relações sociais que se tecem, como relações entre sujeitos, nos diversos espaços de interações e se concretiza no cotidiano das lutas não mais pela conquista da terra, mas pelo direito de nela permanecer com melhores condições de vida e de trabalho, concorrendo para realização das conquistas alcançadas pela comunidade.

Por outro lado, a pesquisa constatou que o MST ao ser afetado pelas mudanças da conjuntura, que redefinem as diferentes instâncias da vida e do trabalho, no plano cultural, político e nas relações entre o Estado e a sociedade, apresenta sinais de arrefecimento de suas ações apontando novos desafios, ao Movimento, que permitam assegurar às suas bases e militantes a continuidade do seu projeto político ideológico.

A pesquisa permitiu constatar as transformações políticas e sociais no assentamento Palmares influenciadas pelo crescimento intelectual dos sujeitos investigados e pela compreensão que cada um passou a ter das relações sociais, econômicas e de poder na sociedade. Contudo, destaca-se que, esse processo de formação, próprio, apresenta desafios no que se refere às influências externas, que ocasionam a fragmentação da participação das novas gerações nas ações que dão continuidade a tal processo, visto que, segundo a liderança L3, "a terra foi conquistada, mas a fome não acabou, o assentamento precisa produzir para se sustentar e responder as expectativas da reforma agrária para a sociedade".

Nesse estudo, reuniu-se esforços para buscar elementos teóricos e metodológicos a fim de compreender o lugar que o MST ocupa como sujeito coletivo, a preocupação em promover, eticamente, a metamorfose humana (CIAMPA, 1987). Cabe ressaltar, que o presente estudo possibilitou identificar dados substanciais que permitem análises mais aprofundadas, o que suscita a realização de novos estudos nessa área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Juventudes no Brasil:** vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: Família, sociedade e subjetividade: uma perspectiva multidisciplinar, PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 54 – 83.

ALBUQUERQUE, Gustavo Leal de**. A crise do setor Sucro-Alcooleiro e suas consequências para a reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco:** uma análise a partir da década de 90. 2004, 124f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; CARRANO, Paulo; LÂNES, Patrícia. Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final da pesquisa. Rio de Janeiro: IBASE, jan. 2006.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: **Revista eletrônica Currículo Sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, Jan/Jun 2003. ISSN 16451384. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf> Acesso: 25/11/2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013 Disponível em:< http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/nina-rodrigues_ma>. Acesso: 12 nov. 2012.

AVELINO JUNIOR, Francisco José. **A questão da terra em Mato Grosso do Sul:** posse/uso e conflitos. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BARROS, Ilena Felipe**. A inserção das mulheres na luta pela terra:** movimento de participação e/ou submissão. 2005. 228f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2005.

BEZERRA NETO, Luís Bezerra. **Sem-terra aprende e ensina:** estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. São Paulo: Autores Associados, 1999.

BOFF, Leonardo; BETO, Frei. **Mística e Espiritualidade.** Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

BOGHOSSIAN, C.O; MINAYO, M. C. de S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos Últimos 10 anos. **Saúde Soc.** v.18, n.3, p. 411-423, São Paulo, 2009.

BOGO, Ademar. A formação de quadros: desafios e necessidades. In: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política de formação de quadros**. Guararema, SP: ENFF, 2007.

_____. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **Lições da luta pela terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol. 2, nº. 3, jan./jul., p. 68-80, 2005. ISSN 18065023 (on line).

BRANCO, Maria Teresa Castelo. **Jovens sem-terra**: identidade em movimento. Curitiba: UFPR, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Estatuto da Juventude**: Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>
Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha**: Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 23 nov. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Escola Ativa Orientações Pedagógicas para a Formação de Educadores e Educadores. Brasília: SECAD/MEC, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. vol.15, n.43. São Paulo, set./dez. 2001.

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação básica do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAPELO, Maria Regina Clivati; PAULILO, Maria Angela Silveira (orgs.). Jovens do **campo:** a procura de visibilidade social. In Juventudes, desigualdades e diversidades. Londrina: Eduel, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal *rurbano*:** campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In Mundo Rural e Política Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.). Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998. (Não paginado).

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). A sociedade em rede: do conhecimento à política. In. **Debate.** A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2006.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Os jovens estão indo embora?: juventude rural e reforma agrária**.** Revista Proposta. N° 107/108 dezembro 2005/ março 2006.

_____. Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido do mundo moderno. 1998. **Interações**, 3(6), 87-101.

_____. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORDEIRO, Georgina N. K.; REIS, Neila da Silva; HAGE MUFARREJ, Salomão. Pedagogia da alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

COSTA, Maria José. **Uma leitura da reforma agrária potiguar**. 2005. 204f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, NATAL-RN, 2005.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSK, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. *Identidade e trabalho na contemporaneidade*: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade;** 19, Edição Especial 1: 29-37, 2007.

DALL'AGNOL C.M; TRENCH, M. H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisas na enfermagem. **Revista Gaúcha Enfermagem.** v. 20, nº 1 Jan. 1999. ISSN 19831447 (on line).

DI ANTONI, C. et al. Grupo focal: método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 53, n.2, p. 38-53, 2001.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. **A cooperação agrícola na organização política do MS**T. 2008.194f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, 2008.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa:** terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. 575f.Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. 310 p. ISSN 0101-7330.

FERRETTI, Sérgio et al. **Tambor de crioula**. Rio de Janeiro, FUNARTE,1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização em São Paulo. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

FLORESTA, Leila. **Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST:** uma pedagogia para revolução? 2006. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira [Ed. Da Universidade de São Paulo], 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GASPAR, Lúcia. **Quadrilha Junina**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 6 ago. 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Os movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST:** impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10. ed., Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONÇALVES, Marli Clementino. **Juventudes do campo e práticas educativas:** o caso do assentamento marrecas em São João do Piauí. 2009. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2009.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K.O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese.** vol. 2, n 1 (2), jan./jul. ,p. 75-91, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **La política y el estado moderno**. Barcelona: Península, 1971.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal,1991.

GRYNSZPAN, Mário. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Gilselene Garcia e GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin. **Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade**. 2008, 14p. *In*: Site da 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

HOUTART, François. A formação de quadros e a ENFF. In: **A política de formação de quadros**. Guararema, SP: ENFF, p. 55-72, 2007.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo:** ensaios sobre o pensamento de Marx. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadessat/>. Acesso em: 12 nov. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Tipos de projetos criados e o número de famílias assentadas nos projetos de Reforma Agrária: 1900 a 2011. MDA/DT/DTI/SIPRA. Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra> Acesso em: 05 jan 1013.

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e camponeses**: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.

JACQUES, Maria da Graça: Identidade e trabalho: uma articulação indispensável, *In*: TAMAYO, Alvaro; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; CODO, Wanderley (org): **Trabalho, organizações e cultura** (Coletâneas da Anpepp no. 11, pag. 21-26). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996.

KOHAN, Nestor. As armas secretas do MST. In: **A política de formação de quadros**. Guararema, SP: ENFF, p. 99-112, 2007.

KOLLING, E., NERY, I.; MOLINA, M. C. (org.) **Por uma educação básica do campo**. v.1. Brasília, DF, 1999.

LENIN, Vladimir. **Karl Marx, Friedrich Engels, as três fontes e as três partes constitutivas do marxismo:** carta a um camarada. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LINS, Lucicléia Teixeira. **A formação política das educadoras e educadores do MST.** 2006, 124f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LOURENÇO, Nielson Polucena; SILVA, Aurea Régia Oliveira da; MOREIRA, Emília. **A luta pela consolidação de território(s) de esperança:** o papel dos jovens na construção/consolidação dos assentamentos de reforma agrária na microrregião de Sapé-PB, 2011. (Não paginado).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Severine Carmem. Juventude brasileira em clima de novas perspectivas. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. (org.). **Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. **Sociologia da juventude I:** da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARCONDES, N.A.V. **A educação permanente no sistema único da assistência social**: a percepção dos assistentes sociais. 2013.233 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade de Taubaté, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude do Movimento Sem terra no Estado do Paraná.** 2009. 283f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção leitura).

MENEZES, Jhonyson Marlon Farias. **O MST e a Unidade Integrada Francisco Rodrigues da Silva no Assentamento Palmares – Nina Rodrigues – MA:** avanços e retrocessos das práticas pedagógicas de educação do campo. 2013. 76f. Monografia (Especialização em Educação do Campo), Nina Rodrigues-MA, 2013.
MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: **Juventude e contemporaneidade.** Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. (Coleção Educação para Todos; 16).

MICHELETO, Selma Ribeiro Araújo. **Forjar da terra o milagre do pão:** assentamento. 2003. 147f. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, Timboré - Andradina-SP, 2003.

MINAYO, M. C. S. et al. Métodos, Técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 71-103. 244 p. ISBN 85-89697-06-1.

MORENO, Glaucia de Sousa**. Ação coletiva e luta pela terra no Assentamento Palmares II, Pará.** 2011, 125f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Documentos básicos MST 2012.** São Paulo: Secretaria Nacional, 2012.

_____. Setor de Formação (Maranhão). **Construindo a organicidade**: setor de formação. São Luís: MST/MA, 2006.

_____. Dossiê MST Escola. **Caderno de Educação** n. 13. Edição especial. [s. l.]: ITERRA, 2005.

_____. **O funcionamento das Brigadas do MST**. MST: Setor de Formação, 2005a.

_____. **A força da juventude do MST na luta por um Brasil sem latifúndio e contra a ALCA.** MST: Setor de Formação, 2002.

_____. **Construindo o caminho.** São Paulo: Secretaria Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Rita de Cassi Gomes; MORAES, Anildo de et al., **Educação do campo e MST:** um estudo sobre a escola UI Francisco da Silva, Assentamento Palmares, Município de Nina Rodrigues (MA). Anais da 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. (ISSN nº 2176-1221), São Luis, 2012.

NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. São Paulo: Escala, **Sociologia Especial, Ciência&Vida,** 2007.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de et. al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisas em espaços sociais. In: **32ª Reunião Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação:** sociedade, cultura e educação: novas regulações? 2009, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 2009.

OLIVER, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil.** São Paulo: Em Perspectiva. [s.e], 2001.

PAULO NETTO, José. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, Jul/Set, 2012.

_____. **Serviço Social:** direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABESPS, 2009.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F.; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz.(orgs). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero** – NEAD Especial. Brasília: MDA, IICA, 2006.

PIRES, Dulcenil dos Anjos Pereira. **Formação histórica de Nina Rodrigues**. São Luís: UEMA, 1998.

PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. 2007a. Em OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Ano VIII, n° 22, septiembre. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Pizetta.pdf> Acesso em: 21/11/2012.

_____. A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade. In: ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política deformação de quadros.** Guararema, SP: ENFF, 2007b.

_____. **A formação no/do MST:** trajetória e desafios de um processo coletivo. São Paulo, 2004. Texto impresso.

PREVOT, Andreza Cristina Rangel**. Formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra:** Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas. 2010, 127f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REIS, Rossana Rocha. **O direito à terra como um direito humano**: **a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil**. *Lua Nova* [online]. 2012, n.86, pp. 89-122. ISSN 0102-6445.

RIBEIRO, Silvino. **O MST no Brasil.** 2009. Disponível em: <WWW.brasilescola.com>. Acesso em: 23/09/2012.

SÁ. Antônio Fernando de Araújo. **História e memória nas comemorações dos centenários de Canudos** (1993-1997). 2006. 489f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Celecina de Maria Veras. **ETD – Educação Temática Digital,** Campinas, v.12, n. esp., p. 24-41, set. 2010.

_____**.** Mulheres rurais**:** tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas.** 15(2): 240, maio/agosto – 2007.

_____. **Criações coletivas da juventude no campo político:** um olhar sobre os Assentamentos rurais do MST. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

SANTOS, Esmeraldo Leal dos. **Juventude, formação política e identificação no MST.** Libertas, Juiz de Fora: edição especial, p. 68 - 81, fev. 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Os processos da globalização.** Palestra proferida na UFMG – 11 de abril de 2005.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SCHERER-WARRER, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Rev. Sociedade e Estado.** Dossiê: movimentos sociais. Brasília, v.21, n.1. jan./abr., p. 109-130, 2005.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "Orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes,** Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SILVA, José Adaílton Barroso da. **A comissão pastoral da terra e a questão agrária:** trajetória de luta e resistência no baixo São Francisco sergipano. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2006.

SILVA, Benedito Candido da. **A luta na terra em busca da emancipação:** histórias orais de vida de agentes do MST do Assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas, estado do Paraná. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

SILVA, R. Nunes da; CAPELO, M. Clivati. JUVENTUDE DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: algumas reflexões de um texto em construção. DOI: 10.5747/ch.2005.v03.n1/h021. **Colloquium Humanarum**, América do Norte, 330 11 2006.

SOUZA, Maria Antônia. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. In: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. 2004. Coimbra, POR. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - A questão social no novo milênio. Coimbra: CES; v. 1, p. 1-16, 2004.

SOUSA, Maria Gorete de. **A formação de quadros políticos de esquerda.** 2005.18f. Artigo (Especialização em Estudos Latino-Americanos). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-SP, 2005.

SOUSA, José Reinaldo Miranda. **Terras de preto no Vale do Rio Munim:** Nina Rodrigues, historicidades e territorialidades (1988-2008). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2009.

SPOSITO. Marilia Pontes. **Estudos sobre juventude em educação**. In Estudos sobre Movimentos Sociais, Juventude e Educação. 2000. 303f. Universidade de São Paulo.
_____. JUVENTUDE, PESQUISA E EDUCAÇÃO. In Estudos sobre Movimentos Sociais, Juventude e Educação. 2000. 303f. Universidade de São Paulo.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012.
TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Pobreza e cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH** 19, Salvador, 1993.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Translated byAna Liési Thurler. ***Soc. Estado.*** [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 17-28. ISSN 0102-6992.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai./ago. 2007.

_____. A experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas lutas do Movimento Sem Terra. Revista Lusófona de Educação, 2005, 6.p. 67-80).

VIEIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação. **Educ. Soc**. [online].vol.31, n.111, abr/jun 2010. p. 519-537.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

APÊNDICE A - Ofício nº 1/2012

Chapadinha, 21 de outubro de 2012.

Prezada Senhora
Maria de Jesus Farias Santos
Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Palmares - MA

Solicito a esta associação, da qual V.Sª. é a Presidente, a colaboração para viabilizar o desenvolvimento do projeto de mestrado intitulado **MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE**: em destaque a formação política no assentamento Palmares - MA, sob minha responsabilidade. Este projeto será desenvolvido para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais pela Universidade de Taubaté (UNITAU), no município de Taubaté-SP.

Como os sujeitos desta pesquisa serão os jovens na faixa etária compreendida entre 18 e 25 anos, residentes no Assentamento Palmares – MA que participam ou tenham participado das ações de formação promovidas pelo MST, solicito autorização para que eu possa contactar tais pessoas no Assentamento, sendo que o projeto foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNITAU, sob o protocolo nº 179/2012.

Para tanto, segue em anexo a declaração de matrícula no curso de Mestrado e a proposta do projeto para sua apreciação, e aguardo sua deliberação.

Antecipo-lhe meus agradecimentos, certa de que serei prontamente atendida, dada à eficiência desta diretoria.

Subscrevo-me.

Cordialmente,

Recebi em 21.10.2012
Maria de Jesus Farias Santos

Profª. Francinalda Araújo e Silva
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO PALMARES - MA

Chapadinha, 21 de outubro de 2012.

De acordo com as informações do oficio nº 179/12 - CEP/UNITAU sobre a natureza da pesquisa intitulada **MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE:** em destaque a formação politica no assentamento Palmares - MA, com propósito de trabalho a ser executado pela aluna, Francinalda Araújo e Silva, do curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté - SP e, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Instituição que represento, autoriza a realização da coleta de dados com os jovens na faixa etária compreendida entre 18 e 25 anos, residentes no Assentamento Palmares que participam ou tenham participado das ações de formação promovidas pelo MST, sendo mantido o anonimato da instituição e dos sujeitos envolvidos.

Atenciosamente,

Maria de Jesus Farias Santos

Maria de Jesus Farias Santos
Presidente da Associação dos Pequenos Produtores
do Assentamento Palmares - MA

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL

Parte I - Identificação

Pesquisado nº: _____ Data: _____
Nome: _____
Idade:_____Sexo:_____ Estado Civil: _____
Escolaridade:_____
Estuda:_____ Onde? _____
Trabalha:_____ Onde?_____
Com quem mora?_____
Há quanto tempo mora no Assentamento?_____
Tem ligação com alguma Associação?_____ Qual?_____
É beneficiário de programas sociais? ( ) sim ( ) não Qual? _____
Participa de algum projeto/grupo? ( ) não ( ) Qual?_____

Parte II - Eixos Norteadores do Estudo

1º) Políticas e práticas sociais no campo

- Quais são os espaços de formação existentes na comunidade? De quais participa?
- Recebe estimulo da família para participação e engajamento nas questões sociais do assentamento?

2º) Formação política dos jovens do MST

- Participa de cursos de formação política promovidos pelo MST?
- Já participou de alguma outra atividade promovida pelo MST?

3º) Juventude do campo

- Como você se vê enquanto morador da comunidade Palmares?
- O que é viver na comunidade Palmares?

4º) Movimentos Sociais

- Quais são as formas de atuação e mobilização utilizadas pelos jovens na comunidade?
- Quais experiências foram mais significativas na sua trajetória de vida para formação de uma atitude crítica e participativa na comunidade?

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM LIDERANÇAS

Parte I - Apresentação da pesquisa

Parte II - Identificação

Pesquisado nº: _____ Data: ____/____/_____

1. Qual o seu nome? Sua idade? Qual é o seu estado civil?
2. Qual a sua escolaridade?
3. Você trabalha? Onde?
4. Há quanto tempo mora no Assentamento?
5. Tem ligação com alguma Associação? Qual?
6. Você sabe por que existem duas associações no assentamento?
7. Quando iniciou sua participação junto ao MST? Por quê?
8. Como você tomou conhecimento do MST?
9. O que você faz atualmente no Movimento?
10. Como era este lugar antes de ser assentamento? A quem pertencia?
11. Quando e como se constituiu o assentamento Palmares?
12. Você participou da ocupação?
13. Quais foram os principais aliados da comunidade na luta pela reforma agrária?
14. Quais foram os principais oponentes da comunidade na luta pela reforma agrária?
15. O que mudou na vida da comunidade depois da ocupação?
16. Como é organizado o assentamento?
17. Como é a vida no assentamento?
18. Quais são os serviços públicos existentes na comunidade?
19. Quais são as principais atividades econômicas no assentamento?
20. Qual é o tipo de transporte mais utilizado pelos moradores do assentamento?
21. Quais são os lugares que os moradores utilizam para se reunir com os outros moradores da comunidade?
22. Onde os filhos dos assentados estudam?
23. Você participou de algum curso de formação política no MST? Se sim fale como foi?
24. Qual a importância da juventude para o MST?
25. Do tempo em que você está no MST o que considera que mudou em relação à formação política da juventude?
26. Como o MST vê os jovens do assentamento?
27. Os jovens permanecem ou saem do assentamento?
28. Quais são os desafios que se colocam atualmente para a formação política dos jovens do assentamento Palmares?

ANEXO A - DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNITAU

Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Recredenciada pela portaria CEE/GP nº 30/03
CNPJ 45.176.153/0001-22

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa
Endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210
Cidade Taubaté – SP – CEP 12020-040
Telefones 3625-4143 3635-1233
cep@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 291/12

Protocolo CEP/UNITAU nº 179/12 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: ***Movimentos sociais e juventude: em destaque a formação política no assentamento Palmares-MA***

Pesquisador(a) Responsável: Francinalda Araujo e Silva

Pesquisador(es) Alunos:

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **06/07/2012,** e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado.**

Taubaté, 01 de agosto de 2012

Profa. Dra. Maria Dolores Alves Cocco
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **A FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: uma experiência do MST no Assentamento Palmares - MA**

Pesquisadora Responsável: Francinalda Araújo e Silva.

Telefone para contato: (98) 9129-9083/ 8126-6175

Pesquisadora participante: Elisa Maria Andrade Brisola.

Telefone para contato: (12) 8144 7805

- A pesquisa tem como objetivo principal, analisar a formação política proporcionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra à juventude de Palmares - MA.

- Não haverá riscos e nem prejuízos às pessoas pesquisadas, pois seus dados pessoais não serão revelados durante a pesquisa e não haverá desconforto por qualquer tipo de lesão. A pesquisa será baseada em fontes documentais, informações obtidas por meio de grupo focal e revisões de artigos publicados sobre o assunto.

- Os benefícios decorrentes da participação do sujeito na pesquisa serão a possibilidade de colaborar na identificação e aprimoramento das práticas de formação política na comunidade.

- A pesquisa terá duração de vinte e quatro meses, com garantia de sigilo de dados pessoais dos pesquisados. O pesquisado terá total direito de retirar, em qualquer tempo, seu termo de consentimento da pesquisa sem qualquer penalidade.

Nome e Assinatura da pesquisadora: Francinalda Araújo e Silva

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo, intitulado **A FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: uma experiência do MST no Assentamento Palmares - MA.**

Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Francinalda Araújo e Silva sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Nina Rodrigues, _____de _____ de 2012.

Nome: _____

Assinatura do participante: _____